

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS**

CAROLINA DARDI

**MEMÓRIA SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NAS FAVELAS:
Uma ucronia chamada Manguinhos**

Rio de Janeiro
2017

CAROLINA DARDI

MEMÓRIA SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NAS FAVELAS

Uma ucronia chamada Manguinhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Javier Lifschitz
Linha de pesquisa: Memória e Espaço

Rio de Janeiro
2017

Dardi, Carolina.
D216 Memória social do espaço público nas favelas : uma ucronia
chamada Manguinhos / Carolina Dardi, 2017.
121 f. ; 30 cm

Orientador: Javier Lifschitz.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Favelas - Manguinhos (Rio de Janeiro, RJ). 2. Planejamento
urbano. 3. Espaços públicos. 4. Memória - Aspectos sociais.
I. Lifschitz, Javier. II. Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-
Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 307.760981

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS**

CAROLINA DARDI

**MEMÓRIA SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO NAS FAVELAS:
Uma ucronia chamada Manguinhos**

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Professor Doutor Javier Lifschitz (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professor Doutor Mario de Souza Chagas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professor Doutor Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva Cunha
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Professor Doutor Amir Geiger (Suplente)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Agradecimentos

Sueñan las pulgas con comprarse un perro y sueñan los nadies con salir de pobres, que algún mágico día llueva de pronto la buena suerte, que llueva a cántaros la buena suerte; pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana, ni nunca, ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte, por mucho que los nadies la llamen y aunque les pique la mano izquierda, o se levanten con el pie derecho, o empiecen el año cambiando de escoba.

Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.

Los nadies: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos:

Que no son, aunque sean. Que no hablan idiomas, sino dialectos. Que no profesan religiones, sino supersticiones. Que no hacen arte, sino artesanía. Que no practican cultura, sino folklore. Que no son seres humanos, sino recursos humanos. Que no tienen cara, sino brazos. Que no tienen nombre, sino número. Que no figuran en la historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local. Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata. (GALEANO, 1989)

Dedico esta dissertação a Ana Paula Oliveira, mãe de Jonatha, assassinado em Manguinhos no dia 14 de maio de 2014 com 19 anos de idade por uma política de pacificação e, na pessoa dela, dedico a todas as mães que também tiveram seus filhos assassinados pelo Estado no período democrático no Brasil.

Esta dissertação é uma ferramenta criada em conjunto com os moradores de Manguinhos e outras favelas da cidade de Rio de Janeiro, com o objetivo de ser um instrumento para se somar às lutas pela Memória Social da violência.

Nomear cada um que colaborou nesta dissertação resultaria em uma lista extensa e, provavelmente, incompleta; mas a TODOS vocês, que já sabem quem são direi: GRACIAS!

RESUMO

Na América Latina, os estudos dos espaços públicos passam a ser um foco de interesse para o desenvolvimento de políticas governamentais de intervenção urbana, principalmente, a partir de 1990, motivada pela explosão de moradia informal e a consequente des-planificação urbana. Estas políticas enfatizaram a criação de mecanismos governamentais de regeneração urbano-social, materializadas na construção do espaço público; mas detectamos que um denominador comum se repete em alguns destes processos, os espaços acabam sendo *produzidos* pelo Estado e as memórias dos moradores, *apagadas*. Os objetivos deste estudo são analisar as consequências de uma intervenção urbana e a concepção de espaço público assumida que expressa as finalidades desta ação urbana e social, desde a perspectiva dos estudos em Memória Social, olhando um mesmo espaço urbano desde dois momentos temporais diferentes estudando as dinâmicas que aconteceram.

Nesse contexto, o foco do trabalho será num local no Complexo do Manguinhos, um conjunto de treze favelas na zona norte da cidade de Rio de Janeiro, num espaço chamado de "Faixa de Gaza".

Palavras-chave: Espaço público; Memória apagada; Planejamento urbano em favelas.

ABSTRACT

In Latin America, studies of public spaces have become a focus of interest in the development of government policies for urban intervention, motivated by the explosion of informal housing and the consequent urban de-planning since the 1990s. These policies emphasized the creation of governmental mechanisms of urban-social regeneration, materialized in the construction of public space. We detect that a common denominator repeating itself in some of these processes: the spaces end up being *produced* by the State and the memories of the inhabitants subsequently become erased. The objectives of this study are to analyze the consequences of an urban intervention and the conception of public space assumed that expresses the purposes of this urban and social action. From the perspective of studies in social memory, we look at the same urban space from two different moments in time to study the socio-spatial dynamics that developed. In this context, the focus of the work will be on a site in the Mangueiras Complex, a set of thirteen favelas in the northern part of the city of Rio de Janeiro, in a space called the Gaza Strip.

Keywords: Public space; Erased Memory; Urban planning in favelas

RESUMEN

En América Latina, los estudios sobre espacios públicos se convierten en un foco de interés para el desarrollo de las políticas gubernamentales de intervención urbana, principalmente a partir de 1990, impulsado por la explosión de la vivienda informal y la consiguiente desplanificación urbana. Estas políticas han hecho hincapié en la creación de mecanismos gubernamentales de regeneración urbana y social, materializados en la construcción del espacio público; pero hemos encontrado que un denominador común se repite en algunos de estos casos, los espacios acaban siendo *producidos* por el estado y las memorias de sus habitantes, borradas. Los objetivos de este estudio son analizar las consecuencias de una intervención urbana y la concepción del espacio público asumido que expresa la finalidad de esta acción urbana y social, desde la perspectiva de los estudios en Memoria Social, observando un mismo espacio urbano desde dos momentos temporales diferentes, estudiando las dinámicas que ocurrieron allí. En este contexto, el objetivo del trabajo será en un lugar en el Complexo do Manguinhos, un conjunto de trece favelas en la zona norte de la ciudad de Río de Janeiro, en un área llamada de "Franja de Gaza".

Palabras clave: Espacio público; Memória apagada; Planificación urbana en favelas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APAs - Áreas de Proteção Ambiental.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCPL - Companhia Central dos Produtores de Leite LTDA

CDD - Cidade de Deus

CEDAE - Companhia de Água do Estado

CHP2 - Centro de Habitação Provisória

COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento das Comunidades

COHAB-GB - Companhia de Habitação Popular

COMLURB - Companhia de Coleta de Lixo Municipal

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOTRAM - Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos

DSUP - 1º Depósito de Suprimento do Exército Brasileiro-

ECT - Empresa de Correios e Telégrafos

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FARCs - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FJP-MG - Fundação João Pinheiro-Minas Gerais

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FLACSO - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

FMSDES - Fórum Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos

FSM - Fórum Social de Manguinhos

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IESP-UERJ - Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IOC - Instituto Oswaldo Cruz

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPP – Instituto Pereira Passos

ISER - Instituto de Estudos da Religião.

ISP - Instituto de Segurança Pública

ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

LTM - Laboratório Territorial de Manguinhos

MOMA - Museu de Arte Moderna de Nova Iorque

MPU - Metrópolis Projetos Urbanos

ONGs - Organismos não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAC-UAP - Programa de Urbanização de Assentamentos Precários

PDS - Plano de Desenvolvimento Sustentável

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Manguinhos

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e habitações Anti-higiênicas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

UPA - Unidade de Pronto Atendimento,

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

UTF - União de trabalhadores favelados

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa e Praça Sagrada Inca. Machu Pichu. Peru	26
FIGURA 2: Exemplo de cidade em traçado em damero. Rosário. Argentina	27
FIGURA 3: Vista aérea da Praça l'étoile, em Paris.....	27
FIGURA 4: Vista aérea do trazado da avenida Central.....	28
FIGURA 5: Cidade jardim de Ebenezer Howard.....	29
FIGURA 6: Plano bairro <i>Ciudad Lineal</i>	29
FIGURA 7: Plano piloto Brasília e foto aérea do eixo Monumental.....	30
FIGURA 8: Plano Ville Radieuse.....	30
FIGURA 9: Captura do filme A Montanha Sagrada	34
FIGURA 10: Captura do filme A Montanha Sagrada.	34
FIGURA 11: Fachada do predio Duzentão em Copacabana. Rio de Janeiro.....	35
FIGURA 12: Rua fechada pela neve em Ushuaia. Tierra del Fuego.....	36
FIGURA 13: Mercado nas ruas de Puebla. México	37
FIGURA 14: Biblioteca Virgilio Barco. arq. Rogelio Salmona. Colômbia. Bogotá.....	37
FIGURA 15: Praça em Copacabana. Dia da Pachamama. Lago Titicaca. Bolívia.	38
FIGURA 16: Dia de todos los muertos. Antigua. Nicaragua.....	38
FIGURA 17: Manifestação na Praça de Armas de Cusco. Peru.	39
FIGURA 18: Antanas Mokus e seu programa Cultura Ciudadana. Bogotá. Colômbia,	39
FIGURA 19: Praça em Cali. Colômbia	40
FIGURA 20: Praça em Cali. Colômbia	40
FIGURA 21: Festa tradicional na praça central em Palenque em México	41
FIGURA 22: Espaços apropriados pelas crianças em diversas favelas do Rio de Janeiro	41
FIGURA 23: Disney's Typhoon Lagoon Water Park.....	43
FIGURA 24: Praça Mauá e Museu do Amanhã. arq. Santiago Calatrava.....	45
FIGURA 25: Antes e depois da revitalização urbana da Praça Mauá.	45
FIGURA 26: Norte Shopping. Aulas de Zumba. Rio de Janeiro	46
FIGURA 27: Escada no Areal. Complexo do Alemão	48
FIGURA 28: Beco Eduardo de Jesus Maria.	49
FIGURA 29: Antiga feira de antiguidades baixo a Perimetral.....	50
FIGURA 30: Ginásio Nilson Garrido. São Paulo.....	50
FIGURA 31: Passarela Oscar Niemeyer na favela da Rocinha.....	52
FIGURA 32: Muro acústico da favela da Maré.	53

FIGURA 33: Teleférico em Medellin, Colômbia e no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.	54
FIGURA 34: Mapa de População de Favelas por Bairro segundo Censo IBGE 2010.....	56
FIGURA 35: Vista aérea do Complexo do Alemão	57
FIGURA 36: Laje na favela Santa Marta. Botafogo	61
FIGURA 37: Espaços residuais	62
FIGURA 38: Espaços residuais	62
FIGURA 39: Quadra de futebol na estação Palmeiras no Complexo do Alemão.....	63
FIGURA 40: Palco Público. Estação Itararé, Complexo do Alemão. Projeto desenvolvido pelo coletivo Cascoland junto à autora.....	63
FIGURA 41: Projeto realizado por Cascoland e Barraco #55.	64
FIGURA 42: Parque Proletário da Gávea	66
FIGURA 43: Cidade de Deus.....	68
FIGURA 44: Cidade de Deus inserida na malha urbana na atualidade.....	68
FIGURA 45: Antes e depois praça em Vidigal. Escritório Jorge Mario Jauregui	72
FIGURA 46: Vila Olimpica Favela Campinho. Escritório Jorge Mario Jauregui	72
FIGURA 47: Vias de pedestres urbanizadas Salgueiro. Escritório Jorge Mario Jauregui.....	73
FIGURA 48: Vila Olimpica da favela de Vidigal. Escritório Jorge Mario Jauregui.....	73
FIGURA 49: Plano da área de delimitação de Manguinhos	80
FIGURA 50: Vista aérea de Manguinhos	80
FIGURA 51: Cais de Manguinhos.....	81
FIGURA 52: Estação de Trem de Amorim.....	81
FIGURA 53: Conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos	82
FIGURA 54: Carlos Chagas e médicos do Instituto Oswaldo Cruz, em recepção a Albert Einstein - 1925.....	83
FIGURA 55: Plano das comunidades que compõem o Complexo do Manguinhos.....	83
FIGURA 56: Igreja de São Daniel Profeta, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.....	84
FIGURA 57: Master Plan Manguinhos	88
FIGURA 58: Plano Centro Cívico de Manguinhos.	89
FIGURA 59: Biblioteca Parque de Manguinhos	89
FIGURA 60: Piscina semiolímpica	90
FIGURA 61: Antes e depois. Colégio Estadual Luís Carlos daVila	90
FIGURA 62: Novas unidades habitacionais	91

FIGURA 63: Perspectiva do Parque-passeio embaixo do elevado	93
FIGURA 64: Sequência grafica da área de intervenção, anteprojeto e projeto executado.....	94
FIGURA 65: Imagens do elevado.	94
FIGURA 66: Boletim informativo da Secretaria de Estado de Obras. Ano 3. Número 3. Novembro 2009.	95
FIGURA 67: Imagens da exposição sobre Manguinhos no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque	95
FIGURA 68: Moradias demolidas na avenida Leopoldo Bulhões	97
FIGURA 69: Imagens do Parque Madureira.....	99
FIGURA 70: Altar urbano espontâneo no Campo do Society em Manguinhos.	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA: Condições da Pesquisa	21
CAPÍTULO 1: O ESPAÇO PÚBLICO, SEUS USOS E APROPRIAÇÕES	26
Que entendemos por espaços formais e informais?.....	35
Os espaços produzidos: o direito à cidade e a produção social do espaço.....	42
Os espaços das Memórias	46
Os espaços residuais como possibilitantes.	50
Os espaços produzido nas favelas cariocas	51
CAPÍTULO 2: O ESPAÇO PÚBLICO NA FAVELA	55
Mas, o que é considerado de espaço público na favela?.....	58
Histórico dos projetos públicos de intervenção urbana nas áreas informais.....	64
CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO – COMPLEXO DE MANGUINHOS	80
Histórico de Ocupação de Manguinhos	80
Uma Ucronia materializada.....	87
A Rambla Carioca.....	92
Memórias do Projeto.....	96
Memórias dos Arquitetos e Gestores	96
Memórias dos Moradores.....	103
Memórias de um descompasso	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

En estas ciudades y sociedades partidas de las cuales somos parte, el espacio público tiene una función fundamental porque es el lugar donde se representan todos los imaginarios, donde una sociedad se refleja, se ve. El espacio público es la sala de estar de la ciudad, el lugar de encuentro de los ciudadanos, el lugar de la convivencia, es donde una sociedad se refleja. (JAUREGUI, 2010)

A gênese desta pesquisa é o resultado de um ciclo que começou em 2003, diante de tanta informação forânea sustentada como verdade absoluta, a partir de uma *observação-participante*¹ no contexto de uma travessia pela América Latina, de aprendizado e investigação de quase 13.000 km, durante 10 anos, onde o foco foram as diferentes maneiras de construção dos espaços públicos como articuladores das convivências locais.

Desde minha prática como urbanista detectei como na América Latina, o espaço público urbano passa a ser um foco de interesse das políticas governamentais de intervenção urbana, motivadas pela explosão de moradia informal consequência da insuficiência de planejamento urbano; onde a ênfase foi colocada na regeneração urbano-social destas áreas.

A partir de experiências concretas de projetos de reurbanização nas áreas periféricas já implantados no Brasil vemos como estes espaços urbanos começaram a ser pensados e projetados como poderíamos denominar de *ativadores sociais* (JAUREGUI, 2016) dos processos urbanos, mas acabaram muitas vezes se transmutando. Vemos que algum denominador comum se repete nestes processos, os espaços são *produzidos* pelo Estado e as necessidades e memórias dos moradores são *apagadas*, onde a consulta sobre os projetos e travestida de *participação popular*, mas a população acaba muitas vezes exógena a estes projetos, onde suas memórias ficam removidas.

Como expressa Lefebvre:

A arquitetura e o urbanismo contemporâneos encobrem essa gigantesca operação. Eles dissimulam os traços fundamentais da cidade, seu sentido e finalidade. Eles ocultam, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço. (LEFEVBRE, 2000, p.18).

Em esta problemática da construção do espaço público nas áreas informais é onde trabalhamos; onde existe uma memória urbana que não é o resultado do planejamento do Estado, há percursos que constroem marcas comuns que não fazem parte de qualquer

¹ Não como um método qualitativo de investigação no procedimento científico, e sim como uma maneira de observação e reflexão pessoal.

intervenção urbana. No entanto, essa memória e aqueles percursos, nunca planejados, produzem a memória das cidades.

O foco do trabalho foi num local no Complexo de Manguinhos, um conjunto de 13 (treze) favelas na zona norte da cidade de Rio de Janeiro, num espaço chamado de "Faixa de Gaza", que recebe esse nome –pela mídia-, pelos atos de violência que ai aconteciam, executados pelos diversos atores, adquirindo um caráter simbólico de *cemitério ao céu aberto*. Esse espaço sofreu um processo de intervenção urbana realizada pelo Estado, e nesse contexto o objetivo principal da pesquisa foi analisar as consequências dessa intervenção projetual, com foco na construção do espaço público, desde a perspectiva dos estudos em Memória Social, olhando um mesmo espaço urbano durante dois momentos temporais diferentes. Também, a investigação pretendeu rever conceitos básicos e metodológicos do urbanismo utilizando-se um olhar, em grande parte, pautado no campo das ciências sociais, processo este, possibilitado pela característica transdisciplinar do campo da Memória Social, a fim de submetê-los a possíveis avaliações, reflexões e ajustes.

Quanto aos objetivos específicos, trabalhamos em como a comunidade local, após a intervenção urbana, elaborou as narrativas desses espaços, quais são as memórias do lugar, como estão ancoradas no espaço e que tipo de apagamento dessas memórias estes projetos urbanos produzem.

Analisamos a relação entre o projetado e a realidade depois da intervenção urbano-social; compreendendo a articulação entre as dimensões do projetual, o executável e as escutas das demandas, a partir de conceitos-chaves da Memória Social, utilizados como ativadores para pensar a construção dos espaços públicos a partir da Memória, desde uma leitura contemporânea e latino-americana, incluindo a violência e seus desdobramentos como denominador comum.

Trabalhamos nas dinâmicas desse espaço público a partir de quatro eixos:

- Primeiramente na *concepção do espaço público* na favela, já que o significado de espaço público é diferente segundo as perspectivas de quem olhe: desde a perspectiva do morador, da dos teóricos do urbanismo ou dos técnicos do Estado como planejador da cidade.
- Seguidamente pesquisamos quais são as dinâmicas da *apropriação do espaço público* na favela, e com isto queremos dizer: há espaços que podem ser projetados, produzidos, mas a dinâmica da apropriação pode ser – e é - bem diferente a como estes foram concebidos funcionalmente na proposta. Uma questão é projetar um espaço, outra bem diferente é como os usuários se apropriam dele, já que esta condição se encontra carregada de *disputas e desvios*.

- O espaço público conseqüentemente se transforma num *campo de tensões* entre os diferentes atores intervertes, sejam o Estado, os técnicos, as associações de moradores, as organizações sociais, os moradores, incluindo os diferentes comandos do tráfico de drogas que atuam na região; intentamos entender estas rixas para assim poder compreender os diferentes *desvios* do espaço.

- Quando falamos de *desvios*, pensamos nos diversos usos que estes espaços vão adquirindo, diferentes aos de sua concepção primaria, e estes desvios são conseqüências disso.

Para nos introduzir no objeto de análise teremos que conhecer que se entende e quais são as diferentes representações sobre o espaço. Qual é o espaço imaginado, qual é o espaço vivido, qual o criado.

Desde sempre, o espaço tem sido um objeto de digressões teóricas desde diversos campos como são a sociologia, a antropologia, a geografia humana, ou o urbanismo, entre outros. O problema de espaço como objeto de discussão no campo das ciências sociais refere-se a pensar nas várias dimensões que o compõem: uma materialidade, um plano histórico, cultural e político, para alcançar uma dimensão simbólica. Essa complexidade empírica exige se aproximar à análise do espaço a partir da interdisciplinaridade.

Podemos pensar o espaço público como um espaço de convivência, um lugar onde as pessoas têm o direito a circular sem nenhum tipo de restrições. Pode ser pensado como o cenário da interação social, provendo um suporte físico às atividades coletivas e, com funções simbólicas, permitindo a interação entre as pessoas.

Segundo Gupta e Ferguson (1992), tem havido na teoria antropológica ocidental pouca consciência na questão do espaço. As representações do espaço nas ciências sociais dependiam das imagens de rompimento e disjunção. A distinção entre nações, sociedades e culturas baseia-se na divisão do espaço. Os autores descrevem como exemplo ilustrativo os “mapas etnográficos”, que mostram a distribuição espacial dos povos e culturas, delimitando-os no espaço. Para os autores, “o espaço torna-se uma grade neutra sobre a qual a diferença cultural, memória histórica e organização social são inscritas” e continuam afirmando que “é de essa forma que o espaço funciona como um princípio organizador central nas ciências sociais”. (Gupta, A. & Ferguson, J., 1992, p. 32).

Para Ferguson (1992), atribuir significação ao espaço é familiar aos antropólogos, e desde Durkheim, a antropologia sabe que a experiência do espaço é sempre socialmente construída.

A partir das contribuições sobre o espaço de Doreen Massey, David Harvey, Anthony Giddens, Edward Soja, Nigel Thrift, o geógrafo humano Derek Gregory e John Urry no livro

“Social Relations and Spatial Structures” (1985), existiu o chamado “giro espacial” nas ciências sociais. Para Gregory e Urry (1985) como consequência de estas mudanças, a estrutura espacial não é mais considerada só um cenário onde acontece a vida social, e sim um meio no qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas. Os autores veem o espaço como um potencial agente estruturador da sociedade.

Na história da disciplina da geografia, a preocupação com a localização das atividades humanas definiu o espaço como o palco da ação do homem (CARLOS, 2014). O espaço é o “produto, condição e meio” de reprodução da sociedade. Já para Milton Santos (1994), uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido, e esse espaço é compreensível através da sociedade; para o autor espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas. É o uso do território, e não o território em si, o que faz dele objeto de análise social, o "território usado" segundo o autor é aquele construído pelas pessoas, seu uso é um produto das necessidades e interesses humanos sendo ao mesmo tempo um campo de atuação e de expressão tendo uma instância de poder, porém de disputa.

Segundo o Laboratório Territorial de Manguinhos²:

“Podemos dizer que território é o lugar onde construímos a história a partir das nossas ações individuais e coletivas, das relações sociais e dos encontros e acontecimentos” (LTM³, 2008).

Já para Certeau (1990), em sua pesquisa *A Invenção do Cotidiano*, o espaço é um lugar praticado, realiza-se enquanto vivenciado, ou seja, na medida em que os indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso; para o autor são os transeuntes os que transformam em espaço a rua definida pelo urbanismo. Entretanto pela perspectiva do urbanismo, os significados de espaço podem ser muitos e mudarem de acordo com uma região, um passado cultural, um país, uma necessidade, uma memória.

Para o urbanismo os espaços são os que criam a cidade e possibilitam que as pessoas possam conviver, pois, desde uma leitura geral, sem ser sempre assim, são lugares democráticos, nos quais novas formas sociais e políticas podem ser construídas: palcos de disputas, conflitos, celebrações, manifestações.

Para Borja e Muxi (2000), o espaço é um indicador da qualidade urbana, uma espécie de termômetro das cidades e sua saúde. Eles descrevem o espaço público como o espaço da

² O Laboratório Territorial de Manguinhos é um grupo de pesquisa da Fiocruz, que há mais de cinco anos, produz e divulga conhecimento sobre saúde, ambiente e políticas públicas sobre dito território.

representação no qual a sociedade se faz visível, onde se materializam as relações sociais. O espaço da expressão coletiva.

No espaço público gera-se uma *intersubjetividade* definida pelos processos de entendimento que se efetuam na rede de comunicação estabelecidos neles e desta perspectiva podemos pensar o espaço como:

- um lugar de *intermediação*, entre o Estado e a sociedade como sugere Rabotnikof (1997).
- como o principal *espaço político* da cidade (Bellet Sanfeliu, 2010).
- como o lugar da *interação*, partindo do conceito de esfera pública de Jergem Habermas.

Sem aprofundarmos sobre o assunto, vamos nos deter no conceito de esfera pública pensado segundo Habermas, que de algum modo inclui globalmente as três funções mencionadas anteriormente, ele a descreve como uma articulação entre o público e o privado. A esfera pública é como ambos se relacionam, é o espaço onde ambos se unem e interagem, tendo relação com as demandas da sociedade civil e as decisões estatais. É o espaço onde são realizadas diversas relações. Um espaço comunicacional que atravessa âmbitos, como o público e o privado, sendo um espaço transversal.

Interessa-me citar as características fundamentais sublinhadas por Habermas para o espaço público⁴: 1- âmbito de interação ‘cara a cara’, onde os indivíduos participam e se comunicam orientados pelo entendimento; 2- tipo de relação que desconsidera as diferenças de status existentes entre os indivíduos; 3- problematização irrestrita de áreas/assuntos; 4- o público emergente é inclusivo. Para Habermas a dimensão territorial física, seria o espaço público e a interação se daria no âmbito da esfera pública, mas tudo sendo parte de um mesmo sistema.

Segundo Segre (2005) os espaços públicos constituíram questões essenciais nas agendas urbanísticas nos anos oitenta e noventa, assumidos como o âmbito da sociabilidade, da expressão cultural e política, mas também como o lugar de condensação da identidade da cidade; o espaço público deve ser concebido como um lugar acessível onde se produz o encontro da diversidade.

Já Bonetti (1999) destaca que o espaço público articula a organização do espaço urbano que é o espaço das relações sociais, o espaço político que assegura essa regulação e o espaço das instituições que constituem o sistema de gestão da urbanização. Em outras

⁴ Further reflections on the public sphere. In: Habermas and de Public Sphere. Calhoun, Craig (ed.) Massachusetts: MIT Press, 1994

palavras o espaço público é o componente fundamental para a organização da vida coletiva e a representação da sociedade, e constitui um dos direitos fundamentais à cidade: o direito ao espaço público como direito à identidade.

Se olharmos desde o a condição *simbólica* do espaço público, este constrói identidade baixo duas formas, de pertencimento e de rol, e segundo Monnet (2001) possui tanto uma dimensão comunicacional e outra funcional simultâneas, por sua condição de suporte múltiplo de simbologias e papéis. Também o espaço público é um lugar de integração social, de socialização, de encontro, em consequência um lugar de *simbiose*, onde se potencia a diversidade mediante o encontro. Outra dimensão do espaço público poderia ser um lugar de *intercambio*, um espaço onde se intercambiam bens, serviços, informação e também um espaço de *civismo* onde se forma cidadania, o lugar de consciência social (CARRION, 2007)

Muitas vezes os espaços da cidade são usados ou apropriados pelos diferentes atores conforme seus interesses: sejam de moradia, políticos, econômicos, dos negócios do tráfico de drogas, de convivência, entre outros; mas desde uma leitura global, os espaços são lugares físicos que precisam atender as necessidades lúdicas, de esporte, de criação, convívio e imaginário dos habitantes.

Se a pergunta é a construção do espaço público, da memória ou às maneiras de construir memória na cidade, a questão não é respondida quando fazemos eixo num aspecto e excluimos outro. Em contraste, a questão cresce com as diferentes percepções lidas a partir da interdisciplinaridade. Pensar a construção do espaço urbano e da memória transforma o problema. A questão não é o que nós olhamos quando olhamos, mas com qual aparelho perceptivo intuimos o urbano e a memória. Assim percebidas, a cidade e a memória são como falaria Michel de Certeau, espaços praticados, territórios em construção permanente, lugares onde a vida se pratica e eu agrego: *e também a morte*.

Apoiando as reflexões sobre as questões postas em perspectiva, o foco do trabalho foi num local no Complexo de Manguinhos - um conjunto de 13 (treze) favelas na zona norte da cidade de Rio de Janeiro -, num espaço chamado de "Faixa de Gaza".

Faixa de Gaza é um espaço urbano fechado por altos muros localizado ao longo das antigas trilhas do trem que recebe esse nome – pela mídia-, pelos atos de violência que aí aconteciam, adquirindo um caráter simbólico de *cemitério ao céu aberto*.

No ano 2006 como parte da política urbana de intervenção governamental foi lançado um programa para requalificar esta área; lançou-se o Plano de Desenvolvimento Sócio espacial, onde fui parte da equipe da concepção urbanística do escritório de planejamento urbano do arq. Jorge Mario Jauregui que foi quem ganhou a licitação do governo. O conceito

projetual foi *dissipar* aqueles limites não físicos, senão sociais, de divisão do solo transformando esse local num *Parque Linear de convivência* que por meio da integração social gerara novos âmbitos de vida cívica.

Um parque urbano de 35.000m² foi projetado no espaço através da elevação de 1,5km da via férrea, onde baixo a mesma seriam criados além do paisagismo e mobiliário urbano, equipamentos de serviços, lazer, esporte e convivência. Nos extremos do Parque, seriam implantadas quadras de areia para futebol e vôlei, quadras de uso múltiplo, skate park e parque infantil. Este Projeto possibilitaria a integração de duas comunidades que antes eram separadas por barreiras físicas; por um lado os muros da Supervia⁵ e por outro; as barreiras geradas pelos conflitos entre organizações rivais, polícia e milícia. No ano 2013 se instala a UPP-Unidade de Polícia Pacificadora⁶ em Manguinhos.

Oito anos depois da realização desta intervenção urbana e já tendo iniciado uma outra pesquisa com financiamentos próprios, retornei àquele lugar, onde percebi que pouco e quase nada do projeto original tinha sido executado e onde desta vez fui ameaçada de morte pelos meninos do tráfico. Esta situação desencadeou uma série de perguntas que foram tornando-se cada vez mais sólidas. Minha análise se afastou da minha área de formação primária como arquiteta urbanista e aproximei o olhar para outro ponto de observação, com o enfoque nas ciências sociais que é o que os estudos interdisciplinares em Memória Social me permitem.

O espaço público não estava funcionando como foi projetado; a área chamada de Faixa de Gaza no Complexo de Manguinhos foi e ainda é, uma área estigmatizada pela violência e um campo de disputas, que transitou por diferentes tipos de apropriações ao longo deste processo pelas dinâmicas que aí se geraram devido à reforma urbana produzida pelo Estado, mas intuímos que essa mudança não foi acompanhada pelos moradores, que ficaram exógenos ao projeto urbano, mas ao mesmo tempo instigou a produção de novas memórias.

METODOLOGIA: Condições da Pesquisa

As condições da pesquisa são decorrentes de um processo de Memória, observando um mesmo local, desde dois momentos temporais diferentes, um deles –no ano 2006- no rol

⁵ SuperVia é o nome da empresa criada pelo consórcio então vencedor da licitação (Consórcio Espanhol Bolsa 2000) para a operação comercial e manutenção da malha ferroviária urbana de passageiros da região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁶ O programa é implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no ano 2008, é coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. A primeira UPP foi instalada no ano 2008 na favela Santa Marta, fazendo um total de 38 UPP que em operação abrangem aproximadamente 264 territórios. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

de arquiteta da equipe da concepção urbanística do Plano de Desenvolvimento Sócio-espacial promovido pelo Governo na área, e, um outro momento temporal, oito anos depois no ano 2014, já como *observadora participante*, olhando por outro ponto de observação, que é o que me permite a interdisciplinaridade dos estudos em Memória Social.

Para compreender o Projeto a nível macro, ou seja o projeto global, foi preciso conhecer a memória histórica e urbana da área, para depois nos aproximarmos à intervenção espacial onde foi inscrito o recorte do objeto. Desenvolvido o contexto histórico e projetual, intentamos descobrir as diversas dinâmicas, desvios, disputas e desdobramentos que ocorreram depois da intervenção urbana. Para isso, utilizamos o campo da Memória Social como ferramenta, estruturada nas narrativas de Grupos de Memórias⁷, estes, entendidos como um conjunto de indivíduos com marcos de compreensão compartilhados, de experiências múltiplas, já que os fatos são mediados pelas cargas culturais e ideológicas dos indivíduos e dos grupos onde estão inseridos. Identificamos aos Grupos de Memória como um dos principais referentes de nossa investigação; complementada com a pesquisa bibliográfica e a observação de campo.

Estes Grupos foram estruturados em dois subgrupos: por um lado os arquitetos urbanistas e gestores que participaram dos processos de intervenção urbana das políticas públicas nas áreas informais na cidade; e por outro os moradores das favelas, e aqueles moradores institucionalizados em redes e diversos organismos não governamentais.

Os arquitetos e gestores foram Jorge Mario Jauregui, arquiteto projetista responsável pelo conceito urbanístico do projeto ganhador da licitação para o Complexo de Manguinhos, resultado do Programa de Aceleração do Crescimento -PAC como parte do Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro; a responsável da área técnica do Estado; Ruth Jurberg -coordenadora Geral do PAC –Programa de Aceleração do Crescimento da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro- EMOP; Rita Motta, socióloga e coordenadora pela MPU-Metrópolis Projetos Urbanos da área de Trabalho Social; e especialistas em Planejamento urbano, Integração social e projeto de espaço público: arquitetos urbanistas Leandro Balbio e Felipe Deslandes.

Por outro lado os Grupos de moradores institucionalizados em redes e diversos organismos não governamentais foram André Luiz da Silva Lima pesquisador da Fiocruz e integrante da Câmara Comunitária de Manguinhos; Fransergio Goulart integrante do Fórum Social de Manguinhos; Jose Luiz da Silva Soares, recepcionista da Biblioteca Parque de

7 Conceito abordado por Maurice Halbwachs em seu livro *A Memória Coletiva*, publicado pela primeira vez em 1950.

Manguinhos e também integrante da Câmara Comunitária; Thainã de Medeiros do Coletivo Papo Reto do Complexo do Alemão e Ong Meu Rio. Os moradores de favelas diversas como Complexo do Alemão, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, Vila Cruzeiro, Vila Operaria e da área de intervenção em Manguinhos, eles foram: Patricia Oliveira e Ana Paula Oliveira, Fatima Pinho, a artista plástica Mariluce Maria do Complexo do Alemão e Rodrigo Calvet.

Como atividades complementárias assistimos ao II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas realizado em 23 a 26 de novembro de 2016 desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, nas palestras do professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro-IESP-UERJ, Sociólogo e antropólogo social Luiz Antônio Machado da Silva; Itamar Silva Diretor do Ibase- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Claudio Acioly Jr da Organização das Nações Unidas – Agência Habitat e Valcler Rangel da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; também assistimos às palestras no *1er. Seminário de Prosperidade nas Favelas* realizado na Universidade Unisum o 12 dezembro de 2016 de Joana Monteiro Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública-ISP; Rachel Las Casas do ITERJ-Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro; Eduardo Sol Professor Doutor em Educação; algumas considerações foram tomadas do encontro realizado na UERJ o 12 dezembro de 2016, organizado pelo Forum Social de Manguinhos⁸ “*P/a quem e P/a que serve as Pesquisas Acadêmicas nas Favelas?*”; outras considerações foram resultantes do encontro da *Subcomissão da Verdade*, criada a partir da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) presidida pelo Marcelo Freixo⁹ para investigar crimes cometidos pelo Estado na democracia, em reunião o 21 de dezembro de 2016 no ISER -Instituto de Estudos da Religião.

As entrevistas aos Grupos de Memória foram estruturadas em torno à:

- a apropriação do espaço;
- a concepção do espaço público na favela, desde as diversas perspectivas: morador e Estado;
- as disputas do espaço público;
- os desvíos do espaço público.

⁸ É um espaço que reúne moradores, instituições, movimentos sociais que defendem a cidadania e os direitos sociais, através da participação direta na concepção, construção, execução, monitoramento e controle social das políticas públicas

⁹ Marcelo Ribeiro Freixo é um professor e político brasileiro, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL. Marcelo Freixo foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Foi candidato à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016 ficando em segundo lugar, no segundo turno, perdendo para Marcelo Crivella-um pastor evangelico do PRB.

Um processo de etnografia crítica (Thomas, 1993) definido por minha participação projetual desde variadas perspectivas foi fundamental na pesquisa. Entretanto, em uma favela com um alto nível de violência urbana e social, torna-se difícil prever as condições de pesquisa, elas começaram a transitar por se mesmas, gerando uma autonomia difícil de prever, o *esqueleto* da pesquisa tornou-se um *labirinto rizomático*¹⁰. A pesquisa não foi apenas focada na construção do espaço público, mas também, no fato de as pessoas executadas na área do projeto ao longo destes anos “começaram falar”, meus interlocutores, muitos deles não estavam mais com vida. Em consequência às diversas mortes violentas que ocorreram ao longo da pesquisa, obtive um outro disparador para uma outra interlocução.

O método foi a observação participante, tendo como técnica a pesquisa de campo e como instrumentos a observação in loco, entrevistas semiestruturadas individuais e de grupo somada à pesquisa bibliográfica histórica. A pesquisa bibliográfica foi uma ferramenta utilizada na construção histórica da pesquisa, dos conflitos, como o lugar das diversas leituras.

Uma observação participante in situ foi imprescindível para compreender o contexto de minha pesquisa para realizar a etapa final do processo.

Em face do exposto, a dissertação compõe-se de três capítulos. A partir da eleição do tema de estudo, foi contextualizado no Capítulo 1: O espaço Público, seus usos e apropriações, para o leitor interdisciplinar poder compreender, o que se denomina por espaço público no urbanismo, seus diferentes usos e formas de apropriação, para isso foram elencados alguns exemplos de espaços urbanos contextualizados em diversas temporalidades arquitetônicas-chaves. Seguidamente trabalhamos com as respostas projetuais urbanas – *utópicas ou concretas*- que surgem como reflexo às crises de urbanidade, trazendo também as críticas a estas respostas que se manifestam dentro do contexto do que foi chamado de Movimento Moderno na arquitetura; trabalhamos com os conceitos de *Direito à cidade* e a *Produção social do espaço* de Lefebvre desde uma perspectiva latinoamericana e descrevemos que são entendidos na atualidade desde o urbanismo por espaços públicos formais e informais e as diferentes formas de transmutação e apropriação que podem ter.

No Capítulo 2: O espaço Público nas favelas, intentamos compreender que é entendido por espaço público nas favelas por meio de duas perspectivas:

- do olhar dos moradores;
- do olhar do Estado. Este último ponto foi precedido com um breve histórico das políticas públicas no Brasil desde duas óticas: uma política no começo do século XX que era

¹⁰ Entendido como ramificação desde qualquer ponto, um labirinto sem centro, começo nem fim.

baseada na remoção das áreas informais, outra política, depois da segunda metade do século XX que foi trabalhar no construído, ou seja nas existências, alegando o sentido de pertencimento das favelas na cidade formal e na atualidade, que podemos perceber um retorno das políticas das remoções produto dos megaeventos que aconteceram no Brasil.

No Capítulo 3: Estudo de caso no Complexo de Manguinhos, foi estruturado o contexto histórico da ocupação da área, as diferentes políticas públicas e os planos urbanísticos para o setor, o processo de urbanização dentro do contexto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o foco específico de nossa pesquisa que foi o Parque Metropolitano de Manguinhos no espaço denominado de Faixa de Gaza onde trabalhamos diferentes desdobramentos das memórias, usos, ocupações e desvios do espaço público.

Delimitamos o problema, definindo o objeto a ser pesquisado e os objetivos a serem atendidos para assim construir o referencial teórico.

CAPÍTULO 1: O ESPAÇO PÚBLICO, SEUS USOS E APROPRIAÇÕES

Este capítulo será dedicado a introduzir o leitor em alguns conceitos-chaves para uma compreensão das mudanças em torno do espaço. Sem entrar em uma revisão histórica detalhada, porque não é o foco de esta pesquisa, mas podemos pensar o conceito de espaço público em torno a algumas temporalidades arquitetônicas. Podemos trazer como primeiros exemplos as Ágoras Gregas ou num contexto Latino-americano, a Praça Sagrada Inca no Machu Pichu (1300 DC). Esta praça era o lugar onde se desenvolvia a vida social, comercial e política dos Incas, era o centro político-social do setor urbano e em torno a esta se encontravam as edificações principais como o *Templo Mayor*, o *Templo de las tres Ventanas* e o Intihuatana (símbolo religioso), também se encontrava a *Casa del Sacerdote* e o *Templo de la Luna*. O espaço público era a alma da cidadela Inca como podemos ver na FIGURA 01.

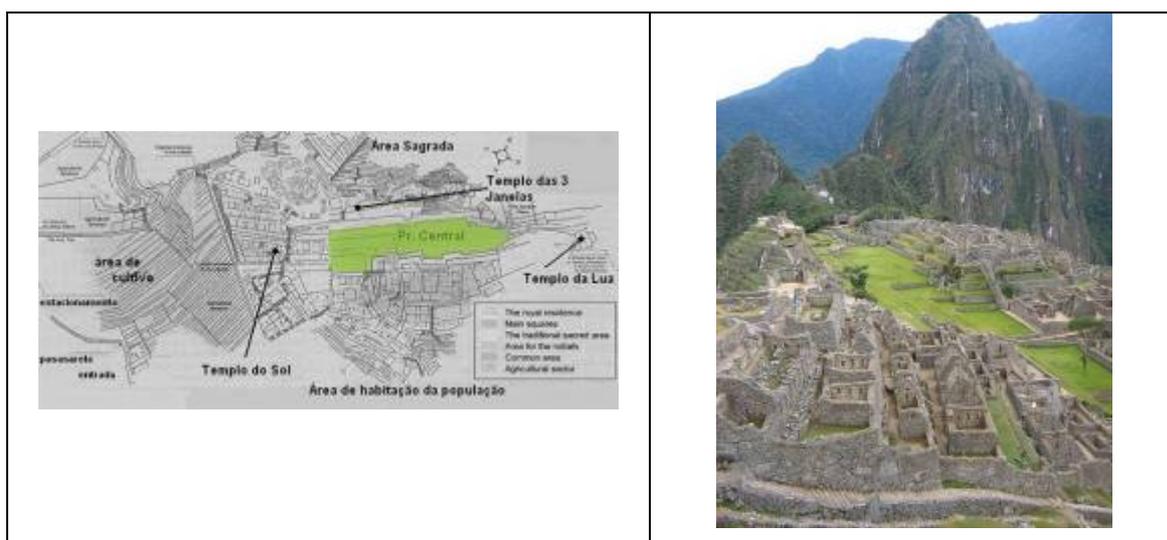


FIGURA 1: Mapa e Praça Sagrada Inca. Machu Pichu. Peru
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Um plano hipodâmico é o tipo de planejamento urbanístico que organiza uma cidade projetando suas ruas em ângulo reto, criando quarteirões retangulares. O apelativo hipodâmico (483ac) provém do arquiteto grego Hipodamo de Mileto considerado um dos pais do urbanismo. Este tipo de planos são os que são chamados “*em damero*”. A FIGURA 02 exhibe um exemplo de traçado em damero das cidades projetadas na época hispana, que do mesmo modo que a fotografia anterior se articulava em torno ao espaço público – *praça central* - onde se localizavam as edificações principais como ser a Igreja e a Prefeitura - desde onde a cidade crescia. Estes traçados foram replicados em Latino América na época da conquista e perduram até a atualidade como vemos na composição grafica seguinte.

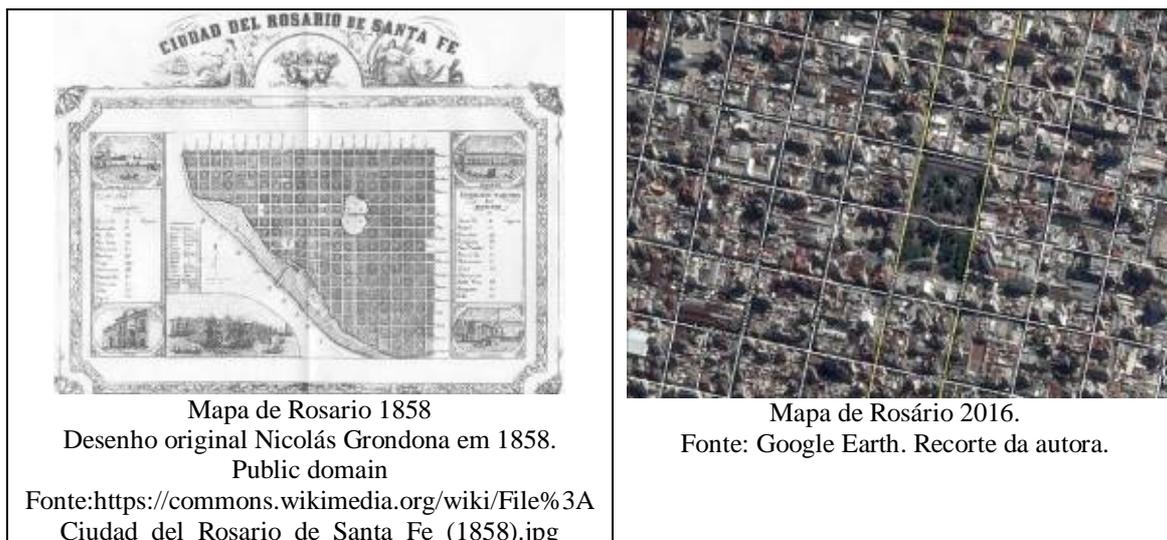


FIGURA 2: Exemplo de cidade em traçado em damero. Rosário. Argentina

Na era industrial podemos perceber como o sentido de *espaço social* dos espaços públicos vai perdendo terreno frente ao *espaço da circulação* podemos trazer como exemplo a abertura dos grandes bulevares em Paris com as execuções do Georges-Eugène Haussmann como exibe a FIGURA 03, onde vemos uma vista aérea da Praça l'Étoile, em Paris, na qual encontra-se localizado o Arco do Triunfo, desde onde saem 12 radiais, um deles a Avenida Champs-Élysées. O projeto é da segunda metade do século XIX -entre 1852 e 1870-. Estas novas vias largas atravessavam os bairros operários, dividindo as comunidades e ligando os distritos ao centro da cidade. Este projeto de modernização de Paris carregava também uma forte intenção política de contenção das revoltas das massas operárias, já que devido à geometria das ruas, antes sinuosas e estreitas e depois largas e retas, possibilitavam acabar com as revoltas populares, então objetivo do Império.



FIGURA 3: Vista aérea da Praça l'Étoile, em Paris

Fonte: <http://bamboonet.com.br/posts/conheca-o-trabalho-do-atelie-parisiense-de-urbanismo-que-elabora-politicas-urbanas-de-longuissimo-prazo>

Como analogia na América do Sul podemos pensar na abertura da av. Rio Branco -ex - Av. Central- no Rio de Janeiro, como parte do programa de introdução do modernismo no Brasil, no governo do Prefeito Pereira Passos no início do século XX. Com a demolição de 641 casas e desalojando quase 3.900 pessoas podemos pensar também esta intervenção urbana como uma forma política de *higiene urbana*, onde também foram demolidos o Morro do Castelo e os cortiços existentes. Note-se a clara “cicatriz” na malha urbana após a abertura da avenida. (ver FIGURA 04).



FIGURA 4: Vista aérea do traçado da avenida Central
Fonte: Panorâmio por GeoReporter

Como respostas a estas crises de espacialidade urbana surgem os primeiros bairros jardins ingleses, projetos de cidades radiais articuladas por redes de espaços setorizados.

Para o leitor interdisciplinar conhecer, a FIGURA 05 descreve um exemplo proposto por Ebenezer Howard de *Cidades-Jardins de Amanhã* (1898), o esquema da cidade assume uma estrutura radial, sendo composto por seis bulevares que cruzam desde o centro até a periferia. No centro, estaria um parque-jardim sendo que na região periférica estariam localizados os edifícios públicos, culturais e de saúde. A cidade não deveria ultrapassar 30.000 habitantes e 2000 na área agrícola.

Howard adquire Letchworth¹¹ que alcançou em 1962, 26000 habitantes. Em Hellerau, próximo a Dresden, foi a única cidade da Alemanha onde as ideias de Howard foram completamente implementadas. Essa proposta inspirou os bairros-jardins construídos em São Paulo.

¹¹ Letchworth, oficialmente Letchworth Garden City, é uma cidade inglesa localizada 56 quilômetros ao norte de Londres, no estado de Hertfordshire. Foi a primeira cidade-jardim, prevista inicialmente para 33000 habitantes.

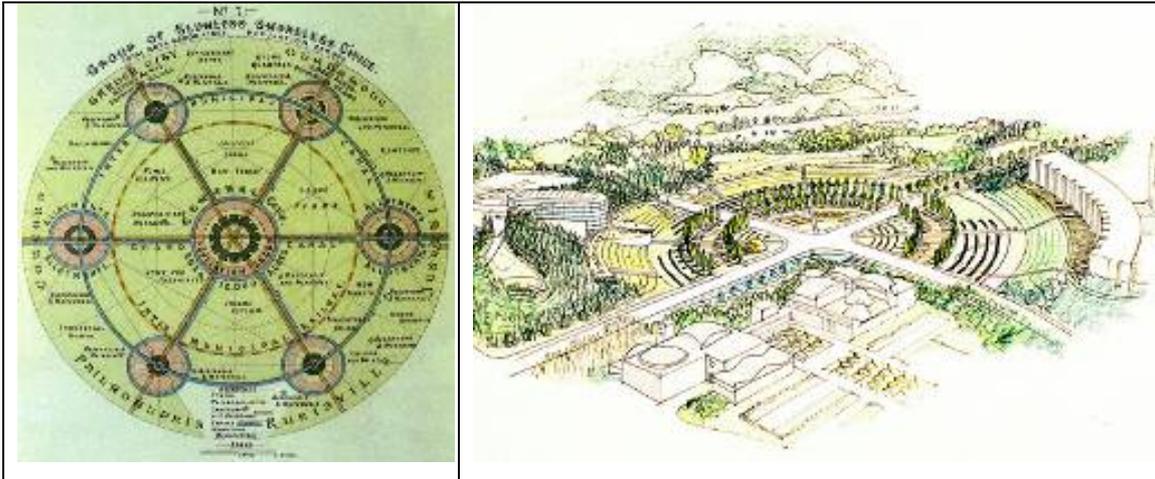


FIGURA 5: Cidade jardim de Ebenezer Howard.

Fonte: <http://sigloscuriosos.blogspot.com.br/2012/01/las-ciudades-jardin-de-ebenezer-howard.html>

Podemos citar outro modelo urbano na época estruturado pelo espaço público, o que se denominou de cidade linear (1894-1920) projetada pelo urbanista Soria y Mata, que construiu um trecho de cinco quilômetros do seu projeto de cidade nos arredores de Madrid, que ainda hoje existe -bastante modificada – chamada de bairro *Ciudad Lineal* na periferia de Madrid (FIGURA 06).

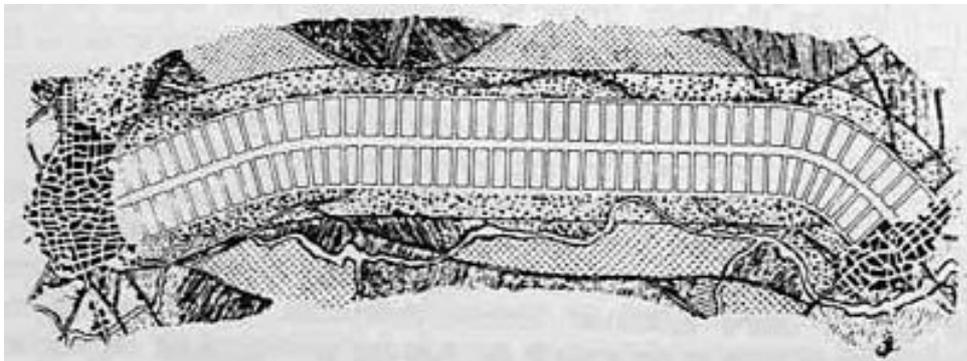


FIGURA 6: Plano bairro *Ciudad Lineal*

Fonte: [https://es.wikipedia.org/wiki/Ciudad_lineal_\(urbanismo\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Ciudad_lineal_(urbanismo))

Lúcio Costa desenvolveu um conceito similar para Brasília (1957), dois eixos articulados pelo espaço público, onde a zonificação segregou usos e gerou uma cidade de fragmentos, onde o espaço público se converteu posteriormente num deserto como podemos observar na FIGURA 07.

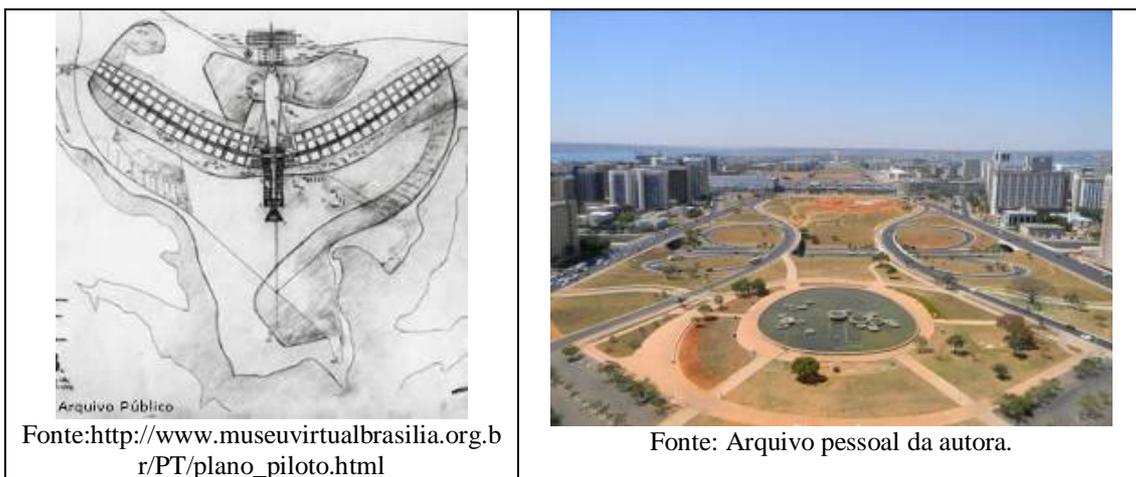


FIGURA 7: Plano piloto Brasília e foto aérea do eixo Monumental

Tony Garnier (1869) - *pertencente ao grupo de teóricos do urbanismo intitulados como utópicos*- introduz no seu projeto de *Cidade Industrial* o conceito de setorização de usos como conceito de vida harmoniosa com o espaço público como fio condutor. A setorização foi um dos princípios que nortearam sua proposta urbanística, dessa forma as áreas de habitação, indústria, cultura, lazer e governamental, seriam instâncias funcionalmente delimitadas no espaço de sua cidade.

Le Corbusier propôs nos anos 1920, a *Ville Radieuse*, uma cidade formada por arranha céus circunscritas dentro de um parque, tendo o solo livre e a circulação de veículos e pedestres separadas. (ver FIGURA 08)

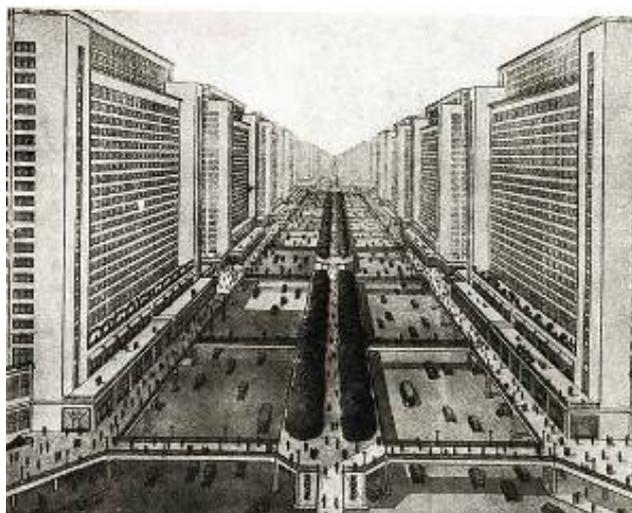


FIGURA 8: Plano Ville Radieuse
 Fonte: <http://www.archdaily.com/411878/ad-classics-ville-radieuse-le-corbusier>

Estes projetos mencionados podem e *tem* suas grandes críticas mas os exponho porque surgiram como respostas - *utópicas ou concretas* - aos problemas da perda do sentido social

dos espaços urbanos frente ao *espaço da circulação*, no que foi chamado de Movimento Moderno¹² na arquitetura.

A crítica radical dos exemplos anteriores, foi que tiveram como consequência, espaços públicos monumentais, vazios, sem vida e sem usuários.

Cito a Escola de Chicago (1901) já que surge como resposta, à expansão urbana que a cidade de Chicago sofria, e trabalha os aspectos sociais que compõem o espaço urbano.

Se formos pensar o espaço público como o lugar da interação social, vamos nos deter em alguns pensadores desta Escola, que já na época presenciaram as mudanças acontecidas nas cidades industriais norte-americanas. Chicago foi a primeira cidade tomada como objeto de estudo sociológico urbano.

Trago o George Simmel porque podemos pensar que inaugura um estilo de investigação nas cidades modernas, influenciando a Escola de Chicago; em “*As metrópoles e a vida mental*”¹³ (1903), o autor descreve a velocidade da vida social e a intensificação da vida nervosa do habitante das grandes cidades no modernismo, apontando à relação dual que se gera entre este e o habitante da cidade pequena, o caráter intelectualista da vida anímica para o primeiro contra o caráter do segundo que, segundo o autor, é baseado nas relações pautadas pelo sentimento:

Os problemas mais profundos da vida moderna decorrem da exigência por parte do indivíduo que visa preservar a autonomia e a individualidade da sua existência em face de avassaladoras forças sociais da herança histórica, da cultura e da técnica da vida que lhe são exteriores. (...) A metrópole exige do homem, enquanto criatura discriminadora, uma quantidade diferente de consciência que aquela que lhe é exigida pela vida rural; aqui o ritmo da vida sensível e mental flui mais uniformemente, segundo um ritmo mais lento, feito, sobretudo de hábitos. É assim que o caráter intelectualista da vida mental urbana se torna compreensível – em contraste com a vida das pequenas cidades, que assenta mais no sentimento e nas relações afetivas (SIMMEL, 1903, p.75-76).

Assim para Simmel, o tipo do habitante da cidade grande cria um órgão protetor contra o desenraizamento, ele reage não com o ânimo, neste caso sentimento, mas com o entendimento e o caráter *Blasé*, seria uma consequência dos estímulos nervosos que as cidades grandes produzem nos indivíduos citando que “a essência do caráter Blasé é o embotamento frente à distinção das coisas [...] todas elas nadam, com o mesmo peso específico, na corrente constante e movimentada do dinheiro” (SIMMEL, 1903, p. 582)

¹² O movimento moderno supôs uma rutura com a arquitetura clássica criando uma nova linguagem arquitetônica. O eixo do movimento foi o funcionalismo, onde a forma fica ao serviço da função.

¹³ É o texto de uma conferência proferida por Georg Simmel por ocasião da Exposição das Cidades, em Dresden, Alemanha.

Para Park, um dos fundadores da Escola de Chicago e autor de “*A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano*” (1916) faz uma leitura da cidade como um organismo social, a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, a cidade, tem aspectos técnicos e dimensões morais que influenciam os seus habitantes. A cidade está composta por um conjunto de interligações:

A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. (PARK, 1916, p.32).

Na sociedade urbana encontramos forças que agrupam e ordenam os indivíduos, e é justamente no esforço de isolar e analisar essas forças que surge a Ecologia Humana.

Para Louis Wirth, autor de “*O Urbanismo como modo de Vida*” (1938), o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, a mudança de uma sociedade rural para uma urbana nos EUA se verificou no espaço de tempo de uma só geração em áreas industrializadas. O autor critica como identificarmos o urbanismo com o lugar físico da cidade, encarando-o como algo delimitado no espaço, se procedermos assim afirma, provavelmente não chegaríamos a nenhum conceito adequado de urbanismo como um modo de vida já que para Wirth a cidade abarca as várias formas de associações humanas, e é o local onde os vários grupos convivem com diferentes etnias, costumes, tradições e idiomas no mesmo espaço:

A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem. (Wirth, 1938, p.4)

Nos anos 50 em Estados Unidos, as práticas de renovação urbana começaram assumir modelos esquemáticos ideais que conduziram à destruição do espaço público, como vimos anteriormente.

Jane Jacobs, uma das teóricas mais influentes do urbanismo na época, já criticava em uma de suas obras mais emblemáticas: *The Death and Life of Great American Cities* (1961) estes processos que iam surgindo, descrevendo a profusão de áreas urbanas desvitalizadas, produto do modelo moderno que as criou.

Jacobs afirma que os usuários do espaço público são os *proprietários naturais da rua*. A autora se coloca contra os projetos de ações de remoção para a implantação de um conjunto

habitacional, valorizando revitalizações paulatinas que considerem o envolvimento dos moradores. Chama de *balé das ruas*, ao processo onde os atores diversificados com as mais diferentes atividades e em horários múltiplos, formam uma teia de interação social e cuidados mútuos onde as pessoas, consciente ou inconscientemente, utilizando o espaço público ou só contemplando-o desde suas casas, exercem uma vigilância natural sobre o que ali acontece, porém se revitaliza. Para a autora estas redes são o capital social urbano insubstituível.

“O balé da boa calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações” (Jacobs, 1961, p. 52).

Segundo Harvey (2014) existe uma prática social de *comunalização*, prática que se refere a uma relação social que se estabelece ou se cria neste espaço público tratado como um *comum*, uma relação coletiva e não mercantilizada. “A cidade é o lugar onde as pessoas de diferentes classes se misturam, para produzir uma vida em comum”. (HARVEY, 2014, p.134). Na história do utopismo urbano, existem registros de todo tipo de aspiração urbana de dar à cidade uma imagem diferente, mas *de acordo com nossas mais profundas aspirações* como diria Park. Para Hardt e Negri (2011), o comum aparece com a metrópole, quando esta se torna a usina de geração do mundo, o comum é organizado, mas é uma organização de novo tipo, os autores argumentam que deveríamos ver a metrópole como uma fábrica para a produção do comum. Mas Harvey (2014) coloca ênfase que na contemporaneidade, existe uma perda da *comunalidade* urbana nos espaços produzidos, já que possuem diferentes tipos de controles, sejam espaciais, de policiamento ou vigilância na qualidade da vida urbana. Para o autor, estes espaços e bens públicos urbanos se transformaram numa questão do poder do Estado e da Administração pública, por isso perdem essa *comunalidade* que possuíam.

Na segunda metade do século XX, percebemos que estes espaços urbanos monumentais, vazios e sem usuários que mencionamos anteriormente, produto do que chamamos na arquitetura de Movimento Moderno, abusou de suas virtudes. Nota-se na contemporaneidade um processo reverso: o espaço público parece não haver sido contemplado, levando a construir grandes massas urbanas de prédios em altura repetitivos, conformando uma sorte de cidades verticais.

Apoiando estas considerações citadas acima, trago como referência um recorte do filme “A Montanha Sagrada” de Alejandro Jodorowsky, realizado no ano 1973, onde a clareza conceitual destes *excessos* é descrita com sarcasmo, cito aqui um extrato:

“construir estes complexos habitacionais têm sido um erro, temos perdido dinheiro. Fizemos jardins e janelas, instalamos água, luz e calefação, foi uma ideia equivocada. O homem não necessita um lar, só um refúgio. Sim! O

convenceremos de isso, poderemos fazer bilhões” (Jodorowsky, A Montanha Sagrada, 1973)

Em esta outra captura do filme (FIGURA 09) vemos como o mercado imobiliário há lançado umas novas habitações sociais compactas: *uns Ataúdes*.

O argumento reproduz: “o homem virá só para dormir, não terá necessidade de luz, nem água, nem de cozinhar, o acostumaremos a comer na fábrica”, no entanto a cena do filme mostra a maquete com as *moradias-ataúdes* e de plano de fundo, os políticos que estão desfrutando de um grande bacanal bebendo e comendo frango com as mãos, sem se importar com o projeto “arquitetônico”.



FIGURA 9: Captura da autora do filme A Montanha Sagrada
Fonte: Filme A Montanha Sagrada (1973)

No seguinte recorte do filme (FIGURA 10), o diretor coloca num zoom-in na maquete individual da habitação popular compacta em tamanho real - escala 1:1 em termos arquitetônicos-: *Um Ataúde*.



FIGURA 10: Captura da autora do filme A Montanha Sagrada.
Fonte: Filme A Montanha Sagrada (1973).

Este elemento da FIGURA 10, a *moradia ataúde*, nos remete pensar em Gilberto Velho e sua tese depois convertida em livro: *A Utopia Urbana-um estudo de antropologia social* (1973) -curiosamente da mesma época que o filme- pensada como um exemplo que vincula à ironia que o filme anteriormente citado carrega em quanto aos *excessos da modernidade* e a atualidade. Velho (1970) faz sua pesquisa no bairro de Copacabana, colocando o foco no prédio chamado de “Duzentão” (ver FIGURA 11), no número 194 da Rua Barata Ribeiro, construído em 1959, o prédio possui 12 andares com 45 apartamentos por andar, total 507 imóveis, 300 são conjugados de 24m² e 207 tem quarto e sala. Quer dizer que no prédio vivem 1273 moradores. Uma cidade vertical em massa como denominamos anteriormente.



FIGURA 11: Fachada do prédio Duzentão em Copacabana. Rio de Janeiro.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Que entendemos por espaços formais e informais?

Focando-nos na concepção e construção do espaço público na perspectiva do urbanismo, os espaços podem ser lidos como:

- *formais*, que são os planejados pelo poder público governamental, como parte do contexto do planejamento urbano da cidade, por exemplo, os bulevares, as ruas, os espaços cívicos, monumentos urbanos, parques e praças;

- *informais*, que são espaços que adquirem uma característica funcional que é dada pela apropriação espontânea dos cidadãos, como por exemplo, uma calçada que se transforma num

“shopping a céu aberto”, uma rua que se transforma em feira, um beco numa favela que se transforma em um espaço para jogar futebol e brincar.

Pensando na interdisciplinaridade do leitor, apresento, por médio de algumas fotos tomadas durante minha viagem de estudo e pesquisa que denominei *Travessia Latino-americana: Pensamento urbano e cidade*, alguns exemplos de espaços públicos –*formais e informais*- desde uma leitura contemporânea e as diferentes formas de apropriação que me interessam descrever para nos adentrar no tema de estudo.

Harvey (2014) descreve como a rua, antes do surgimento dos carros, era o lugar da socialização, um espaço para as crianças brincarem; com a contemporaneidade este *comum* foi convertido num espaço público dominado pelo automóvel, mas a FIGURA 12 exemplifica como este espaço público formal - *a rua* - por uma causa externa como é a nevada, volta a ser aquele espaço de socialização que Harvey cita, neste caso em Ushuaia (Patagônia), a rua foi fechada é apropriada pelas crianças para praticar snowboard.



FIGURA 12: Rua fechada pela neve em Ushuaia. Tierra del Fuego
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A FIGURA 13 exhibe como uma calçada em Puebla, México, foi apropriada espontaneamente e se transformou num Mercado informal - *um shopping a céu aberto* - como podemos denominar.



FIGURA 13: Mercado em Puebla. México
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Com esta fotografia (FIGURA 14) vemos um exemplo de como a arquitetura pode gerar um espaço público de *intermediação* entre o construído – neste caso a Biblioteca- e a natureza, materializado no plano de água que circunda o edifício.



FIGURA 14: Biblioteca Virgilio Barco. arq. Rogelio Salmona. Colômbia. Bogotá.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Na fotografia seguinte (FIGURA 15) vemos como um espaço público formal é utilizado pela população para celebrar seus rituais.



FIGURA 15: Praça em Copacabana. Dia da Pachamama. Lago Titicaca. Bolívia.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Nesta fotografia (FIGURA 16) vemos como uma rua é apropriada para celebrar seus mortos – *celebrações características em vários países de América Latina* - neste caso o “Dia de todos los Muertos” na Nicarágua.



FIGURA 16: Dia de todos los muertos. Antigua. Nicarágua.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Coloco a próxima fotografia para indicar como um espaço formal –*uma rua* - pode funcionar como um lugar de ação política (FIGURA 17), se transformando num espaço público apropriado pela população para se manifestar.



FIGURA 17: Manifestação na Praça de Armas de Cusco. Peru.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A FIGURA 18, uma foto tomada na Praça principal de Bogotá, representa um espaço público formal apropriado para promover ações cidadãs a modo de educação cívica, neste caso pelo político Antanas Mokus que têm logrado reduzir de forma significativa às taxas de violência já que segundo ele “uma boa política de seguridade resulta de uma boa política de espaço público, porque ai se constrói a alteridade” (Carrion, 2007).



FIGURA 18: Antanas Mokus e seu programa Cultura Ciudadana. Bogotá. Colômbia,
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Com as FIGURAS 19 e 20 desejo destacar como um espaço formal projetado também pode ser um espaço vazio, neste caso eu chamo o “*espacio do medo*”. Foram 12 os deputados sequestrados pelas Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia –FARCs¹⁴ no ano 2002 e seus corpos nunca foram devolvidos.



FIGURA 19: Praça em Cali. Colômbia
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A FIGURA 20 descreve nesta mesma praça o pedido dos familiares pelos corpos dos sequestrados para poder enterrar seus mortos.



FIGURA 20: Praça em Cali. Colômbia
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Com a FIGURA 21 damos um exemplo de um espaço público como lugar de intermediação política, esta Praça em Palenque, México se encontra num território Zapatista,

¹⁴ O 12 de novembro de 2016 foi firmado um novo acordo de Paz entre o governo e as FARCs, o anterior foi rejeitado pela população em plebiscito realizado em 2 de outubro do mesmo ano.

tacitamente todos sabiam que o Subcomandante Marcos líder do Exército Zapatista de Liberação Nacional – EZLN chegaria em breve, a festa na Praça era o código de que ele passaria por lá.



FIGURA 21: Festa tradicional na praça central de Palenque em México
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A composição de fotos da FIGURA 22 expõe exemplos de espaços informais nas favelas, apropriados pelas crianças para se divertir.



FIGURA 22: Espaços apropriados pelas crianças em diversas favelas do Rio de Janeiro
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora.

Em suma, o espaço urbano, seja qual for, deve ser considerado como obra da sociedade e não como produto dela. A participação ativa do cidadão no território, na gestão e na prática social, transforma esse espaço em espaço vivido e apropriado, feito segundo a sua conveniência e construído a partir de suas memórias.

Os espaços produzidos: o direito à cidade e a produção social do espaço.

A crítica geral entre os teóricos urbanos é que estes espaços globais, muitas vezes não são apropriados pela sociedade, eles são produzidos para um consumidor global, impostos dentro de um parâmetro superficial, sem conhecimento do lugar específico da implantação.

O espaço contempla uma dupla conceição, por um lado uma materialidade e por outro lado um conteúdo social pelas relações que aí acontecem. Se pensarmos na produção do espaço intervêm vários fatores, entre eles podemos falar de um político, um do capital, outro das relações sociais.

Já Lefebvre politizou sobre a produção social do espaço, assumindo a ótica dos cidadãos, apontando o direito à cidade com a plena fruição do espaço social. Lefebvre no seu livro *Le droit à la ville* (1968), define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade dos benefícios da vida urbana. O autor principia o capítulo do livro homônimo *Direito à cidade* citando como a reflexão teórica vê se obrigada a redefinir as formas, funções e estrutura da cidade como assim também as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana.

Lefebvre alude como em todos os âmbitos existem sistemas de significações, criticando como os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, criticando um sistema que não parte da significação percebida de quem habita o espaço, formando sistemas ligados a instituições que se fecham em si mesmos, em consequência, exógenos aos habitantes. A ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social, mas para o autor essa ciência não basta. Para Lefebvre a estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante; quem diz "estratégia" diz hierarquia das "variáveis" a serem consideradas. Isto quer dizer que seria desejável elaborar duas séries de proposições: tanto um programa político de reforma urbana, onde as forças políticas assumem suas responsabilidades e por outro lado, os projetos urbanísticos bem desenvolvidos, compreendendo "modelos", formas de espaço e de tempos urbanos.

“Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos” (LEFEVBRE, 2001, P.115). Neste contexto, estes buracos seriam os “lugares dos possíveis”, dentro desta sociedade que segundo o autor, se descobriu lacunar.

Entre a socialização da sociedade e a segregação generalizada, surgem direitos; estes entram para os costumes ou para as prescrições seguidas por atos.

Neste ponto vou me deter num fragmento do texto onde autor reflete sobre o *Direito à Natureza*, que entrou na prática social em favor dos lazeres, descrevendo como a natureza transmuta desde o valor de troca para o de mercadoria:

“os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa "naturalidade" da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela” (LEFEVBRE, 2001, p.117)

Apoiando este conceito de Lefebvre, podemos pensar na contemporaneidade, no artigo *Paisagens urbanas pós-modernas* de Zukin (1991), onde faz referência à arquitetura de fantasia que age literalmente como um palco para o consumo. A autora define três elementos da paisagem pós-moderna extra urbana:

- um cenário
- uma fantasia particular compartilhada
- um espaço liminar que media entre a natureza e o artifício.

A autora elenca com ênfase para apoiar a sua reflexão, os espaços urbanos projetados no parque temático Walt Disney World. Podemos expor dentro do dito Parque, a Disney's Typhoon Lagoon Water Park (FIGURA 23), um *espaço público produzido* com ondas, montanhas e praias artificiais como vemos na composição fotográfica, dentro de um espaço privado como é o Parque temático Walt Disney World.



FIGURA 23: Disney's Typhoon Lagoon Water Park

Lefebvre continua afirmando que aquilo que sobrevive da natureza, torna-se um gueto dos lazeres e descreve como *desvios do direito à cidade* essa reivindicação da natureza:

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno as cidades tradicionais, só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. (LEFEVBRE, 2001, p.117)

O autor entende o “urbano”, como o lugar de encontro, e esta é a ideia que vamos reforçar. Já na *Produção Social do Espaço*, Lefebvre relata como os espaços urbanos são pontos de confluência de fluxos, chamando isto de planejamento espacial; uma relação entre fluxos e conexões. Coloca foco em como a sociedade se urbanizou e como o capitalismo não só se apoiou nas empresas e no Mercado, se não também nos espaços.

“Com a indústria do capitalismo, o entretenimento se apropriou dos espaços deixados vagos: o mar, a praia, as montanhas, se criou uma nova indústria, uma das mais poderosas: a indústria do lazer”¹⁵ (LEFEVBRE, 1974, p.221)

Nesta nova indústria de produção do espaço, ele tem sido integrado ao Mercado e à produção industrial, e, por conseguinte, todo o espaço que é definido como sendo dominante e dominado.

Já desde o século XIX se descobriu que a imagem urbana pode ser uma mercadoria que pode dar lucros com o turismo como uma de suas ferramentas (Kearns e Pilho, 1993). Os espaços podem se transformam em mercadorias, num espaço de representação. Nestes espaços produzidos, como vemos em vários processos urbanos, são projetados o que poderia se denominar de *captadores de urbanidade*, e com isto quero dizer: projetos para revitalizar espaços degradados, que são pensados como prédios arquitetônicos icônicos de arquitetos de firma, -reconhecidos a nível mundial- para transformar estas áreas degradadas em espaços sociais de urbanidade.

Podemos citar como exemplo de espaço público produzido no contexto do projeto da revitalização da área portuária denominado de *Porto Maravilha* no Rio de Janeiro, e pontualmente nos focar na antiga Praça Mauá, um espaço degradado por vários anos, que dentro do contexto da revitalização urbana, se gerou a partir de um elemento, neste caso o Museu de Amanhã (2015) um captador de urbanidade.

O espaço, neste caso a Praça Mauá, se transformou em um espaço de intermediação, voltou a ser usado pela população, mas também o processo de gentrificação foi acentuado e podemos intuir que as memórias do lugar foram removidas em algum ponto (FIGURA 24). A Praça Mauá era um lugar degradado, um processo acontecido em parte pela elevação da

¹⁵ Papers: revista de sociologia, Ano: 1974 Núm.: 3

perimetral na década dos 50 que ocasionou na época, tanto uma degradação arquitetônica como social. Não nos adentraremos a desenvolver o projeto urbano para a área, mas sim a utilizaremos como exemplo de espaço público produzido.



FIGURA 24: Praça Mauá e Museu do Amanhã. arq. Santiago Calatrava
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A figura seguinte (FIGURA 25) exhibe o antes e depois da área mencionada



FIGURA 25: Antes e depois da revitalização urbana da Praça Mauá.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=751306&page=2115>

Também existem espaços produzidos semi-privados que são usados por algum setor da população como lugar de recreação e esparcimento, pense o leitor em um shopping Center e a desorientação que esse espaço produz no usuário. A arquitetura impede que os usuários

mapeiem os espaços construídos por onde transitam, espaços que propiciam a desorientação, a iluminação é sempre a mesma, o usuário não sabe se é de dia ou noite, eis o “Hiperespaço” desenvolvido por Jameson (1984). Fredric Jameson faz uma reflexão sobre a transformação do espaço desde a crítica das experiências pós-modernas, onde é ressaltada a saturação do modernismo em pós da criação de consumo. (FIGURA 26).

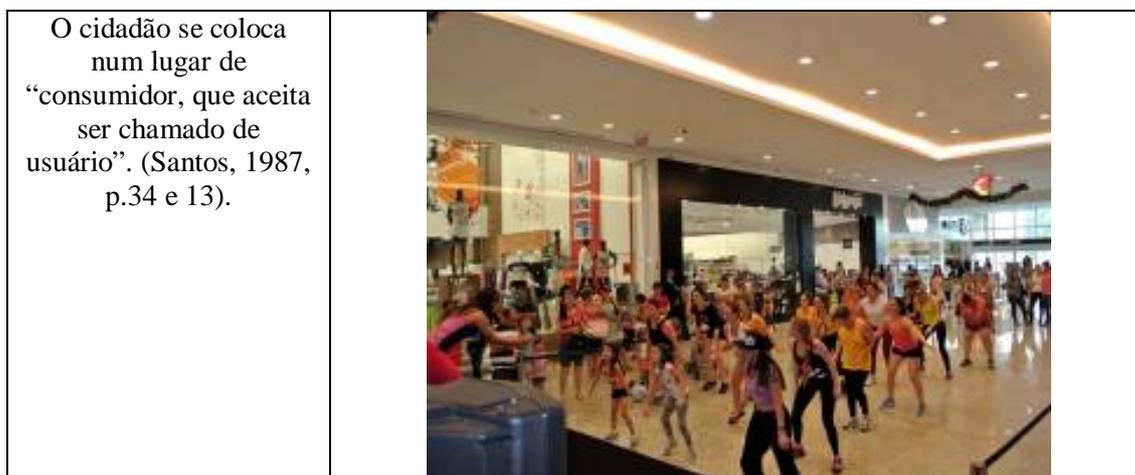


FIGURA 26: Norte Shopping. Aulas de Zumba. Rio de Janeiro
Fonte:<http://www.folhablu.com.br/noticias/variedades/lazer-e-cultura/norte-shopping-tera-espaco-de-beleza-e-aula-de-zumba-no-dia-internacional-da-mulher.html#.VzDmtIThC00>

Os Espaços das Memórias

No apartado anterior vimos alguns exemplos das diferentes maneiras nas quais podemos ler os espaços públicos e as variadas formas de apropriação e uso pela população. Já neste ponto pensaremos como as memórias podem se ancorar nos espaços, transformando-os. Se bem a memória é um conceito associado às ideias de rememoração e memorização, o conceito de Memória Social pensado como a memória das sociedades, relacionada com os processos coletivos ou sociais é relativamente recente. Maurice Halbwachs é quem rompe com a tradição de que memória é uma faculdade individual, cunhando o conceito de Memória coletiva. Não há memória que não seja social. A Memória Social requer lugares e tende à espacialização, mas foi Pierre Nora (1993) quem trabalhou na importância do espaço como *senal* para fixar a lembrança, no que denominou de *lugares de memória*.

“A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.09).

Segundo o autor os lugares de memória são construídos porque perdemos os meios de memória, são uma tentativa de compensar o que foi destruído. Segundo Nora (1993) a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs já descreveu, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla, coletiva, plural e individualizada. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p.9)

Para o autor, os *lugares de Memória* são lugares, com sentido material, simbólico e funcional, diferentemente aos objetos da história, os lugares de memória são seus próprios referentes, são eles mesmos, em estado puro. Nesse sentido, “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome” (Nora, 1993, p.27)

“Lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, e claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (Nora, 1993, p.22)

(...) que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vaivém que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...)" (NORA, 1993, p.13)

Os *lugares de memória* são segundo o autor, locais materiais e imateriais onde se cristalizou a memória de uma sociedade, de uma nação; locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

Incorporo a Sarah Gensburguer (2008), que traz um terceiro termo que me interessa para compreender a relação entre lugar e memória: O espaço social. Para a autora, se bem alguns lugares são mobilizados para ancorar memórias “não é tanto a materialidade do lugar nem sua semiótica o que desempenha uma força motriz”, a diferença dos lugares estudados por Nora, "não fundam uma história em segundo grau", senão que incitam a explorar uma

sociologia da memória "por meio da indagação dos contextos sociais da memória que são os que dão sentido pleno à expressão de lugar de memória" (GENSBURGUER, 2008, p.34)

Em tal caso, podemos pensar os espaços como lugares onde se ancoram as memórias, cada espaço carrega memórias, sejam individuais ou coletivas, mas sempre um espaço arca as memórias de alguém, então os espaços são lugares de memórias.

Como exemplo de um *Espaço da Memória* exponho uma Escada. (FIGURA 27). Esta escada se encontra localizada na área do Areal, no Complexo do Alemão¹⁶, e foi construída como parte do projeto de infraestrutura no processo urbanístico e social no contexto do Programa de Aceleração e Crescimento realizado pelo Governo-PAC. Esta escada, como tantos outros pequenos espaços e becos na favela, foi apropriada pelos moradores para poder ser esse espaço urbano de lazer dentro da comunidade, já que uma das características das favelas e a carência destes espaços. Esta escada era usada pelos jovens para jogar futebol e brincar, uma dessas crianças era Eduardo de Jesus Ferreira que se encontrava brincando na porta de sua casa o dia 2 de abril de 2015¹⁷ quando foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça, foi assassinado com 10 anos de idade -ele foi a quarta vítima fatal da guerra entre traficantes e policiais na região-.



FIGURA 27: Escada no Areal. Complexo do Alemão
Fonte: Foto Fabio Teixeira/UOL

Um ano depois, integrantes do Coletivo Papo Reto¹⁸ e a mãe de Eduardo, Terezinha Maria de Jesus, inauguraram uma placa em homenagem a ele. O espaço passa agora a se

¹⁶ Complexo do Alemão. Conjunto de 12 favelas na zona norte da cidade de Rio de Janeiro.

¹⁷ A decisão tomada o 29/11 de 2016 pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre o caso do assassinato de Eduardo de Jesus Ferreira resultou no arquivamento do caso.

¹⁸ PAPO RETO é um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e Penha

chamar “*Beco Eduardo de Jesus*” (FIGURA 28). Um espaço com uma nova significação, poderíamos denominar de um *altar urbano espontâneo*.



FIGURA 28: Beco Eduardo de Jesus.
Fonte: <http://midia coletiva.org/homenagem-a-eduardo/>

Os altares urbanos são espaços que carregam memórias, particularmente nas favelas - *foco de nossa investigação* - geralmente associados às mortes violentas.

Os processos de luto, morte e lembrança são culturalmente constituídos e socialmente compartilhados, Hallam & Hockey (2001) propõem, apoiar-se na cultura e na história para dar conta de como a vida e a morte encontram proximidade por meio de objetos e lugares. Este tipo de artefato de memória –*altares urbanos espontâneos*- tem sido objeto de análise em diferentes campos, sendo uma forma de ação social não institucional, surgindo quando as mortes são sentidas como próprias por uma comunidade, criando eles mesmos mecanismos de elaboração do luto no espaço público (ARENAS, 2014). A palavra espontâneo refere-se à automotivação das pessoas envolvidas, a seu desejo de participar ou contribuir na sua criação, não há um dever formal, sua realização não tem vinculações com o Estado ou com outras instituições. (SANTINO, 2011)

A apropriação do espaço público é um fator relacionado à cidadania, considerando-se, sobretudo, os aspectos urbanísticos e as formas de apropriação. A morte violenta parece ter tratamento especial; o espaço público é sacralizado como estratégia de apropriação da construção das identificações sociais, sendo elementos simbólicos das memórias.

Com este exemplo, como poderiam ser tantos outros, queremos destacar como os espaços podem se transformar, adquirindo uma outra função paralela a aquela à qual foram concebidos, como neste caso quando um fato traumático os envolve. Esses mesmos espaços,

que desde suas concepções ou apropriações foram usados como lugares de recreação e lazer passam a serem locais com outro caráter, ocupados pelas memórias.

Os espaços residuais como possibilitantes.

Podemos pensar o conceito de vazio urbano, entendido onde o espaço fica atrapado sem nenhuma função definida, carente de identidade e pertencimento, no qual o usuário não logra identifica-lo, provocando seu deterioro e marginalização como um espaço residual, mas muitas vezes estes espaços residuais se transformam num espaço público de interação, gerando possibilidade de intercâmbio, se transformando num espaço possibilitante de uma outra função. Na FIGURA 29 podemos observar como exemplo o espaço residual embaixo da perimetral no Rio de Janeiro, -antes de ser demolida-, que se transformava num espaço público de interação gerado pela Feira de Antiquidades que ai acontecia.



FIGURA 29: Antiga feira de antiguidades baixo a perimetral
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A FIGURA 30 descreve um outro exemplo de vazio urbano lido como espaço residual embaixo do Viaduto do Café em São Paulo, transformado em academia para moradores de rua, visando sua reinserção social: Ginásio Nilson Garrido.



FIGURA 30: Ginásio Nilson Garrido
Fonte: <http://casa.abril.com.br/materia/ex-boxeador-constroi-academia-sob-viaduto-de-sao-paulo>

Com estes exemplos podemos ver como os espaços residuais podem se transformar num espaço que adquire uma função a partir da espontaneidade da interação social que aí acontece. Estes espaços não são produzidos por forças exógenas senão que sua dinâmica tem que ver com a sociabilidade: a sociabilidade é a geradora da função pela sócio-comunicação que aí se gera.

Após delinear uma leitura geral do significado de espaço público e os diferentes tipos de apropriações, vamos nos aprofundar em nosso foco do estudo projetual onde podemos pensar nestes espaços produzidos que mencionamos anteriormente nas favelas cariocas.

Os espaços produzidos nas favelas cariocas

No texto de Cavalcanti: *O PAC e a inscrição monumental das favelas na paisagem carioca* (2013), são examinadas as transformações realizadas pelo PAC- Programa de Aceleração do Crescimento¹⁹ nas favelas da cidade: a autora descreve como estes projetos possuem uma leitura comum à maioria, criam fortes efeitos visuais sobre a paisagem urbana - já que são visíveis a grandes distâncias - mas produzem uma leitura ambígua do espaço, porque não é a favela em si o que sobressai na paisagem, mas sim o projeto como se fosse em algum ponto uma arquitetura escultórica.

A autora ressalta como as obras do PAC, “inauguraram um regime distinto de (in)visibilidade dessas comunidades na paisagem urbana”, na medida em que:

“resinificam os contrastes e as fronteiras sociais historicamente constituídas, ao ressaltar o espetáculo de sua incorporação à cidade através de grandiosas obras de infraestrutura e pacificação” (Cavalcanti, 2013, p. 203)

Apoiaremos as reflexões citadas anteriormente elencando exemplos gráficos em três favelas da cidade:

- Como primeiro exemplo podemos pensar na passarela projetada por Oscar Niemeyer na favela da Rocinha, uma das maiores favelas de América latina, a qual encontra-se localizada na saída do túnel Zuzu Angel, sentido Barra de Tijuca. Esta passarela liga o Centro Esportivo (2008-2010) - constituído por um campo de futebol, piscina semiolímpica, ginásio coberto, centro de judô, parque de skate, vestiários, áreas administrativas, estacionamentos, loja de artesanato e uma delegacia- ao outro lado da autoestrada Lagoa-Barra, onde se encontra o acesso principal à comunidade. Para Cavalcanti: “a passarela e os arredores da favela marcam, a um só tempo, a presença do Estado e o *espetáculo* da forçada integração da favela” (Cavalcanti, 2013, p. 203)

¹⁹ PAC- Programa de Aceleração do Crescimento. Programa governamental criado no ano 2007

Na FIGURA 31 observamos a representação gráfica desta leitura urbana, sendo que o que chama a atenção desta passarela de 125m com uma impronta similar à Praça da Apoteose no Sambódromo- projeto também realizado por Oscar Niemeyer-, é que não é a leitura de uma ponte o que prima, e sim uma *Escultura*.

“Pensei em fazer um desenho mais reto, mas ia confundir os motoristas. Desse jeito, a passarela ficará mais bonita, mais suave, e é uma prova de que a favela pode melhorar” (entrevista com Niemeyer, O Globo²⁰, 2010)



FIGURA 31: Passarela Oscar Niemeyer na favela da Rocinha.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

- Outro exemplo na favela Maré, com quase 130 mil habitantes, localizada na zona norte da cidade, caminho obrigado de quem chega ao Rio de Janeiro desde o aeroporto Galeão pela linha Vermelha, a qual divide à favela em dois, por tanto a concepção urbana do projeto foi que a comunidade seria beneficiada pela barreira acústica de 7,5km de extensão e 3m de altura ao longo da linha Vermelha, que foi colocada *para isolar à comunidade dos barulhos de esta via rápida de circulação*. Este muro possui também pinturas com temáticas populares brasileiras. O olhar do turista é atraído para as pinturas deste muro que bloqueia a visão da favela (ver FIGURA 32)

Cita Cavalcanti:

“na Linha Vermelha, a nova lógica de (in) visibilidade na paisagem urbana vai ainda mais longe: ela substitui a favela “real”, escondida atrás da “barreira acústica”, por uma representação romantizada”. (Cavalcanti, 2013, p. 204)

²⁰ Acessível em: <http://oglobo.globo.com/rio/passarela-da-rocinha-sobre-lagoa-barra-primeira-de-niemeyer-sobre-pista-no-rio-fica-2999205>.



Fonte: Foto da autora.

Fonte: Foto: Paulo Barros

FIGURA 32: Muro acústico da favela da Maré.

“Se o olhar se move para além da barreira acústica, a favela volta a chamar a atenção – agora à distância, alastrando-se aos pés do sistema do teleférico “(Cavalcanti, 2013, p. 204).

Apoiando o fragmento de texto citado acima, e transitando ainda pela linha Vermelha, vemos no topo dos morros que compõem a topografia da área chamada Complexo do Alemão: o projeto do Teleférico. Outra obra realizada no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC promovendo a retomada do planejamento e a execução de obras de infraestrutura social e urbana na área. Aqui observamos mais uma vez o Estado produzindo o espaço – neste caso o espaço aéreo- neste conjunto de 12 favelas, o modelo deste *captador de urbanidade* - o teleférico- (ver FIGURA 33), foi inicialmente implementado em Medellín, na Colômbia, e importado para o Rio de Janeiro pelas obras do PAC. O teleférico²¹ foi construído no ano 2011, é um sistema de transporte integrado com 152 gôndolas que se movimentam através de seis estações ao longo de 3,4km. O que se sobressai à distância e o perfil das estações que se encontram intencionalmente no mesmo campo visual junto à Igreja da Penha e o Cristo Redentor, expressa o arquiteto Jauregui autor do projeto.

²¹ O Teleférico do Conjunto de Favelas do Alemão está fechado, por tempo indeterminado, desde o 14 de outubro de 2016, pela falta de pagamento do estado, segundo a consórcio Rio Teleféricos.



FIGURA 33: Teleférico em Medellín, Colômbia e no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.

Segundo Cavalcanti (2013), há um recurso estético nas obras do PAC que não estava presente nas iniciativas dos programas governamentais anteriores: a autora descreve como a forma de “integração” entre favela e cidade é simbolizada como um espetáculo urbanístico, e a consequência é a inscrição definitiva da favela na paisagem urbana, se contrapondo com às obras do Programa governamental precedente, onde as intervenções do Programa Favela-Bairro tinham que ver com produzir melhorias em pequena escala. Para a autora: “o Favela-Bairro foi Jane Jacobs, as obras do PAC são Robert Moses” (CAVALCANTI, 2013, p.206).

Poderíamos citar muitos outros exemplos, mas o que pretendemos deixar exposto é como o espaço público nasce com os projetos das cidades, desde as ancestrais, as utópicas, as projetadas, e como desde sempre foi uma preocupação e um debate entre os teóricos do urbanismo, os políticos e a sociedade civil. Enfim, podemos observar no desenvolvimento deste Capítulo como o espaço público se redefine constantemente em função das mudanças históricas, os projetos políticos, as formas de apropriação e, o contexto urbano e social onde estão circunscritos.

CAPÍTULO 2: O ESPAÇO PÚBLICO NA FAVELA

No Capítulo anterior vimos as diferentes concepções do espaço e as variadas formas de transmutação e apropriação que o espaço público pode ter, neste Capítulo pretendemos compreender o que é entendido por espaço público nas favelas por meio de duas perspectivas: do olhar dos moradores e do olhar do Estado.

Segundo Duarte (2008) por muitas décadas as favelas foram percebidas como um fenômeno temporário, fruto dos descompassos entre o crescimento econômico e populacional das cidades. Esta condição de tolerância tácita por parte dos habitantes da cidade chamada formal, estabeleceu um tipo de pacto de invisibilidade, acreditando que as favelas desapareciam, caso fossem providas habitações aos seus moradores; de forma contrária, esta indiferença funcionou como combustível para o crescimento das favelas nas cidades, finalmente se transformando, especificamente na cidade de Rio de Janeiro, no maior laboratório mundial para as políticas públicas de inclusão social.

De acordo os dados oficiais do Censo de 2010, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 763 favelas no Rio de Janeiro, e na tentativa de definir o termo “favela”, o IBGE citado pelo Instituto Pereira Passos (2010) determina como “aglomerado subnormal” ao:

“conjunto constituído de, no mínimo, cinquenta e uma unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.”

Além do mínimo de moradias, outro critério-chave para classificar essas áreas como aglomerados subnormais é a inadequação de serviços públicos de qualidade, além de sua densidade espacial. Para o Observatório de Favelas²² (2009), o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência, um espaço destituído de infraestrutura urbana.

O primeiro levantamento sobre as favelas no Brasil foi realizado pelo IBGE em 1953, no estudo “As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950”. O termo aglomerados subnormais, porém, só passou a ser adotado em 1987, usado no Censo de 1991 e no de 2000.

²² Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Foi criado em 2001, e em 2003 tornou-se uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip), com sede na Maré, no Rio de Janeiro

Um dos pontos desenvolvidos no *1er. Seminário de Prosperidade nas Favelas*²³ (2016) foi em torno à ocupação do solo urbano, entendida a favela não como uma aglomeração segundo o IBGE senão como uma solução espontânea à falta de políticas públicas. As favelas conformam cidades dentro da cidade chamada formal, são cidades com códigos próprios, surgidas como resposta espontânea à problemática de habitação. O mapa seguinte (FIGURA 34) exibe a população de favelas por bairros da cidade segundo o Censo IBGE 2010.

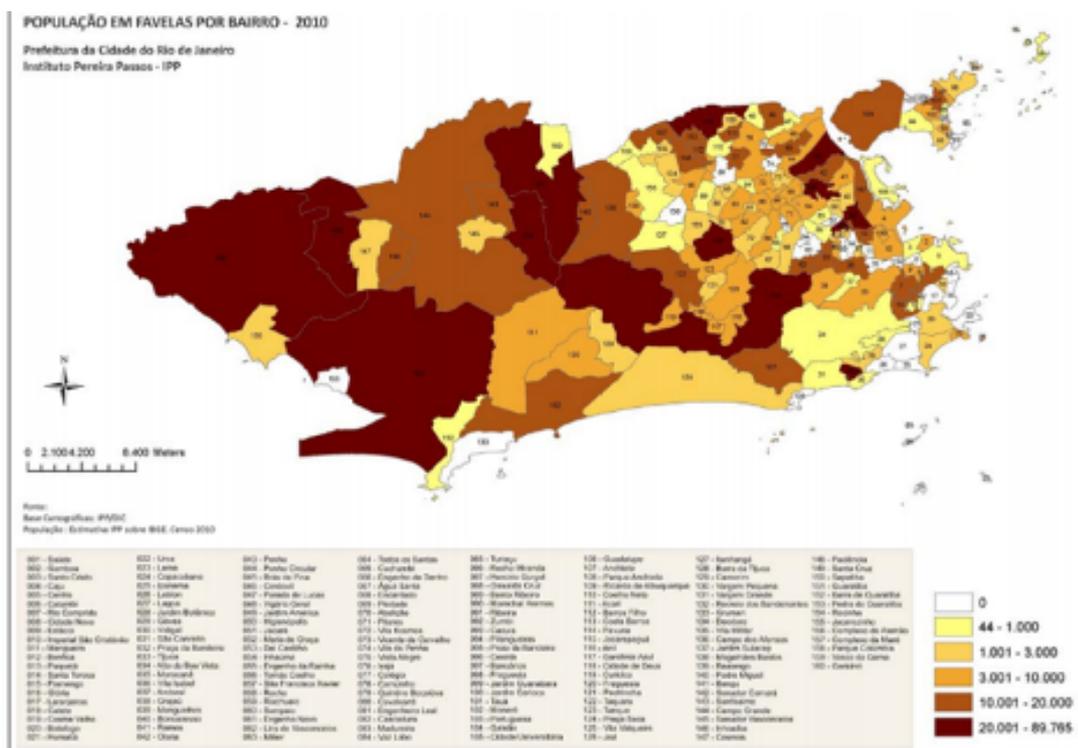


FIGURA 34: Mapa de População de Favelas por Bairro segundo Censo IBGE 2010

Fonte:

http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRioDeJaneiro_Censo_2010.PDF

Vadallares no livro *a Invenção da Favela* (2005), coloca o foco nas diversas representações construídas ao longo dos cem anos de existência das favelas, descrevendo quando as favelas se transformam num objeto de pesquisa sociológica, deixam de ser demonizadas como responsáveis das mazelas urbanas, mas isso contribui para a permanência de *dogmas* no sentido de pressupostos compartilhados diz a autora. Um dos *dogmas* corresponde à visão da favela como um fenômeno social, e outro *dogma* ao respeito à insistência em considerar as favelas como categoria unívoca, abstraído-se das consideráveis

²³ Seminário realizado na Universidade Unisium o 12 dezembro de 2016.

diferenças entre elas. No livro analisa o processo de urbanização no Brasil, das dimensões material e simbólica que constituem a realidade social e afirma que a *favela evidente*, é uma favela *inventada*; descrevendo que uma *urbanização obediente* determina que a única forma que os pobres teriam para ter acesso à cidade seria através das favelas.

Se pensarmos na ocupação do solo nas favelas, ela é sumamente densa, uma densidade materializada tanto na quantidade de moradias e quanto à quantidade de habitantes por moradias. Também os espaços de circulação são ocupados, deixando estreitas vielas para a comunicação interna, o tecido urbano das favelas se constrói em simbiose com a arquitetura, estruturando-se pelo crescimento aditivo, sendo as ruas o remanescente do construído, constituindo de esse modo a acessibilidade urbana. Como a foto exhibe -uma vista aérea do Complexo do Alemão-, a grande densidade urbana e humana é a principal característica das favelas, como o mar de casas e barracos que observamos na fotografia (FIGURA 35), porém na favela não há espaços planejados disponíveis para lazer, quando eles existem é porque são gerados ou criados pelos moradores.



FIGURA 35: Vista aérea do Complexo do Alemão
Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

Por outro lado Silva e Barbosa descrevem:

“nas favelas as ruas são espaços de festa, do lazer, dos encontros afetivos, do trabalho, da brincadeira [...] as ruas ainda são espaços de aproximação, de sensações de pertencimento e de mobilização em torno de causas individuais e coletivas”(SOUZA E SILVA, BARBOSA, 2005, p.98)

As favelas possuem um critério próprio de consolidação urbana e com este critério é com o qual crescem e se conformam, sem mesmo ser planejado, mas com códigos a serem respeitados e é de esta maneira que também os espaços públicos são ocupados. Por exemplo, diante da ausência de redes oficiais de água, as bicas se tornaram lugares centrais nas favelas,

daí vem o nome “política da bica d’água”, que consistia em garantir votos a partir da promessa do candidato de instalar uma bica d’água corrente na favela, nas vésperas das eleições (GONÇALVES, 2006). Também existiam as sociedades de água que algumas ainda existem, são redes alternativas de água, organizadas pelos próprios moradores, que captam água, e a partir dessa bica era onde a favela crescia.

O código principal da conformação da favela está dado pelos vínculos de sociabilidade, o termo NOSXNOS entendido como uma rede de favores é um exemplo do que resume esta dinâmica. Thainã de Medeiros, morador do Complexo do Alemão nos explica:

“Na ausência do poder público fazendo pela favela a mesma coisa que faz pelos outros lugares da cidade, o favelado teve que inventar diversas maneiras de conseguir os mesmos direitos: direito à moradia, direito a água, a luz, telefone, internet e por aí vai. Nada disso é feito sozinho, o favelado conta com sua rede que está dentro da favela. Essa rede, que muitos entendem como uma 'rede de favores' é o 'Nos por nós', poderia ser algo como 'estamos sozinhos mas nos viramos'. Nos por nós representa muito a maneira como o favelado fala para a cidade: se as políticas públicas não vem, então a gente cria a nossa política” (entrevista realizada em 30/06/2016)

Mas, o que é considerado de espaço público na favela?

Na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida durante a 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU (2015), foi adotada por 193 países membros das Nações Unidas a Agenda 2030²⁴, a qual lista os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que considera as dimensões social, ambiental e econômica de forma integrada, destacando que a importância principal está colocada no *espaço público, acessível e não privatizado*. A ONU tem uma política de investigação e monitorio das urbanizações informais e na atualidade 1 bilhão de pessoas mora em favelas no mundo todo é 128 milhões na América Latina. A ONU salienta que a primordial carência nas favelas é a falta de espaços públicos, o que faz a moradias insalubres, sem janelas, sem ar, sem ventilação cruzada, e nesse ponto é onde a ONU coloca o foco.

A este respeito vamos introduzir os Grupos de Memória, para compreender que é entendido por espaço público, a partir de duas perspectivas: a do morador e a do Estado como

²⁴ Na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável -Habitat III- realizada de 17 a 20 de outubro de 2016 em Quito, Equador, onde os Estados-membros se comprometem a agir conscientemente ao longo dos próximos 20 anos, adotaram a Nova Agenda Urbana como um instrumento fundamental para o planejamento do desenvolvimento da urbanização sustentável. O foco visa preparar o caminho para tornar as cidades e assentamentos urbanos mais inclusivos, acrescentando que a ONU “garantirá que todos possam se beneficiar da urbanização, especialmente aqueles que estão em situação mais vulnerável” A agenda é uma “visão compartilhada” que estabelece normas para a transformação de áreas urbanas em regiões mais seguras, resistentes e mais sustentáveis, com base em um melhor planejamento e desenvolvimento.

planejador da cidade, isto inclui aos urbanistas e técnicos que fazem parte das diferentes políticas públicas.

Neste enquadramento, o primeiro Grupo de Memória são moradores do Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e Complexo do Manguinhos, esta perspectiva nos permitirá entender a primeira dinâmica para desenvolver nosso trabalho de investigação.

Mariluce Mariá, moradora do Complexo do Alemão, em entrevista nos relata que o espaço público na favela é considerado parte das moradias, seu quintal como descreve. As pessoas costumam utilizar o espaço para fazer festas, se reunir ou para as crianças brincarem, tornando qualquer canto livre um espaço de convivência. Ou seja, o espaço público não é projetado, é apropriado, é entendido como uma extensão da moradia, pode ser um beco, uma calçada, uma rua, uma laje. É o remanescente do construído, onde existem vínculos de socialização. Mas quando o espaço tem algum tipo de intervenção por parte do poder público, nos diz a entrevistada, leva um tempo para os moradores começarem a se apropriar, justificando que não é costume do morador de favela receber algo do governo e que por isso, como consequência as pessoas estranham até o momento em que se apropriam do espaço. Essa desconfiança é reforçada pelo fato de que o governo desenvolve o projeto sem consultar o morador. O morador pensa que esse espaço é do governo até que se acostuma ou entende que o espaço pertence à favela.

Numa outra entrevista com Jose Luiz da Silva Soares, morador de Manguinhos, nos é permitida uma reflexão sobre o termo espaço público. Podendo também ser entendido como o lugar de sociabilização, de encontro, evidencia a diferença em relação ao espaço público imposto pelos projetos governamentais, onde o morador vê esse local como o local dos descartes, como local de se livrar do que não quer. Os espaços públicos projetados acabam sendo o externo as casas, ou lugares onde o lixo é jogado, talvez por serem espaços impostos, nos diz.

Em outra entrevista com Fransergio Goulart, morador de Manguinhos e ativo participante do Fórum Social²⁵, contrário aos discursos dos urbanistas, que pensam que a falta de espaços públicos é a grande carência nas comunidades, Goulart está convencido de que deveríamos retomar discussões básicas. Por exemplo, precisa-se discutir o que queremos dizer com público. Afirma que nas favelas o que não existia eram estruturas da gestão pública

²⁵ Fórum Social é um espaço que reúne moradores, instituições, movimentos sociais que defendem a cidadania e os direitos sociais, através da participação direta na concepção, construção, execução, monitoramento e controle social das políticas públicas.

funcionando como espaço público, mas sim espaço público entendido como o lugar onde as pessoas convivem, ou seja espaços coletivos, espaços de encontro e lazer. Segundo Goulart, a arquitetura precisa organizar o espaço público e ao tentar organizar, organiza demais, “se organizou muito mais algo que já era organizado em Manguinhos, com outros códigos²⁶”, já que os espaços na favela podem se auto organizar pelos moradores. Impor espaços públicos traz com que estes não sejam usados como planejados afirma. “Porque tenho que cuidar de uma praça se na cidade formal os moradores não cuidam dos espaços públicos, e por que nas favelas isto sim é sugerido?²⁷” já que nas favelas o poder público trabalha com o empoderamento social para poder cuidar os espaços construídos por obra, passando esse trabalho que deveria ser feito pelo Estado para as ONGs. Por exemplo; nosso entrevistado nos comenta sua experiência, “o Estado pagava bolsas para fazer esse processo participativo acontecer²⁸”.

Por outro lado, Rodrigo Calvet, antropólogo que mora em Manguinhos, parceiro de pesquisa acadêmica²⁹ junto ao Goulart, nos descreve que nas favelas existem os espaços públicos com certeza, que não são os que conhecemos onde nascemos, “não existe o espaço público da forma que a gente conhece a partir da nossa concepção de cidade formal, mas como as pessoas começam a criar esses espaços públicos?³⁰”. Existe um tipo de espaço e a forma como as pessoas utilizam o espaço que elas tem. Isso pode ter um potencial de sociabilidade, talvez maior que um espaço criado.

Thainã de Medeiros, morador do Complexo do Alemão, nos descreve em entrevista que o espaço público na favela é entendido como aquele espaço que não é preenchido pelas moradias, já que a dinâmica da construção das favelas resulta num urbanismo orgânico que obedece às necessidades locais que vão surgindo; é nos becos onde o favelado constrói outras soluções que o Estado não consegue criar; “o baile funk que oferece uma alternativa de lazer, a esquina onde rola o pagode e os conflitos são resolvidos³¹”.

²⁶ Entrevista realizada em 28/10/2016

²⁷ Entrevista realizada em 28/10/2016

²⁸ Entrevista realizada em 28/10/2016.

²⁹ Fransergio e Rodrigo se conheceram por meio da pesquisa que tenta ver se há algum nexo entre as políticas de desenvolvimento, PAC- Morar Carioca-UPP e como isso impactou nas subjetividades dos moradores do Complexo do Manguinhos. É importante citar como a dupla de pesquisadores promoveu uma atividade no lugar, que dialoga na relação das pesquisas acadêmicas e favelas, além de fazer uma reflexão de como poderia ser uma possível participação de fato dos moradores nas pesquisas, sem ser eles só uma mera escuta, se propuseram criar um “Comitê dos moradores de acompanhamento das Pesquisas”, tendo encontros, leituras comentadas, do mesmo jeito que a Universidade tem um Comitê de ética de pesquisa, eles se perguntam porque não pode se fazer o mesmo com as pesquisas nas favelas, construir diretrizes, ver e avaliar os impactos que estas pesquisas e projetos geram. O evento é denominado Pra Que e Pra Quem Servem as Pesquisas nas Favelas.

³⁰ Entrevista realizada em 28/10/2016.

³¹ Entrevista realizada em 1/06/2016.

Neste primeiro aspecto, desde a perspectiva do morador, observamos que estes espaços são entendidos como aqueles espaços que não são produzidos, ou construídos pelo Estado. Segundo o Observatório de Favelas³²(2001), o espaço público é o lugar de encontro, de convívio e é marcado pelas fortes relações de vizinhança e sociabilidade.

Os limites físicos nos lotes fazem com que as moradias cresçam verticalmente, sendo, por exemplo, a laje o elemento mais caro numa favela e, que em muitas ocasiões funciona como espaço público, geralmente as casas são construídas uma acima da outra onde cada família mora num andar. Nestas articulações de sociabilidade é que os espaços são criados. A fotografia (FIGURA 36) exhibe um exemplo de como a laje, neste caso foi utilizada como área de lazer pelos moradores: observamos uma piscina, uma cadeira de praia, articuladas com a antena de tv digital, o varal, a vista privilegiada da cidade e a floresta de plano de fundo.



FIGURA 36: Laje na favela Santa Marta. Botafogo
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Os espaços residuais da conformação urbana que a favela possui, são apropriados espontaneamente pelos moradores, adquirindo uma função a partir da espontaneidade da interação social que ali acontece. Como vimos no Capítulo 1, estes espaços residuais não são produzidos pelas forças externas, sua dinâmica se constitui com a sociabilização e a convivência. As quatro fotografias que compõem as FIGURAS 37 e 38 apoiam o mencionado anteriormente: observamos na fotografia A um espaço residual na escada de acesso ao bar do Zequinha na Favela Santa Marta, que foi apropriado pelas crianças para trocar figurinhas e pelos clientes como varanda para beber um chopp; a fotografia B exhibe um recúo num beco

³² Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Foi criado em 2001, e em 2003 tornou-se uma organização da sociedade civil de interesse público (oscip), com sede na Maré, no Rio de Janeiro

frente ao MUF - Museu da favela- no Cantagalo-Pavão-Pavãozinho onde as crianças brincam de escola de bonecas.



FIGURA 37: Espaços residuais
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

A fotografia C apresenta um espaço residual transformado em varanda que surge num outro recúo que é usada para empinar pipa ou na fotografia D que vemos outro recúo das construções, um espaço residual que propiciou o lugar necessário para montar uma improvisada mesa de ping-pong no Pavãozinho.

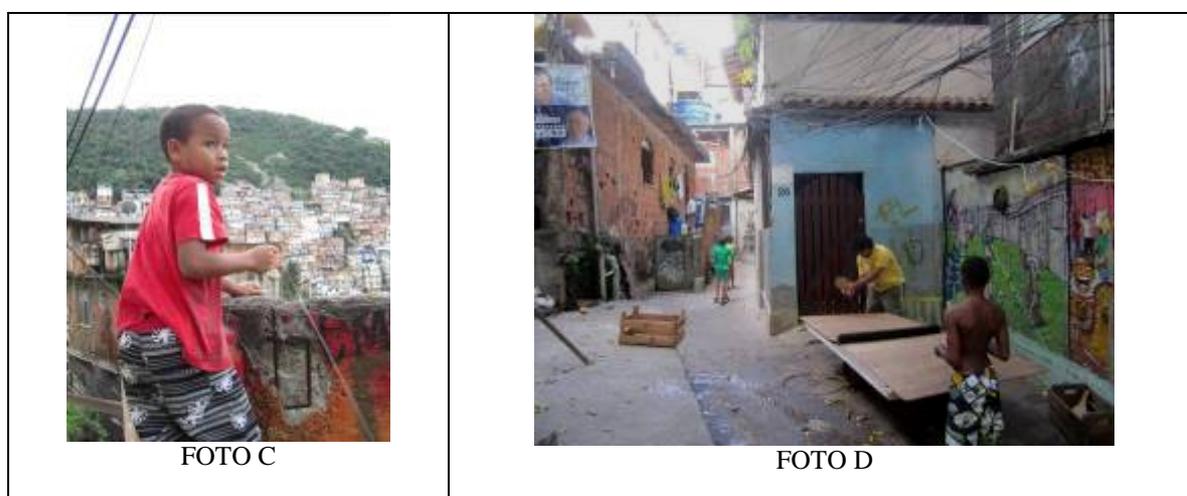


FIGURA 38: Espaços residuais
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Também percebemos outros espaços públicos dentro da favela que transmutam, funcionando, como Jauregui (2016) denomina de ativadores sociais. Com isto queremos dizer que um espaço pode se transformar num empoderador social. Por exemplo, pensemos num terreno que é usado por um setor da população como estacionamento, mas quando vazio é apropriado pelos meninos para jogar futebol se convertendo em quadra; ante a falta de

recursos ou acesso às diferentes oportunidades, eles praticam esportes nestes espaços que adquirem outra função, gerando diferentes tipos de empoderamentos sejam esportivos, educacionais, culturais ou de participação cidadã.

Alguns exemplos que quero elencar: a FIGURA 39 exhibe a quadra na estação Palmeiras do Complexo do Alemão, um espaço residual, transformado num espaço ativador. O mesmo foi gerado por Paulo, um morador que transformou o lugar numa quadra onde dá aulas de futebol e se realizam no lugar campeonatos entre as crianças da comunidade.



FIGURA 39: Quadra de futebol na estação Palmeiras no Complexo do Alemão.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Outro exemplo pode ser este outro espaço residual, produto do processo de urbanização do Complexo do Alemão feito pelo governo, uma área vazia em torno a uns dos pilares do teleférico na área de Itararé, que foi usada pela população local como lixão público, ante a falta de manutenção pelo governo. Este espaço foi limpo e transformado no que foi chamado de “Palco Público³³” (ver FIGURA 40), um espaço para as crianças brincarem e efetuarem diferentes tipos de atividades.



FIGURA 40: Palco Público. Estação Itararé, Complexo do Alemão. Projeto desenvolvido pelo coletivo Cascoland³⁴ junto à autora.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

³³ Denominação dada pelo coletivo Cascoland.

³⁴ <http://cascoland.com/#/>

A FIGURA 41 mostra uma área degradada também na estação Itararé no Complexo do Alemão transformada em Praça, cultivo vertical e projeção de cinema ao ar livre.



FIGURA 41: Projeto realizado por Cascoland e Barraco #55.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Mas também cabe salientar que muito poucos destes espaços fornecem escala para atividades esportivas, educacionais, ou outras atividades já que, como vimos, as áreas amplas são escassas devido à grande densidade habitacional e a partir disso podemos pensar nosso segundo enquadramento, visando entender o conceito de espaço público a partir da perspectiva do Estado. Para isso começaremos com um breve histórico das intervenções urbanas nas áreas informais para compreender o contexto.

Histórico dos projetos públicos de intervenção urbana nas áreas informais.

No Rio de Janeiro, uma das primeiras favelas surge no ano 1897, e remonta à ocupação do Morro da Providência, pelos ex-combatentes da Guerra de Canudos que se assentaram lá por causa da falta de pagamento e moradia depois da guerra. Eles encontraram no Morro da Providência a mesma vegetação da Favela de Monte Santo, na Bahia, por isso o título ‘favela’ foi atribuído ao primeiro. A partir de 1920, a imprensa estende a denominação de favela para outros morros ocupados. Assim como os antigos cortiços, as favelas do início do século XX eram vistas como um problema de saúde pública e segurança e seus moradores eram comumente vistos como os grandes promotores da criminalidade. Para jornalistas e escritores, a pobreza agora se encontraria ali no Morro da Favela que passou a ser considerado o lugar mais perigoso da capital. O morro de Santo Antônio ocupava uma posição central, mas também estigmatizada.

O jornal o Correio da Manhã (1909) relatava:

“A Favela (...) é a aldeia do mal. Enfim, e por isso, por lhe parecer que essa gente não tem deveres nem direitos em face da lei, a polícia não cogita de vigilância sobre ela”. Na mesma reportagem, o morro foi chamado ainda de “aldeia da morte”.

Em 1910, com o projeto urbano do Prefeito Francisco Pereira Passos na presidência de Rodrigues Alves e a ideia da “Hausmanização do Rio”, foram demolidos mais de 1700 cortiços e removidas mais de 20 mil pessoas para revitalizar a zona portuária e abrir grandes avenidas imitando o que o barão Haussman fez em Paris, dando uma impronta de modernidade como vimos no Capítulo 1 desta investigação. Carlos Sampaio é o encarregado de fazer as obras pela comemoração do centenário da Independência (1922), onde sua principal intervenção foi o desmonte do Morro do Castelo no centro da cidade, dando lugar a remoção de uma grande parte da população. Ao final da década dos 20, o prefeito na época Prado Junior contrata ao urbanista francês Alfred Agache para pensar o planejamento da cidade, que, seguindo os preceitos do seu tempo, separava usos e funções da cidade como órgãos de um corpo humano, este plano defendia que nas vilas-jardins operárias fossem reservadas áreas para as pessoas sem moradia. Este plano não pode ser executado pela chegada ao governo de Getúlio Vargas na década dos 30, que deixou as favelas em paz por algum tempo chegando a ser chamado como “pai dos pobres”.

O Código de Obras da Cidade (1937), refere-se as favelas como “aberrações”, tendo um capítulo chamado *Extinção das habitações anti-higiênicas* e próximos ao ano de 1940, o Prefeito Henrique Dodsworth remove as pessoas que moravam nas favelas justificando o grande problema de saúde pública que o assinalamento causava. Como exemplo cito este relatório elaborado para a prefeitura pelo médico Victor Tavares de Moura num esboço de um plano para o estudo e a solução das favelas no Rio de Janeiro (1940):

“A vida lá em cima é tudo quanto há de mais pernicioso. Imperam os jogos de baralho (...) e o samba é diversão irrigada a álcool. Os barracões (...) abrigam, cada um, mais de uma dezena de indivíduos (...) em perigosa promiscuidade”.

O médico defendia medidas como o controle da entrada de indivíduos de baixa condição social no Rio de Janeiro e o retorno deles para seus lugares de origem. Nesse contexto foram inaugurados três parques proletários: na Gávea (FIGURA 42), no Caju e no Leblon –entre 1940 e 1943-, que abrigavam cerca de 4.000 pessoas, removidas das favelas. Em estes parques os moradores recebiam cartões de identidade e eram checados antes que os portões fechassem na noite.



FIGURA 42: Parque Proletário da Gávea
Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo (jornal Última hora, 15/10/1954).

No ano 1942 é fundada a Legião Brasileira de assistência para os ex-soldados que tinham lutado na segunda guerra mundial, também nesse ano é fundado por Amaral Peixoto a Fundação Lar Operário Fluminense e foi implementado por lei o congelamento dos alugueis, uma medida que contrariamente ao pensado teve como consequência o explosivo crescimento das favelas já que o aluguel informal não pode ser controlado por esta lei. Em 1946 surge a Fundação Leão XIII supostamente para frenar o avanço do comunismo nas favelas, a Fundação trouxe orientações ideológicas combinadas com saneamento básico, luz, médicos e professores ao público de 34 comunidades. Em 1952 é criada a Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e, no ano 1954 se funda a União de Trabalhadores Favelados (UTF) propondo lutar pela posse das terras. A igreja sob Helder Câmara, também foi responsável pela construção da Cruzada São Sebastião (1955) que urbanizou favelas e construiu o conjunto habitacional conhecido como Cruzada, no Leblon. Na década dos 50 as estatísticas apontavam 186 favelas com 750 mil pessoas na cidade. Em 1956 é publicada a lei 2875 de favelas, que proibia as remoções e em esse mesmo ano é criado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e habitações Anti-higiênicas - SERFHA na época de Negão de Lima³⁵, poderia se dizer que foi o primeiro organismo institucional voltado à urbanização de favelas. No início da década dos 60, é formada a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) que continua ativa até hoje. Nessa época o governador Carlos Lacerda desvinculou a assistência municipal para as favelas da Igreja Católica e o

³⁵ Negão de Lima. Governador do estado da Guanabara de 1965 até 1970.

sociólogo José Arthur Rios foi colocado no cargo de coordenador de Serviços Sociais implantando a Operação Mutirão, que pela primeira vez contou com o envolvimento de moradores: o governo forneceu assistência na área técnica e o morador daria a mão de obra, surgindo o reconhecimento formal das Associações de Moradores das favelas como articuladores entre a população local e o governo. Mas Arthur Rios é demitido em 1962 e começa a fase remocionista de Lacerda que perduraria até 1973, se criam a Companhia de Habitação Popular-COHAB-GB, e a secretaria de Serviços Sociais; a ideia chefiada por Sandra Cavalcanti era remover todas habitações subnormais que estivessem em área de risco ou em APAs - Áreas de Proteção Ambiental.

Negrão de Lima reuniu um grupo de arquitetos, economistas e urbanistas para formar a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades-CODESCO (1968) que fornecia suporte técnico a moradores e empréstimos de longo prazo com juros baixos para a compra de materiais de construção por moradores. Mas os interesses imobiliários na época que tinham como foco “*limpar*” a Zona Sul acabaram com a Operação Mutirão depois de um ano e meio. Entre 1962 e 1974, foram 80 favelas atingidas, 26.193 barracos destruídos e 139.218 habitantes removidos. (COSTA MATTOS, 2004)

Estes habitantes foram relocados em conjuntos habitacionais construídos na periferia da cidade na época, como Vila Kennedy (1964) ou Cidade de Deus-CDD (1964-FIGURA 43), já que se pensava que solucionar o problema de habitação era construindo mais moradias, onde se gerava o des-pertencimento e a des-consolidação social já que estas novas moradias ficavam afastadas da cidade consolidada, apartada de onde as pessoas tinham inscrito seu círculo social, como George Yúdice (2008) descreve no seu artigo *Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social?*, sobre a intenção disfarçada de higiene urbana que estes processos urbanos carregam.

O que aconteceu é que a cidade demonimada formal cresceu até os pés destes conjuntos habitacionais construídos numa área isolada na época; Cidade de Deus-CDD, hoje com 38 mil habitantes (Censo 2010), foi um exemplo disso, se transformou numa área discriminada inserida entre bairros nobres da cidade, voltando ciclicamente a aparecer a problemática, tanto de segregação social como urbana.



FIGURA 43: Cidade de Deus

Fonte: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com.br/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html>

Nota-se nesta fotografia mais atual (2013) da Cidade de Deus - CDD, (FIGURA 44), como se encontra inserida dentro da malha urbana da cidade atual e a leitura de contraposição que isto sugere.



FIGURA 44: Cidade de Deus inserida na malha urbana na atualidade

Fonte: <http://wikimapia.org/30451314/pt/Ap-Cidade-de-Deus#/photo/4016719>

Achei interessante citar um trecho do texto da desciclopedia.org sobre a Cidade de Deus que faz uma descrição trabalhando desde um lugar de sarcasmo:

“Cidade de Deus foi construída como parte de uma política de remoção de favelas. Isso é muito irônico, considerando que a própria Cidade de Deus virou uma favela! que apesar de ser um bairro de PPF (pobre, preto, favelado e fudido), faz vizinhança com a Barra da Tijuca, um bairro de rico, o que mostra que o Rio de Janeiro é nada mais nada menos que um reino onde tem um castelo com a nobreza, e os camponeses moram no restante do lugar”. (Extrato da desciclopedia.org, 2013)

Se bem não é o foco da pesquisa, podemos perceber como depois do lançamento internacional do filme “*Cidade de Deus*” que representa a violência e as guerras do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, em detalhes, -até enganadores em alguns casos diria Harvey-, surge uma indústria de turismo de empreendedorismo urbano nestas áreas, que de algum modo foi um empoderador social para alguns habitantes e este tipo de turismo denominado de base comunitária teve influência na visibilidade de algumas favelas, exemplo de isso são os diferentes empreendimentos que surgiram como por exemplo a empresa Turismo no Alemão (2013), no conjunto de favelas Complexo do Alemão ou na favela Santa Marta localizada no bairro de Botafogo o Favela Scene, fruto do projeto governamental Rio Top Tour, lançado em 2010 na comunidade.

Continuando com o contexto histórico para poder conhecer as diferentes políticas públicas, entre a década dos 60 e 70, ocorre a abertura vial da avenida Brasil que gerou um grande desenvolvimento, que fez com que muitas pessoas do interior migrarem para a cidade. O Banco Nacional da Habitação em 1973 começou a financiar moradia para as classes média e média-baixa em tentativa de evitar falência e na segunda metade dos anos 70, o governo gera um programa federal chamado PROMORAR, que deu títulos de propriedade e desenvolvimento em seis comunidades do Complexo da Maré. A Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) realizou seu terceiro congresso em 1972 em que líderes de 79 favelas defenderam o fim das remoções apontando para realizar urbanizações nos locais.

A Igreja Católica fundou um programa de assistência jurídica em 1979 que ajudou aos moradores de favela a lutarem pela posse da terra, parando 17 remoções. Leonel Brizola se tornou governador do Rio de Janeiro lançando-se o programa Municipal Projeto Mutirão em 1982, e sua contraparte Estadual, chamado: Cada Família Um Lote, programas que pagavam aos moradores um salário mínimo pelas horas de trabalho. Quando a democracia retorna ao Brasil em 1985, segundo o IBGE, um quarto dos eleitores moravam nas favelas; o usucapião³⁶ foi garantido na nova constituição federal, determinando que a terra seria de propriedade de quem a ocupasse mais de cinco anos.

Segundo Leme (2003) três processos configuram um novo quadro para a questão urbana no Brasil: a abertura democrática, a crise financeira do Estado e a reestruturação econômica. O Estatuto da Cidade sanciona a proposta de novos instrumentos na Constituição de 1988 para questões urbanas, que poderiam conferir novos direitos à cidade para as

³⁶ Do latim usucapio: "adquirir pelo uso". É o direito de domínio que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal,

populações excluídas das políticas urbanas. Nesse contexto na década dos 90, no governo de Cesar Maia, vemos uma mudança das políticas públicas, o Plano Diretor de 1992 declarava nos artigos 148 e 151 o objetivo de “*integrar as favelas à cidade formal*” e “*preservar seu caráter local*”. Este foi um avanço, se consideramos o Código de Obras de 1937, cuja linguagem tratava à favela como “*aberração*” como mencionamos anteriormente.

Entre 1994 e 2008 surge o programa de urbanização chamado de Favela-Bairro³⁷ idealizado por um grupo de arquitetos, onde a figura visível foi o arq. Luiz Paulo Conde, na época Secretário Municipal de Urbanismo. Este programa seria coordenado pela; recém criada - Secretaria Municipal de Habitação com o apoio da COMLURB - Companhia de Coleta de Lixo Municipal -, juntamente com a CEDAE - Companhia de Água do Estado. Ao invés da CODESCO na década de 1960 que se focava na construção de moradias, o Favela-Bairro trabalhava no já construído, no existente, decorrendo em obras de acessibilidade, redes de infraestrutura básica como eletricidade, esgoto e água, coleta de resíduos, melhoria das condições de habitação, e se estruturavam em quatro polos: saúde, educação, esporte e lazer e; trabalho e renda.

Também era contemplado o tratamento paisagístico, além dos procedimentos para regularização fundiária das moradias. Eram objetivos:

“complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos; consolida a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística” (Extrato site da PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1994).

Os fundos deste Programa foram financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um 60% era do BID e o restante do Governo.

O programa leia as favelas cariocas por tamanho para sua intervenção:

- o Bairrinho para comunidades com menos de 500 lares;
- o Favela-Bairro atendia entre 500 até 2000 famílias;
- Grandes Favelas, para comunidades com mais de 2.500 lares.

O governo junto ao IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) lançou licitações que diferentes escritórios de urbanismo desenvolveram. No mandato do Prefeito Luiz Paulo

³⁷ O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha.

Conde (1997-2001) e no segundo mandato de César Maia (2001-2005), foi desenvolvida a segunda fase do programa.

Este programa foi escolhido em 2005 pelo BID como *o mais ambicioso programa de urbanizações em favelas no mundo* e foi indicado pela ONU, no Relatório Mundial das Cidades 2006/07, como um exemplo a ser seguido por outros países. O que sim podemos afirmar é que o Favela-Bairro foi um salto ideológico em relação às antigas intervenções em favelas.

Se bem o programa de urbanização trabalhou nas existências locais, é dizer no já construído, provendo infraestrutura e demais condições de habitabilidade como mencionei anteriormente, mas ao mesmo tempo, vários projetos se deterioraram rapidamente por falta de manutenção dos espaços públicos existentes já que para os moradores o espaço era *o lado de fora* e *o fora* não é de ninguém. Um dos erros do Projeto foi a falta de avaliação e ajustes e uma ação social que visasse ao empoderamento social dos moradores cuidando os espaços construídos (JAUREGUI, 2010). Até 2008 o programa Favela-Bairro alcançou 168 favelas e loteamentos no Rio de Janeiro.

Nas próximas fotografias introduziremos alguns exemplos de projetos de espaço público realizados no contexto do Programa Favela-Bairro. Segundo Jauregui (2010) uma importante função social do urbanismo nas favelas é a de permitir materializar o direito à cidade, conceito que descrevemos no Capítulo 1, e assim, junto com a melhoria das condições de acessibilidade, das condições ambientais e a incorporação de equipamentos e serviços de interesse comunitário, oferecer uma nova condição de urbanidade aos habitantes. Nestes casos o espaço público é entendido como um direito ao lazer que pode ser uma praça, uma quadra esportiva, ou uma obra de acessibilidade ou de implantação de mobiliário urbano. Poderíamos ler esta condição como um direito contextualizado num espaço socialmente produzido pelo Estado.

A Figura 45 exibe o antes e depois da praça no acesso na favela de Vidigal, entendida a partir de uma leitura urbana como um espaço público de articulação entre a favela e a denominada cidade formal.



FIGURA 45: antes e depois praça em Vidigal. Escritório Jorge Mario Jauregui
 Fonte: http://jauregui.arq.br/imagens/beforeandafter/_4-fav_vidigal.jpg

A FIGURA 46 refere-se à Vila Olímpica da favela Campinho, um espaço projetado para praticar esporte e lazer com dimensões olímpicas para que as crianças pudessem treinar dentro de parâmetros de competição olímpica. Localizada na parte baixa do morro, atua como conector comunitário do bairro circundante da Tijuca, sendo este espaço público quem integra as duas áreas da cidade, segundo Jauregi (2000) autor do Projeto.

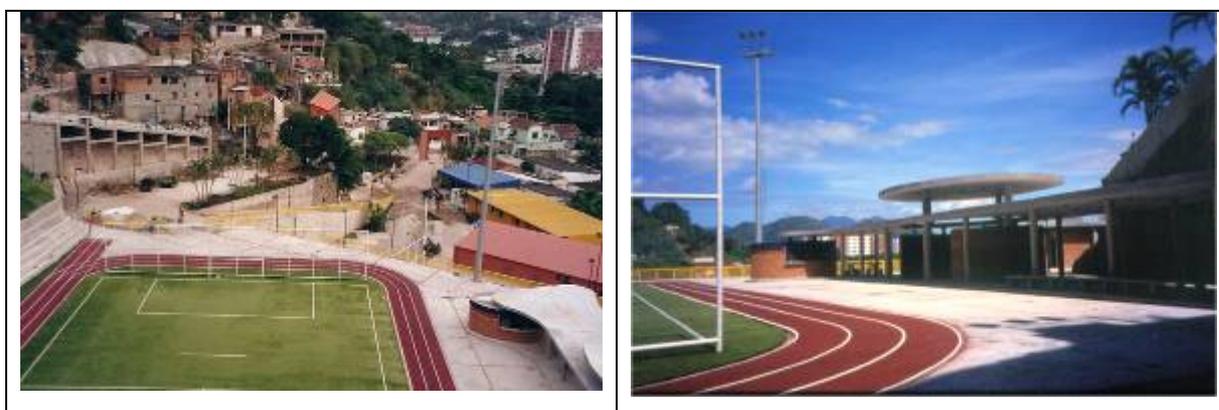


FIGURA 46: Vila Olímpica Favela Campinho. Escritório Jorge Mario Jauregui
 Fonte: <http://jauregui.arq.br/favelas-fuba-campinho.html>

A FIGURA 47 expõe as vias de pedestres urbanizadas na favela de Salgueiro, entendido o espaço público como condição de acessibilidade e implantação de mobiliário urbano.

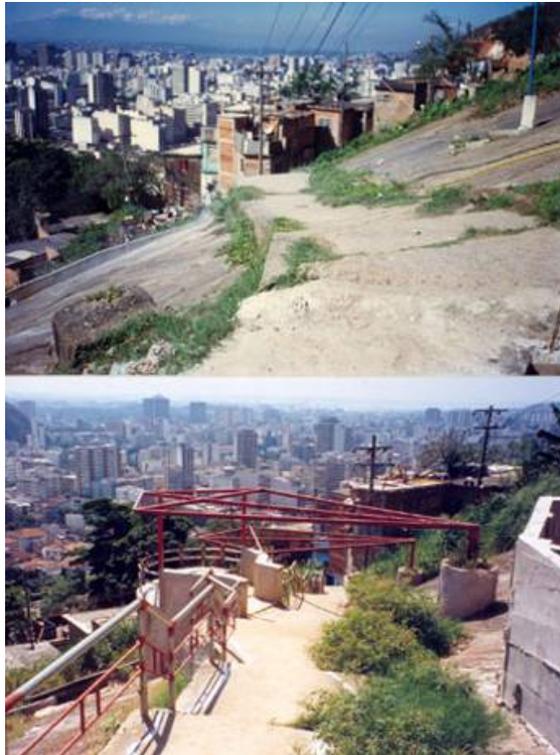


FIGURA 47: Vias de pedestres urbanizadas | Salgueiro. Escritório Jorge Mario Jauregui
Fonte: http://jauregui.arq.br/imagens/beforeandafter/_7-fav_salgueiro_.jpg

A FIGURA 48 mostra a Vila Olímpica da favela de Vidigal inserida no contexto como espaço público de recreação.

Obs- Conta a história que antes da Prefeitura construir a obra no 2011, foi Gato, traficante apaixonado por esportes, quem mandou aterrar e preparar o terreno para construir a quadra, mas não viveu para ver a iniciativa realizada-.



FIGURA 48: Vila Olímpica da favela de Vidigal. Escritório Jorge Mario Jauregui
Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/favela-bairro-vidigal.html>

Em 2007, surge um novo Programa nas favelas implementado em escala nacional, o Programa de Aceleração de Crescimento-PAC no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), que retomou o planejamento e execução de obras de infraestrutura urbana em grande escala, o Programa não só se focou em melhorar as condições de habitação nas favelas com obras de infraestrutura e construção de moradias, mas também surge uma política de implantação de projetos mega-urbanos nas comunidades como o Teleférico no Complexo do Alemão, ou a elevação da linha férrea junto ao Parque Metropolitano em Manguinhos.

Já o Programa Morar Carioca (2010), surge como sucessor do Programa Favela-Bairro. A ideia deste Programa era ajustar o aspecto social do anterior, trabalhando nos espaços públicos e no senso de pertencimento dos habitantes, com a participação social nos projetos. O Morar Carioca foi desenhado como um aprendizado do programa Favela-Bairro no qual se tentava garantir o direito à participação da sociedade nas etapas de execução mediante assembleias nas comunidades e debates abertos. As diretrizes do Morar Carioca, indicavam que as empresas tivessem um assistente social ou um antropólogo na equipe, comprometidos a fazer avaliações qualitativas do uso do espaço público nas comunidades e um diagnóstico social.

Um resultado claro do Programa Morar Carioca segundo Jauregui (2010) tem sido o rápido aumento nos preços das casas, acontecimento que gerou um processo de gentrificação. Líderes comunitários e acadêmicos locais referem-se a este tipo de gentrificação em favelas como um segundo tipo de remoção chamada de *remoção branca*.

Para poder ter uma avaliação crítica das políticas públicas dos últimos anos, realizamos uma entrevista com o arquiteto Jorge Mario Jauregui, profissional de referência em planejamento urbano em favelas. Jauregui nos descreve que um dos problemas principais das políticas públicas no Brasil é que são atos limitados, porque o poder público realiza as obras, mas depois não deixa a instância para que possam se administrar e gerenciar os conflitos pós-obras, que sempre existem tanto na cidade formal, e mais ainda na cidade informal afirma, já que as pessoas saem de uma situação de informalidade, vivem em casebres ou casas muito precárias, e passam a viver em um apartamento. Jauregui assegura que tem que haver um acompanhamento, uma vez que a conduta se modifica: se passa a uma cultura do *viver em coletivo*. Na favela a propriedade é privada. O espaço que não é privado não é de ninguém, nos relata. Não há noção de espaço público no sentido da cidade formal e continua afirmando, a partir da sua experiência, que falta avançar para formação de condomínios de moradores pós-obras para que possam administrar o que Estado fez, mas isso precisa de um sustento,

precisa de funcionários públicos, assistentes sociais, sociólogos que ajudem no período de transição do individual para o coletivo. Há uma passagem, uma educação necessária que não se faz em discurso e isso evidencia o deficit de política pública.

Jauregui afirma que tem que haver um encontro entre a administração pública e os moradores, um canal de diálogo, esse espaço de discussão dos problemas comunitários tem que ser criado e enquanto isso não existir, não haverá solução. “Vão voltar se repetir os erros que vem se fazendo desde o Programa Favela Bairro, o PAC, e agora com o Morar Carioca³⁸”. Esse é o drama da política pública aqui no Brasil, em outros países, por exemplo na Argentina, nos comenta, os programas são menos ambiciosos, são de escalas menores, se resolvem mais facilmente. No Brasil o número de habitantes morando em favelas é enorme: 1,5 milhões de pessoas, portanto, não se pode trabalhar com escala pequena, têm que ter as instâncias para articular as três escalas: pequena, média e grande, afirma Jauregui.

Pergunto-lhe a diferença entre o Programa Favela-Bairro, que de algum modo trabalhava nas veias da cidade, na infraestrutura, e depois o PAC, que parece que reforça intencionalmente a presença do Estado materializada em grandes obras como o Teleférico do Alemão, o plano inclinado da Rocinha ou o elevador de Manguinhos, Jauregui não concorda com a invisibilidade que menciono sobre o Programa Favela-Bairro, nos dando como exemplo que depois de mais de 3 anos de estar trabalhando na favela do Vidigal, os moradores pediam para ele se apresentar como candidato a vereador, transformando o arquiteto num sujeito político, pela visibilidade que o projeto gerava.

O Programa Favela-Bairro teve uma virtude fundamental nos diz: permitia o diálogo arquiteto-comunidade, que para ele é uma questão central. Isto não aconteceu no PAC-Programa de Aceleração e Crescimento. No PAC foi ao contrário, o arquiteto não teve diálogo com a comunidade. Existiu uma modificação da atitude política de parte do governo, que no caso um era o governo municipal com o Favela-Bairro e o outro era o governo estadual com o PAC, com escala maior comenta Jauregui, que permitiu projetos mais ambiciosos como os do Complexo do Alemão, Manguinhos ou Rocinha.

Jauregui resume Favela-Bairro: *participação total*, o arquiteto se reunia com a comunidade, discutia e aprovava os projetos na Assembléia Pública, e tinha que ter o projeto aprovado pela comunidade, era parte do contrato isso, senão a Prefeitura não lhes pagava. No PAC era o arquiteto com a empresa construtora, ela era quem contratava e, portanto não ficava interessada na participação comunitária. E continua manifestando que no Programa

³⁸ Entrevista realizada em 10/11/2016.

Morar Carioca, que se apresentou como uma alternativa superadora, porque foi vendido dessa maneira: a parte projetual ia ter o mesmo peso que o Trabalho Social, inclusive de honorários, ou seja, os projetos de instalações, projeto de urbanismo e arquitetônico teriam o mesmo peso que o Trabalho Social, isso na teoria, pois na realidade o Trabalho Social quase nem existiu afirma, continua com os mesmos problemas que teve o PAC, teve uma “participação fraca da comunidade, tanto na gestão, quanto na aplicação do Programa³⁹”.

O urbanista nos reitera que os projetos seriam discutidos com a comunidade: localização dos espaços públicos e levantamentos sociais e estatísticos sobre os potenciais das pessoas, suas condições socio-econômicas, condições de trabalho e estado das edificações, deveriam ser coletados casa a casa, mas Jauregui afirma que de qualquer maneira nos três programas nunca se pensava demolir todo, ao contrário, era recuperar, com exceção do que era muito precário o que estava em área de risco. Ainda o programa Minha Casa-Minha Vida, que é um outro programa paralelo do Governo, os investimentos foram limitados, só funciona com uma parte das camadas sociais de mais recursos, que podem pagar por sua habitação.

Assim, tendo sido descrito e avaliado o contexto histórico das políticas públicas, introduziremos o próximo Grupo de Memória: arquitetos urbanistas especialistas em Planejamento urbano, Integração social e projeto de espaço público, como resposta para a segunda pergunta do Capítulo: o que é entendido por espaço público nas favelas a partir da perspectiva dos técnicos e urbanistas que participam nestes processos de políticas públicas.

Perguntamos ao urbanista, Leandro Balbio, qual é a conceito do espaço público a partir de sua perspectiva como profissional com experiência em projetos de urbanizações de favelas. Ele responde que é importante compreender que na favela todo espaço existente é privado, não existe espaço público, o espaço que não é privado não pertence a ninguém. O papel do Estado é fundamental para esta mudança. Para o urbanista, este papel tem início pelos programas que permitem a criação destes espaços públicos na implantação de projetos e deste ponto em diante esta responsabilidade é compartilhada com o urbanista e com os atores locais para implantar nestas áreas segregadas da cidade formal equipamentos públicos, que podem ser desde uma praça, uma quadra poliesportiva, uma edificação com uso social, ou seja, serviços públicos ofertados pelo Estado como os oferecidos nos bairros formais da cidade. Balbio continua descrevendo que esta associação entre estes responsáveis: Estado, urbanista e atores locais, deve ter início antes do projeto, “na verdade o projeto deve ser ‘escrito’ antes de ser desenhado⁴⁰” e afirma que a escuta local é fundamental para a

³⁹ Entrevista realizada em 10/11/2016

⁴⁰ Entrevista realizada em 09/11/2015.

construção dos espaços públicos e para gerar pertencimento pelos moradores destas áreas. Para Balbio, cabe ao Estado, à continuidade permanente desta responsabilidade, no chamado pós-obra. O monitoramento destas intervenções e serviços implantados nas favelas é fundamental para manutenção deste sentimento de pertencimento, a experiência atual do pós Favela-Bairro, evidência esta colocação: “hoje vemos algumas áreas que receberam investimentos a menos de uma década do programa Favela-Bairro que estão em estado de abandono público⁴¹”, para o urbanista, a falta de manutenção da presença do poder público, criou, em curto prazo, o esvaziamento do sentimento de pertencimento dos moradores para estes espaços, e reforçou a desconfiança com o poder público e a eficiência de investimentos com programas de intervenções urbanas nestas áreas.

Segundo o entrevistado, as intervenções nas favelas não podem ter um caráter somente técnico, implantadas para uma gestão política com interesses eleitorais, mas sim serem intervenções sociais integradas e articuladas com a cidade. Não basta a criação de um espaço público esvaziado dos conceitos abordados pelo projeto, já que resulta num grande investimento direcionado para intervenções urbanas que não geram a apropriação dos moradores.

Em uma outra entrevista com o urbanista Felipe Deslandes, especialista em requalificação de áreas urbanas sensíveis e de interesse social, nos diz que o espaço público na favela é um espaço potencial de todos os processos de apropriação cultural e de geração de identidade social comuns a qualquer espaço público. Para Deslandes, há entretanto, a necessidade de se especificar sobretudo um aspecto muito próprio: a espontaneidade deste processo sociocultural. Não por acaso, são estes espaços públicos que produzem em muitos casos, verdadeiros patrimônios imateriais para a cidade na qual eles se inserem. “Se por um lado este é um espaço frágil não só pela carência de equipamentos urbanos, mas pela ausência do poder público, por outro, é da ausência institucional que há o desenvolvimento identitário e essencial da cultura do lugar⁴²”. Em outras ocasiões narra Deslandes, o espaço público em favelas sofre pressões e apropriações indevidas que pouco a pouco esvaziam-no da sua riqueza cultural popular e dão lugar a equipamentos adaptados a uma população externa, seja radicada ou flutuante, interessadas pela cultura popular, deformada entretanto em documentários televisivos, afirma: “Interessa-lhes o cenário cultural, mas numa abordagem

⁴¹ Entrevista realizada em 09/11/2015.

⁴² Entrevista realizada em 03/06/2016.

ligada à sua exploração financeira. Tudo isto influi diretamente na capacidade construtiva de identidade sociocultural dos espaços públicos nas favelas⁴³”.

Nosso entrevistado incorpora a condição geográfica de varias favelas, nas quais a própria configuração de encostas propicia a utilização de lajes de edificações que se encontrem em nível em relação a ruelas e becos que podem se tornar local de reuniões de seus habitantes para o exercício de seus valores culturais, entendidos como espaços públicos.

Assim para Deslandes, o espaço público numa favela apresentaria a seguinte complexidade em sua configuração: é essencialmente um espaço de criação sociocultural além de responsável pela criação de uma identidade local sólida devido à espontaneidade e informalidade das relações espaciais e interpessoais, apresenta dessa forma o potencial de expansão física e de atividades por ser regulado por estas próprias relações alheias ao interesse público, é um espaço carente de incursões do poder público para o bem-estar social, conseqüentemente fica gradualmente à mercê da apropriação indevida de subexistência ou do setor privado empreendedor e da gentrificação que usa a informalidade das relações ao seu favor e reforça a ideia de que se trata de ser um espaço a ser explorado.

Resumindo, segundo as entrevistas realizadas com estes dois Grupos de Memórias em nosso trabalho de campo; urbanistas e moradores do Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e Complexo de Mangueiras, o termo espaço público é entendido de um modo diferenciado. Por um lado as favelas são cidades dentro da cidade formal, e tem seu próprio critério de crescimento e consolidação: os espaços públicos como ruas, quadras e praças não são planejados dentro da favela, eles simplesmente surgem ou são apropriados, já que na favela a prioridade espacial é dada à habitação. O espaço público é o remanescente do construído, e a partir daí acontece. Não é aquele espaço projetado, ele é espontâneo. Esses espaços que podem ser degraus, lajes ou recúos entre moradias como observamos nos exemplos elencados anteriormente, são espaço de lazer e entretenimento na favela, entendido como espaço público, que surge pelas relações de vizinhança e vínculos de sociabilidade que aí acontecem. É importante ressaltar o termo “espaço coletivo” (JUREGUI, 2016), para entender o sentido de espaço público na favela.

Outro ponto que detectamos que as diferentes definições teóricas de espaço público que foram descritas na introdução desta investigação, não definem o espaço público entendido pelo morador da favela.

⁴³ Entrevista realizada em 03/062016.

Já observando a partir da perspectiva do Estado, vimos que foi de forma recente que as políticas públicas colocaram o foco de intervenção projetual no espaço público, introduzindo valores urbanos da cidade formal como ruas, praças e mobiliário urbano nas favelas, entendido como um espaço de direito, mas produzido pelo Estado. As políticas de começo de século tinham como objetivo um processo higienista e de remoção como vimos ao longo do Capítulo, embora reparamos que instituições como a Igreja e diferentes organismos não governamentais, também tem se ocupado com políticas urbanas nas favelas.

Na atualidade podemos perceber um retorno das políticas das remoções, consequência dos megaeventos que aconteceram no Brasil como foram a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, que utilizaram os conflitos ou estes megaeventos mencionados, para produzir os espaços, como poderia se enquadrar o nosso caso de estudo como veremos no próximo Capítulo.

Podemos refletir, sem ser reducionistas, que o espaço público nas favelas é aquele que nasce a partir dos vínculos de socialização, e é apropriado a partir da espontaneidade, em sentido contraposto, para os técnicos e urbanistas, de modo geral, o espaço público é aquele que é planejado e produzido pelas políticas públicas do governo.

São múltiplas as representações ao respeito do espaço público a partir das diferentes perspectivas como observamos, podendo ser entendido como um lugar de direito, um lugar de conflito, um lugar de tensão, um campo de disputas. Esta problemática de usos, ocupações e desvios do espaço público será tema central do Capítulo 3 desta investigação.

CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO – COMPLEXO DE MANGUINHOS

Histórico de Ocupação de Manguinhos

A área em estudo é formada por 13 comunidades com uma população de mais de 44.000 habitantes, segundo o Instituto Pereira Passos, com base no IBGE, Censo Demográfico (2010), em quase 535 mil m², localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Compreende-se entre a Avenida Brasil, Linha Amarela e Avenida dos Democráticos, o local é atravessado pelos rios Faria Timbó, Jacaré e Canal do Cunha, pela rua Leopoldo Bulhões e a linha de ferro que opera no ramal Saracuruna, ligando o centro da cidade à Baixada Fluminense (FIGURA 49).

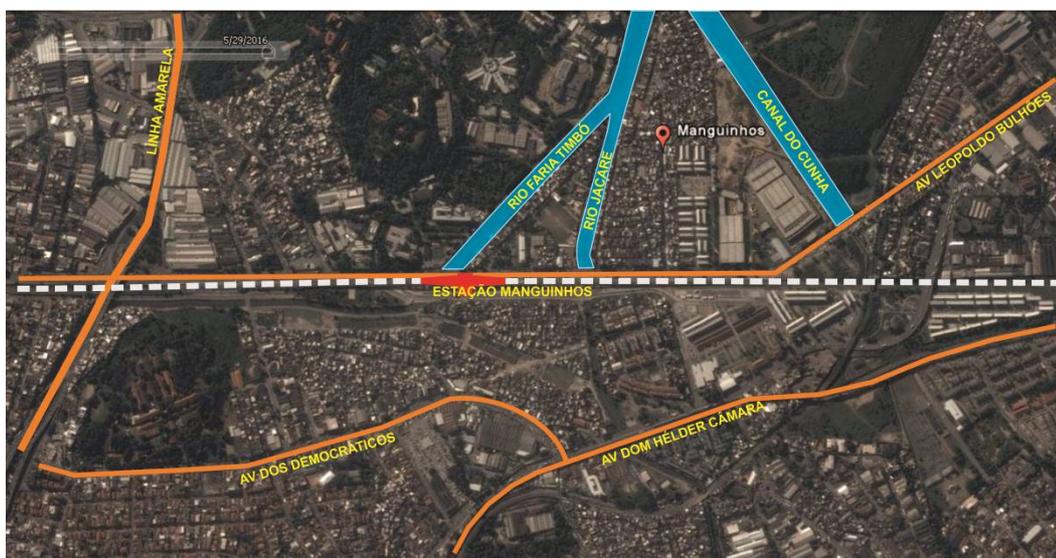


FIGURA 49: Plano da área de delimitação de Manguinhos
Fonte: Recorte foto Google Earth. Plano realizado pela autora.

A seguinte foto (FIGURA 50) permite ver uma perspectiva aérea da área:



FIGURA 50: Vista aérea de Manguinhos
Fonte: <http://pt.slideshare.net/EMBARQNetwork/jorge-mario-juregui-estrategia-de-articulao-socioespacial-para-a-cidade-e-as-sociedades-divididas>

Segundo dados do IBGE e cálculos realizados pelo convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG, Manguinhos está qualificada entre as cinco piores localidades do Rio de Janeiro no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), localizado em uma região classificada como Bacia Aérea 3 uma das mais poluídas do estado, segundo o Instituto Estadual do Ambiente (Inea)

Para poder compreender melhor a área de intervenção, abordaremos à partir de um contexto histórico, urbano e até social. Em primeiro lugar pensemos em um breve histórico de ocupação. Manguinhos se encontra localizada na zona Norte do Rio de Janeiro, nas margens da Baía de Guanabara e é assim conhecida por tratar-se de uma região originalmente constituída por manguezal. Como vemos nas fotografias (FIGURA 51 e 52) em Manguinhos só se chegava pela Estrada de ferro Leopoldina ou por barco.



FIGURA 51: Cais de Manguinhos
Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz



FIGURA 52: Estação de Trem de Amorim
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_petropolis/manguinhos.htm

A região iniciou seu processo de urbanização com a chegada da linha férrea em 1887, e foi assim que esta área fora da cidade consolidada, foi se povoando ao longo dos trilhos do trem buscando ter um caráter urbano.

No ano 1900, em terras desapropriadas pelo governo, foi criado o Instituto Soroterápico Federal na fazenda Manguinhos, depois chamado em 1972 de Fundação Oswaldo Cruz. Oswaldo Cruz é nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, Diretor Geral de Saúde Pública e seu foco era realizar a reforma sanitária da capital, combatendo principalmente a febre amarela, nesse período ele inicia a construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos – o conjunto inclui o Pavilhão Mourisco ou Castelo de Manguinhos pensado pelo arquiteto Luís Moraes Junior; a Cavalaria; o Quinino; o Pavilhão do Relógio ou Pavilhão da Peste; o Aquário de Água Salgada; o Hospital Oswaldo Cruz; e o Pombal ou Biotério para pequenos animais. (FIGURA 53)

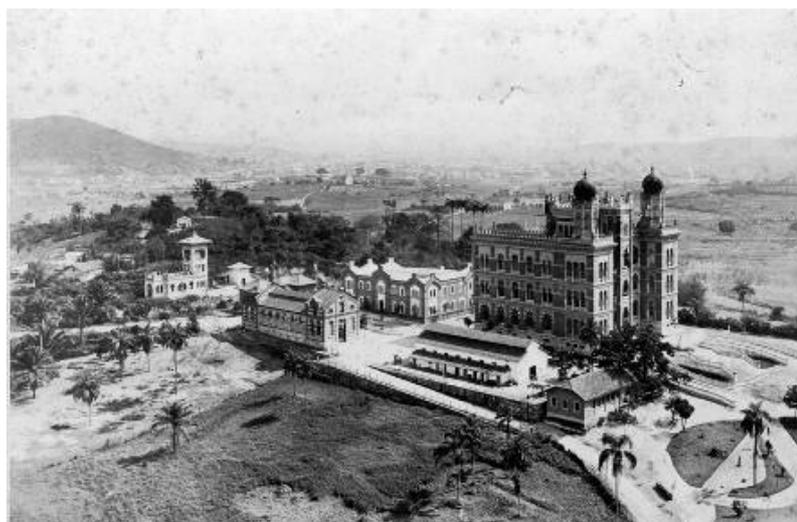


FIGURA 53: Conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos

Fonte: http://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/audiovisualImagem/castelo_entorno_foc_i_2-8_860x565.jpg

Em 1907 Oswaldo Cruz e os demais cientistas recebem a medalha de ouro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim, Alemanha, pelo trabalho de saneamento na capital da República. Uma particularidade é que em 1925 o físico alemão Albert Einstein visita o Instituto (FIGURA 54)



FIGURA 54: Carlos Chagas e médicos do Instituto Oswaldo Cruz, em recepção a Albert Einstein - 1925.
 Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz

O plano (FIGURA 55) nos permite ter uma leitura das comunidades que compõem a área denominada de Complexo de Manguinhos para contextualizar um breve histórico de ocupação:

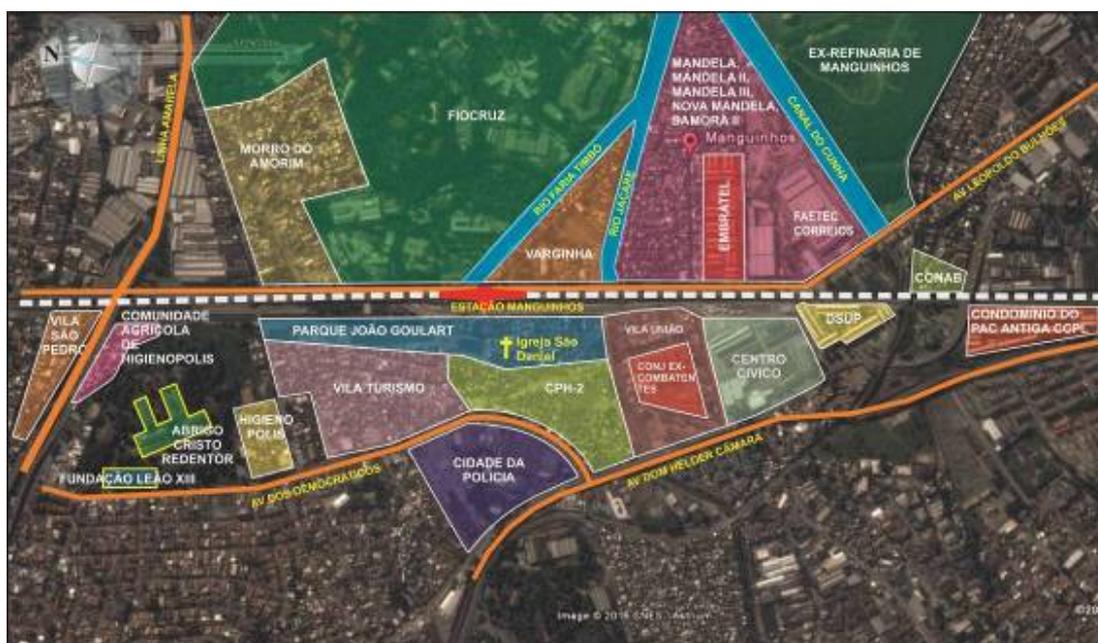


FIGURA 55: Plano das comunidades que compõem o Complexo do Manguinhos
 Fonte: Google Earth. Composição gráfica da autora.

A primeira comunidade que surge em Manguinhos é a comunidade de Amorim (1906) mas, até o final da década de 40, observa-se uma lenta ocupação residencial que ocorre de forma isolada. A comunidade Parque Carlos Chagas ou Varginha (1941), foi a segunda comunidade em se formar em Manguinhos, e é a primeira com histórico de invasão segundo dados do Laboratório Territorial de Manguinhos-LTM em terrenos que pertenciam à Empresa

Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).— Em 1957 surgem o Conjunto dos Ex-Combatentes e da Vila União, um para receber aos ex-combatentes que regressavam da 2ª Guerra Mundial e ao redor deste foi surgindo a Vila União. Na década de 60, Manguinhos começa a se consolidar como um lugar de passagem ou trânsito para futuras realocações, ou seja, as pessoas eram alocadas em Manguinhos com a promessa de ser uma situação provisória até ser relocados de forma permanente em outra área. Neste contexto surgiram o Parque João Goulart, Vila Turismo e o CHP2, conjuntos habitacionais construídos pelo governo como plano de erradicação das favelas do centro e da zona sul principalmente. Uma das características que o CHP2 -um dos primeiros centros habitacionais- se denomine até hoje Centro de Habitação Provisória.

Localizada entre as comunidades CHP2 e o Parque João Goulart, se encontra a Igreja São Daniel (FIGURA 56), projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com pinturas da via sacra do pintor Alberto da Veiga Guignard, sendo inaugurada em 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek.



FIGURA 56: Igreja de São Daniel Profeta, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Fonte: Fotos: Vítor Silva / Jornal do Brasil e Acervo CPDoc JB

Também a destinação de Manguinhos como bairro industrial, formulada pelos sucessivos governos estaduais e municipais locais trouxe variadas empresas para a região a partir dos anos 1960, que teve como reflexo a chegada do Instituto Oswaldo Cruz – IOC (atual Fundação Oswaldo Cruz), a Refinaria de Petróleos de Manguinhos⁴⁴, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), e a fábrica de cigarros Souza Cruz.

⁴⁴ A refinaria de Petróleos de Manguinhos, produzia 1,1 milhão de litros de gasolina por dia, consequência disso é a atual poluição das águas e ar na região. Para a implantação da indústria a área teve que ser aterrada e em 1991 aconteceu uma grande explosão na refinaria.

No ano de 1964 funda-se a Escola de Samba Grêmio Recreativo Unidos de Manguinhos. Na época acontecia o Show dos Calouros do Juvenal, que era a grande atração cultural da época, também o Teatro de Favelas na Varginha. Na década do 70 já existia Folia de Reis em Manguinhos e nos anos 1980, o contexto econômico do Rio de Janeiro fez com que 56 empresas deixassem a região, entre elas a CCPL, a General Electric, a Cisper, a CONAB e a EMBRATEL.

Em 1989 a Madre Teresa de Calcutá visita a comunidade de Varginha. Em 1990 e 1991 foram construídos pelo governo os Conjuntos Néelson Mandela e Samora Machel às margens da Leopoldo Bulhões, com financiamento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em terrenos adquiridos pela Prefeitura que eram da Embratel. No ano 1992 é inaugurada a Linha Vermelha e também houve um grande incêndio na Refinaria de Manguinhos. Em 1995 surge a Comunidade Mandela de Pedra da ocupação de uma área aterrada nos fundos dos Conjuntos Habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel, entre o Canal do Cunha e os muros da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). A comunidade é considerada uma das áreas mais carentes de Manguinhos. Em 1997 é inaugurada a Linha Amarela e no ano de 1998 Manguinhos é demarcado como bairro, mas a área continuou convivendo com o estigma da favela, nesse mesmo ano é constituída a COOTRAM -Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos-. Em 2001 surge a Comunidade Samora II também em terrenos que eram da Embratel. A Comunidade Vitória de Manguinhos, Conab ou Cobal (2002), foi resultante da ocupação dos galpões abandonados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e no ano 2005 surge a Comunidade Nova Mandela (EMBRATEL II). Já no ano 2007 Manguinhos entra no PAC-Programa de Aceleração e Crescimento, sendo entendido por alguns moradores como uma vitória da comunidade por meio do Fórum Social que foi criado no ano 2001. No ano 2009 o geógrafo David Harvey realiza uma pesquisa em Manguinhos, e no ano de 2013 o Papa Francisco visita Manguinhos realizando um discurso em Varginha.

Desde uma memória urbanística, podemos ler as múltiplas tentativas de planejamento urbano por parte do Estado desde a década de 1920, que previam para Manguinhos a criação de um bairro Industrial. Em meados do século XX começou a construção da Avenida Brasil que durou cerca de 15 anos (1939-1954), nessa época, a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense atuava na região com propostas que incluíam a urbanização global da

área. Agache⁴⁵ (1927–1930), propõe transformar Manguinhos num bairro industrial urbanizado com previsão para a instalação de moradias operárias e fábricas.

A implantação do bairro industrial do Rio de Janeiro na Baixada Fluminense permite precisamente satisfazer à maior parte das exigências indispensáveis: o bairro industrial se encontrará na proximidade do centro comercial, ao mesmo tempo em que estará isolado pela disposição topográfica do lugar e realizará a junção indispensável entre as vias de transportes terrestres e marítimos, além de que, a sua superfície é suficientemente vasta para alojar numerosas usinas e o preço do terreno bastante módico para permitir a aquisição fácil dos locais necessários às suas oficinas (Agache, 1930, p.183)

Ainda na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) foi apresentado o projeto *Parkway* Faria-Timbó como parte do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, no qual a proposta era transformar aquela área, pelo paisagismo e acrescentava que a região se transformaria em um dos mais belos parques ajardinados.

Na década de 60, foi solicitado pelo governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda ao urbanista grego Constantínos Doxiadis, um plano de desenvolvimento urbano para a cidade. Este tomava como base a “Teoria Equística” desenvolvida por ele, onde o objetivo era o desenvolvimento racional das cidades por meio de uma análise que propunha gerar um equilíbrio entre o homem e seu habitat, a partir da compreensão dos elementos que compunham este habitat.

Como vimos detalhadamente no Capítulo 2, foi só na década dos 80 e 90, quando se implementaram algumas ações para urbanização das favelas, como o Programa “Favela-Bairro”, mas Manguinhos não foi contemplado nesse programa por ser considerado um território de extrema complexidade por sua alta densidade demográfica, pelo seu solo aterrado, pela extrema violência e por ser uma área com bolsões de pobreza.

O Estatuto da Cidade, criado em 2001, garante a permanência em solos ocupados por sua regulamentação do uso da propriedade urbana, a partir da regularização fundiária e do usucapião. Mas a falta de execução de esse planejamento urbano ordenado fez com que Manguinhos seguisse uma lógica de ocupação concebida em geral pelos próprios moradores.

⁴⁵ Alfred Agache foi um arquiteto francês, conhecido por ter planejado a urbanização de cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba entre os anos 1940 e 1950 em um projeto financiado por Getúlio Vargas. Agache foi também um dos fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas.

Uma Ucronia materializada

O projeto urbanístico no Complexo de Manguinhos foi o resultado do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC como parte do Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciado em 2007.

Para poder contextualizar nosso objeto de recorte é necessário compreender o projeto integral para a área que consiste em um **Centro Cívico** desenvolvido nas antigas instalações do Depósito de Suprimento do Exército Brasileiro- DSUP-1º que abriga 8 espaços comunitários; 1774 **Unidades habitacionais** e um **Parque** linear –nosso objeto de recorte-desenvolvido embaixo da elevação da linha férrea. O PAC também prometia, saneamento básico: sistema de abastecimento de água de 32,7 Km, sistema de esgotamento sanitário de 39,6 Km de rede e um sistema de drenagem pluvial de 18,3 Km; obras de melhoria do sistema de iluminação pública, a pavimentação de 240 mil m² e recuperação de 22,3 mil m² dos rios contaminados Jacaré e Faria Timbó com arborização e recomposição da área de manguezal; também incluiria a regularização fundiária -é dizer compromisso de concessão da titularidade das terras, mesmo nas comunidades em que não haveria intervenção do PAC-.

O território foi dividido para a execução das intervenções entre o Governo do Estado e o Governo Municipal. Os principais atores envolvidos no processo foram a Casa Civil e a Secretária de Relações Institucionais da Presidência da República como coordenadoras centrais; o Ministério das Cidades como gestor; a Caixa Econômica Federal e o BNDES⁴⁶ como agente operador e financeiro; os estados e municípios como proponentes e agentes executores.

A chegada do PAC em Manguinhos encontrou em funcionamento o “Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável” – FMSDES criado em 2007 que congrega em torno de 30 entidades, como as associações de moradores das comunidades de Manguinhos, ONGs e instituições como a FIOCRUZ. Em 2008, movimentos sociais de Manguinhos apresentaram a Proposta de Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento do PAC - Manguinhos. Neste documento, propuseram que o Comitê fosse composto por representantes das secretarias estaduais, municipais e federais; das Associações de Moradores, dos poderes legislativos (municipal e estadual), de órgãos técnicos especializados (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Fundação Oswaldo Cruz e das Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro – UERJ e UFRJ) e do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Outro projeto que surgiu como

⁴⁶ BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

canal de participação da população local foi o PAC das favelas, onde o projeto visava construir uma Memória Social do mesmo. Segundo Patrícia Evangelista, secretária executiva do Fórum Movimento Social para Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos (FMSDES), o PAC é uma conquista dos movimentos sociais de Manguinhos já que segundo ela a forte participação dos moradores organizados e a pressão fez com que Manguinhos seja contemplado na agenda do PAC⁴⁷.

Em entrevista com Jorge Mario Jauregui, autor do projeto, nos insere na Memória Projetual do mesmo, descrevendo-nos a espinha dorsal definida pela conexão entre o Centro Cívico e a nova Estação de trem projetada, materializada no **Parque Linear**, gerado pela elevação da linha férrea. Jauregui relata, aplicou para o projeto de Manguinhos a metodologia desenvolvida durante sua participação em todos os programas de urbanização executados pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro, se parte, nos diz em entrevista, “da leitura da estrutura do lugar, da escuta das demandas dos moradores, do cruzamento interdisciplinar considerando os diferentes aspectos envolvidos⁴⁸” é dizer “a infraestrutura, urbanísticos, ambientais, habitacionais que atravessam o Complexo e as condições de acessibilidade⁴⁹” Todos esses fatores foram colocados no Master Plan que vemos a continuação na FIGURA 57, elaborado como consequência.

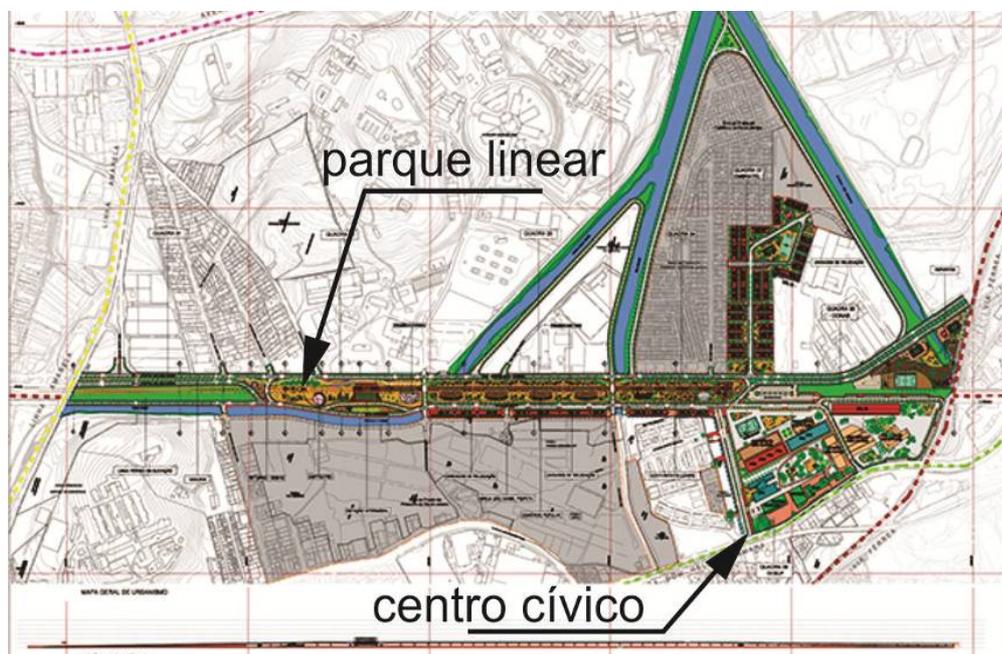


FIGURA 57: Master Plan Manguinhos
Fonte: http://www.jauregui.arq.br/imagens/broken/manguinhos_geral.jpg

⁴⁷ Patrícia Evangelista, em 11/11/08, no encontro Pacto pela Cidadania, promovido pelo IBASE e pela CEF, em http://www.conhecendo manguinhos.Fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf

⁴⁸ Entrevista realizada em 10/11/2016.

⁴⁹ Entrevista realizada em 10/11/2016.

O Projeto geral consiste de um **Centro Cívico** que se materializa em uma praça de articulação (FIGURA 58) que abriga oito espaços comunitários. O centro ocupa o antigo 1º Depósito de Suprimento do Exército Brasileiro -1º DSUP que faz parte da história de seus moradores, conhecido como “quartel”. O local, com um traço arquitetônico do ano 1900, servia de armazém que recebia e distribuía os suprimentos que chegavam pela antiga linha férrea. O prédio também funcionou como mercado da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Este **Centro Cívico** inaugurado no ano 2009, de 35,5 mil m² possui:



FIGURA 58: Plano Centro Cívico de Manguinhos.
Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

- uma **Biblioteca Parque** (ver FIGURA 59) de 2,3 mil m², com o conceito de biblioteca aberta; um modelo de equipamento urbano trazido da Colômbia, sendo um espaço cultural e de convivência com acessibilidade plural, equipada com salas de vídeo e música, teatro, cinema, cursos e acesso gratuito à internet;



FIGURA 59: Biblioteca Parque de Manguinhos
Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

- uma **Unidade de Pronto Atendimento -UPA** de 2.400 m²;
- um **Centro de Apoio Jurídico**;
- um **Centro Esportivo**⁵⁰ (FIGURA 60) com um parque aquático e ginásio com piscina semiolímpica e infantil;



FIGURA 60: Piscina semiolímpica

Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1685177>

- também foi projetado um **Centro de Geração de Trabalho e Renda**;
- um **Centro de Referência para a Juventude** e a **Casa da Mulher**, que são espaços potenciais para o exercício da cidadania;
- o **Colégio Estadual Luís Carlos da Vila** que é uma construção já existente que foi reformada, onde foi projetado um anexo, totalizando 5.215 m². A Escola atende 1.500 alunos, em três turnos. (FIGURA 61)

Segundo o arquiteto Jorge Mario Jauregui, houve um esforço para ressignificar o lugar para este deixar de ser um espaço do exército e passar a ser um local de educação e conhecimento.



FIGURA 61: antes e depois. Colégio Estadual Luís Carlos da Vila

Fonte: Acervo Laboratório Territorial de Manguinhos. Foto da esquerda: Mariza Almeida e foto da direita: Anastácia dos Santos

⁵⁰ Na atualidade se encontra sem funcionamento.

- O projeto contempla Unidades habitacionais (FIGURA 62) sendo um total de 1774 moradias. Os moradores de Embratel/Samora II, Embratel II, Parque João Goulart, Conjunto Nelson Mandela, Mandela de Pedra e CCPL por meio de compra assistida, indenização e aluguel social, foram realocizados em três conjuntos habitacionais que foram construídos. Já as unidades no D-SUP, Embratel e CCPL incorporam a ideia de condomínio residencial;
- O **Condomínio D-SUP** foi construído em uma área ao lado da Vila União, onde se localizava o Depósito de Suprimentos do Exército, possui 721 moradias.
- No **Centro habitacional Embratel**, localizado na Rua Leopoldo Bulhões, ocupa uma área de 32.720m² foram construídas 1 creche, mais 480 moradias. O local pertenceu à Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL que no 2004 foi desativada; na época, o espaço foi apropriado pelos moradores de Manguinhos formando a comunidade Embratel II; o terreno foi doado ao governo do Estado pela empresa em julho de 2007.
- O **Centro Habitacional CCPL**, cuja remoção de moradores terminou só em 2012 para a construção dos prédios, trata-se de uma comunidade criada, em 2005, por ocupação da Companhia Central dos Produtores de Leite LTDA (CCPL) se encontra localizado na Rua Dom Hélder Câmara, ocupando uma área de mais de 50 mil m², com 568 unidades;
- Na rua Uranos, seriam construídas mais 172 unidades em um bloco de três pavimentos.



FIGURA 62: Novas unidades habitacionais
 Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

-A **Via Binário**, seria uma nova estrada para desafogar a Avenida Leopoldo Bulhões, com três faixas de rolamento e cerca de 2 km de extensão, sendo uma duplicação da Leopoldo Bulhões, a Via Canal, é uma área que se estende ao longo do Canal do Cunha, da Leopoldo

Bulhões à Avenida Brasil, que ofertariam quadras poliesportivas, áreas de lazer e estacionamento no DSUP.

Expostos os alinhamentos do projeto geral para a área, realizaremos uma aproximação para explicar o recorte de nossa área de investigação.

A Rambla⁵¹ Carioca

O **Parque Metropolitano de Manguinhos** denominado pelo autor do projeto como Rambla Carioca (Jauregui, 2012) foi realizado num espaço fechado por altos muros localizado ao longo dos trilhos do trem que foi denominado pela mídia de “Faixa de Gaza”, onde os ajustes de contas entre as facções rivais da comunidade, intervenções policiais e violência, eram – e ainda são - moeda corrente. Este espaço, adquire um caráter de ferida urbana, uma ferida que estigmatizava e gerava barreiras físicas; por um lado, materializada pelos muros da Supervia e por outro; barreiras sociais, não visíveis, geradas pelos conflitos das disputas no local. Pensou-se desenvolver na área um projeto efetivado num Parque que nasce a partir da elevação da linha férrea entre a Linha Amarela e o ramal ferroviário MRS, num trecho de cerca de 1,5 km de extensão, que cria um novo espaço livre embaixo da elevação dos trilhos de aproximadamente 30.000m², cujo eixo principal seria um **Parque** -passeio público- com mobiliário urbano, quiosques, diversos equipamentos de lazer, esporte e convivência, além do projeto paisagístico (FIGURA 63). Para os ciclistas, seria disponibilizada uma ciclovia que ligaria a área de lazer ao Centro Cívico, além da inclusão de bicicletários em pontos estratégicos. Nos extremos do Parque, seriam implantadas quadras de areia para futebol e vôlei, quadras de uso múltiplo, skate Park e parque infantil. Também o Parque conta com uma **Estação Intermodal** de trem localizada na Rua Leopoldo Bulhões, que em seus três pavimentos, articula o acesso à via férrea elevada, numa área total construída de quase 2,500 m².

⁵¹ Rambla é um termo que se utiliza em espanhol para designar espaços urbanos com largas superfícies que funcionam como passeios públicos, para os pedestres puderem circular livremente. Em Manguinhos, o Parque Metropolitano, foi denominado pelo autor do projeto Jorge Mario Jauregui como: *A Rambla Carioca*.



FIGURA 63: Perspectiva do Parque-passeio embaixo do elevado
Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

A composição gráfica das três fotos seguintes (FIGURA 64) expõe como era a área chamada de Faixa de Gaza antes da intervenção urbana, a segunda fotografia é uma imagem em três dimensões que descreve o anteprojeto para o local e a última fotografia mostra como o projeto foi executado e como se encontra na atualidade.





FIGURA 64: Sequência grafica da área de intervenção, anteprojeto e projeto executado
Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

A sucessão de imagens exibem principalmente a grande diferença entre o anteprojeto e o projeto executado, o que mais chama à atenção é a ausência das áreas verdes, ou seja do Parque linear, nosso objeto de estudo parece sumido, invisível. O que vemos é uma espaço seco e vazio, sem pessoas e sem uso como indica a FIGURA 65. O que sim destacamos fortemente é a grande pegada dos pórticos e pilares estruturais de 10m de altura que sustenta a elevação da linha férrea, onde embaixo seria desenvolvido o projeto do Parque; uma obra de arte a céu aberto segundo descreve o boletim informativo da Secretaria de Estado de Obras (FIGURA 66).



FIGURA 65: Imagens do elevado.
Fonte: Fotos da autora.



FIGURA 66: Boletim informativo da Secretaria de Estado de Obras. Ano 3. Número 3. Novembro 2009.
 Fonte: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html

No ano 2013 a comunidade passou a ser ocupada pela 29ª Unidade de Polícia Pacificadora-UPP pela operação de pacificação de Manguinhos.

Em 2011, o Projeto de Jauregui para Manguinhos foi considerado pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA) um dos 11 projetos internacionais de grande influência sobre a produção urbanística contemporânea. Na exposição *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement* o projeto é colocado como um modelo de revitalização urbana a ser seguido, reconhecendo a preocupação sócio espacial, cultural e de bem-estar social aliado às inovações no campo do design urbano⁵² (FIGURA 67)



FIGURA 67: Imagens da exposição sobre Manguinhos no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque
 Fonte: http://www.jauregui.arq.br/news_moma.html

⁵² Disponível em: <https://arquitetura-se-ufop.blogspot.com.br/2014/11/a-requalificacao-do-complexo-de.html>

Memórias do Projeto

Ucronia é um subgênero literário que se propõe uma reconstrução alternativa da história. A ucronia é se perguntar “o que teria acontecido se...?”, e partindo dessa pergunta imagina um devir histórico alternativo. Nesse sentido, a ucronia parte de um evento real, que se desenvolveria num sentido diferente ao que conhecemos.

Será que em algum ponto o projeto que investigamos possa ser pensado como uma Ucronia? Para responder esta pergunta vamos novamente incorporar as narrativas dos Grupos de Memória, em esta instância tentaremos descobrir as dinâmicas que ocorreram no espaço público depois da intervenção urbana, pretendendo conhecer como a comunidade local elaborou as narrativas desses espaços, quais são as memórias do lugar, como estão ancoradas no espaço e que tipo de apagamento dessas memórias estes projetos urbanos produzem, para isso, incorporamos as narrativas de arquitetos, gestores públicos e moradores do Complexo de Manguinhos.

Memórias dos Arquitetos e Gestores

Neste contexto nosso primeiro entrevistado é o arquiteto Jorge Mario Jauregui⁵³, autor do projeto da intervenção urbana em Manguinhos. Ele se refere à execução da elevação da Linha férrea como *a Rambla*⁵⁴: *um projeto inacabado*. A entrevista principia fazendo alusão à memória paisagística do espaço público nos remetendo a Sarajevo⁵⁵; talvez um dos aspectos mais relevantes quando se transita no lugar, já que se observam num dos lados da elevação da linha férrea casas demolidas e inacabadas, retrotraindo-nos a um bombardeio (FIGURA 68). Estas moradias foram demolidas para construir futuras unidades de relocação que não foram executadas até a atualidade.

⁵³ Jorge Mario Jauregui formou-se arquiteto pela Universidad Nacional de Rosario e por mais de 30 anos mora no Brasil. Ganhou o Veronica Rudge Green Prize em Desenho Urbano da Universidade de Harvard, Graduate School of Design, GSD, em 2000. Promove e participa de debates interdisciplinares abrangendo Arquitetura, Urbanismo, Filosofia e Arte Contemporânea. Entre seus principais trabalhos executados se encontram a reurbanização da Rua do Catete na área central do Rio de Janeiro (Programa Rio-Cidade); a urbanização de mais de 25 favelas em diferentes locais da cidade (Programa Favela-Bairro); e os projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) entre outros. Trabalha permanentemente no tema da arquitetura e suas implicações urbanísticas, arquitetônicas, sociais e ambientais, e na investigação sobre a qualificação urbanístico-arquitetônica das metrópoles latino-americanas.

⁵⁴ Rambla é um termo que se utiliza em espanhol para designar espaços urbanos com largas superfícies que funcionam como passeios públicos, para os pedestres puderem circular livremente.

⁵⁵ O cerco de Sarajevo foi o mais longo cerco da história da guerra moderna, durante a guerra de Bosnia (1992-1996)



FIGURA 68: Moradias demolidas na avenida Leopoldo Bulhões
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Interrogamos ao nosso entrevistado sobre a Memória Projetual do Parque Linear, Jauregui nos explica que na época do anteprojeto, quando ele chegava ao lugar, o presidente da Associação de Moradores lhe comentava: “a gente não tem espaço de encontro, não tem onde se encontrar⁵⁶”, por isso a ideia foi elevar a linha do trem para conectar as duas partes desconectadas nos diz, como também indicava o PDU-Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Manguinhos (2003) realizado pelo governo, que já diagnosticava que uma malha que interligasse as atividades socioeconômicas da região poderia servir de elo propulsor para o desenvolvimento no lugar, apontando também que outro problema para a mobilidade e integração era a barreira gerada pela linha de trem e os muros de proteção.

Tanto o elevador como o Centro Cívico, foram pensados em paralelo nos explica Jauregui, o projeto constava da urbanização, sistema viário e infraestrutura, isto significa: drenagem, esgoto, água corrente e iluminação pública -o arquiteto reforça a importância da iluminação para a segurança no lugar-; junto com a parte infra estrutural é dizer o Parque-Rambla que conectaria o Centro Cívico à nova estação de trem, isso era o núcleo da intervenção. O núcleo da intervenção desses 1,5km era levantar para conectar por baixo relata Jauregui, transformar o espaço num Parque linear e colocar equipamentos aos lados, prestadores de serviços manuais, para isso se executou o binário, um gerador de Trabalho e Renda, para que as pessoas que circulavam em carro pela artéria Leopoldo Bulhões pudessem contratar também serviços, mas foi implantada só uma via nos comenta, e o projeto ficou truncado.

Qual foi o ponto inicial do projeto do Parque? Para Jauregui o ponto inicial era simbólico, o que dividia era o que conectaria, esse foi o ponto de partida. Sempre que se falou

⁵⁶ Entrevista realizada em 10/11/2016

do PAC Manguinhos, o principal elemento de conflito desde a leitura da estrutura do lugar, era a via do trem que dividia 5 comunidades de um lado e 6 do outro, isso tinha um valor real e simbólico, de transformar o que dividia no que conectava para mudar a área negativa do lugar.

Em entrevista com a revista de Arquitetura e Urbanismo PINI Jauregui descreve:

“Em princípio a elevação da linha férrea pareceria uma medida exagerada e descabida se for pensado desde uma abordagem tradicional, mas ela deixará um legado muito importante como pedagogia de restituição nos aspectos físicos, sociais, de segurança e de vida de um lugar”. (JAUREGUI, 2011, p.4)

Porque o projeto foi executado de um modo tão diferente do que era o projeto original? Jauregui explica que se pensou que ia ser realizado um seguimento do Estado, acreditavam em uma segunda fase que não foi realizada por razões políticas e econômicas, em consequência só foi executada a metade do projeto, como no Complexo do Alemão⁵⁷ nos diz, que as estações do Teleférico quedaram sem equipamentos e sem tratamento de arquitetura sustentável como era a ideia original.

O projeto de Manguinhos foi concebido em etapas projetuais de 5 períodos de 4 anos, 20 anos em total, pensadas para as obras poder ter uma continuidade no tempo, transcender os tempos governamentais; mas o PAC foi pensado para ser feito só em um período, foi um déficit assevera Jauregui, porque o tempo de maturação não existiu, o projeto foi uma síntese forçada do projeto original.

Por outro lado, para Jauregui o trabalho, esporte e festa, são os três conectores sociais fundamentais. O projeto foi concebido dessa maneira quando a situação do país era outra. O Programa PAC-UAP-Urbanização de Assentamentos Precários foi chamado assim pelo Ministério das Cidades, já que eram grandes projetos dos quais Rio era o piloto, no qual Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha, jogavam um papel importante, se podia pensar grande, ambiciosamente, para aplicar recursos para transformar a realidade socioeconômica e urbanística nos explica Jauregui. “Depois acaba o período de Governo, vem as eleições, as perspectivas começam decair, o país já mostrava sinais de crise e no ano 2011 começa-se instalar uma política de freio das inversões, depois tornou-se no descontentamento popular no 2013, de ai a crise econômica, até chegar ao 2015 que se parou todo⁵⁸”

⁵⁷ Jauregui também é autor do projeto do Teleférico para o Complexo do Alemão.

⁵⁸ Entrevista realizada em 10/11/2016

Sem ser nossa intenção nos adentrar numa análise urbanística, faço uma analogia com um outro Parque planejado pelo poder público, o Parque de Madureira, onde sinalo a diferença dos usos e formas de apropriação. Este parque foi projetado na zona norte da cidade, e possui uma área equivalente a 14 campos do Maracanã, são cerca de 93 mil m², com quadras de futebol, vôlei, basquete, espaços com água e areia, quiosques, pista de skate, ciclovia e mobiliário urbano. Foi concebido com um olhar sustentável, como o controle de resíduos sólidos, uso da água da chuva e de energia solar. O parque, acompanha a linha férrea que corta o bairro, situação urbana similar ao Parque de Manguinhos, mas a apropriação, uso e investimento do governo foi bem diferente.

O entrevistado responde que a política foi diferenciada, já que o Parque de Madureira era interesse da Prefeitura como projeto político para dar visibilidade a uma área central da zona norte, em Manguinhos, não era uma peça central, não dava visibilidade ao governo. (FIGURA 69)



FIGURA 69: Imagens do Parque Madureira
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Para Jauregui: “o Estado teve claramente neste projeto uma atitude autoritária, não houve dialogo, o projeto era para ser um espaço de integração, mas foi um espaço de poder, de impor⁵⁹”. Outra forte crítica do urbanista foi à falta de manutenção e seguimento do espaço por parte do Estado e como consequência o espaço não funcionou como planejado, já que foi aliás um projeto inacabado.

Esta condição viu-se reforçada na avaliação do II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas⁶⁰, onde o encontro teve por objetivo debater os alcances e limitações das intervenções urbanas e pensar novas alternativas de políticas públicas; a ênfase principal desta avaliação foi colocado na pós-obra e a falta de acompanhamento uma vez que as obras são concluídas pelo Estado, quedando em muitos casos, os espaços e obras acéfalas sem manutenção, sem canal de diálogo entre o morador e o Estado.

Quando comento com Jauregui que em diversas entrevistas em campo alguns moradores manifestaram que eles não necessitavam o Parque porque as prioridades eram outras, Jauregui pergunta: para quem trabalha o arquiteto? para a Associação de moradores? trabalha para o Governo? ou para o bem público? Ele garante que o arquiteto trabalha para o bem público e implica uma posição ética muito clara do profissional, ele não se vê obrigado a aceitar o que diz o governo ou a comunidade, ele analisa os fatores, os sopesa como sujeito que é parte de uma sociedade, os analisa, os processa e “vê o que o lugar tem direito a fazer⁶¹” pensando na relação custo-benefício, baseado na interpretação e desde a leitura que permite sua experiência profissional. No Programa Favela-Bairro por exemplo se pensava no plano ideal e depois se deriva ao plano possível no intervalo de tempo exequível e os orçamentos disponíveis, isso significa que nem o que diga o Estado nem a comunidade é a última palavra afirma, e continua enunciando que “desde o ponto de vista de um arquiteto responsável pelo bem público da cidade, sempre haverá descontento porque o projeto é pensado desde múltiplas variáveis⁶²” ante todo é uma questão ética assegura, “sempre estamos em processos, sempre estamos em caminho, não há uma resposta única⁶³”. As cidades sempre estiveram em conflito e mutação permanente, os projetos urbanos devem responder a este estado de tensão continua; Lefebvre (1999) já afirmava: Urbano e Crise é uma tautologia; a cidade é um organismo vivo em constante crescimento.

⁵⁹ Entrevista realizada em 10/11/2016.

⁶⁰ Seminário realizado em 23 a 26 de novembro de 2016 na UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁶¹ Entrevista realizada em 10/11/2016.

⁶² Entrevista realizada em 10/11/2016.

⁶³ Entrevista realizada em 10/11/2016.

O entrevistado conclui que a função do poder público é insubstituível, se não há poder público, as obras de interesse coletivo não se podem realizar, quem vai fazer as infraestruturas, os equipamentos públicos? O Estado, nos responde; não é algo autoconstruído que vai poder resolver estas questões, o poder público tem que criar as condições para que surjam os projetos que não sejam meramente um excedente do que quedou da atividade privada, o espaço público como o entendemos desde o urbanismo é a qualidade do ambiente para poder desenvolver a vida coletiva, e isso vai continuar faltando no entanto não se faça uma avaliação crítica e se redirecionem os caminhos conclui.

No Brasil, como em outros países de Latino América, os projetos governamentais tem dois focos que trabalham em parceria, um que é o projeto urbano e outro que é o trabalho social. Procurando entender o funcionamento da área de Trabalho Social no Projeto de urbanização de Manguinhos, ouvimos a Ruth Jurberg, que é a coordenadora Geral do PAC da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro- EMOP; a arquiteta explica o contexto histórico do PAC, que foi pensado como um Programa para atingir 350 mil habitantes no total no município, o Programa é concebido a partir do desenvolvimento integrado desde o físico, o legal e o social, se referindo ao eixo principal que foi focado na gestão de impacto e desenvolvimento do território.

Especificamente no PAC Manguinhos, o governo permaneceu fora do território por 30 anos, e descreve que o primeiro trabalho do EMOP foi a realização de um censo depois de décadas, este censo⁶⁴ (2010), constou de 4 partes: parte 1 - Dados sobre as Residências, Parte 2 - Dados sobre os Moradores, Parte 3 - Dados sobre a família e Parte 4 - Relação com a Comunidade. O PAC Manguinhos foi dividido por áreas entre Prefeitura e Governo para sua execução e desenvolvimento.

Outra problemática que detectamos no trabalho de campo foi a regulação fundiária dos terrenos e moradias, Jurberg nos informa que em Manguinhos foi realizado um trabalho de regulação fundiária durante três anos onde cada família teria o título de propriedade da sua casa, um dos questionamentos do público assistente no Seminário, - majoritariamente moradores de Manguinhos-, foi que isso não aconteceu, ao que Jurberg explica que como algumas pessoas moravam em áreas de risco, a Caixa Econômica, que articulava economicamente este processo, não autorizava a regularização fundiária por se encontrarem os moradores em áreas de risco e destaca a necessidade de avaliação e monitoramento destas ações que acabam não dando certo em muitos casos.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/CENSO-DOMICILIAR-MANGUINHOS.pdf>

Continuando com esta mesma problemática, Rachel Las Casas do ITERJ-Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro se pergunta no mesmo Seminário, o modo no qual a cidade é produzida, partimos da ausência de cidadania declara, que segundo ela é a marca dos territórios de exclusão, entendesse a moradia como uma propriedade social e descreve que devemos entender esta luta como um modo de escapar dos espaços de exclusão.

Prosseguindo compreender as dinâmicas dos usos, ocupações e desvios que ocorreram na área de estudo, pesquisamos sobre a articulação territorial ou seja a formação de redes no território; o trabalho social nos explica Rita Motta, socióloga contratada pela MPU-Metrópoles Projetos Urbanos, se divide em dois eixos principais, um é a gestão de impacto, que é a obra em se, e outro é o desenvolvimento territorial que são as ações de educação ambiental, de organização comunitária e demais ações que vão junto com a intervenção física da obra. Em resposta à participação comunitária na execução do projeto, Motta nos responde que se bem existiu uma Comissão de Acompanhamento de Obras; os cronogramas do trabalho social e os da obra não trabalharam juntos, porque existiu um descompasso, a área de trabalho social só permanece 6 meses em promedio pós-obra, e para os moradores resulta difícil poder mudar alguns paradigmas sociais já que tem mais de 30 anos morando de sua maneira na área da intervenção.

A interrogo sobre o processo de ocupação dos usos no Parque Linear de Manguinhos, ela afirma que foi um projeto imposto, criando expectativas de uso que não foram as esperadas, porque são múltiplos os agentes intervenientes, e é impossível prever como funciona um território. Para a socióloga, uma das causas da não ocupação do espaço projetado, é que o Estado não acompanhou a área para fazer acontecer culturalmente, como em contraposição ocorreu no Parque Madureira, que sempre teve eventos culturais sucedendo, aliás, o Parque de Madureira também se transformou numa âncora de luta do Movimento Negro, que também adotou o lugar como espaço de resistência e reivindicação nos diz. Em Manguinhos, o acompanhamento estatal no que seria o *empoderamento cultural* foi nulo, não foi uma apropriação esperada o que aconteceu no Parque; como exemplo a socióloga cita ao respeito dos quiosques projetados para o Parque, que se bem estão formalizados e existe uma associação comercial criada pelo Trabalho Social, não funcionou, porque os pequenos empreendedores acabaram sendo as pessoas responsáveis por dar vida àquele espaço, sem ter o acompanhamento do Estado para visar ser esse espaço cultural.

Quando lhe perguntamos pela leitura da dinâmica de apropriação do espaço, ela descreve que “as pessoas não se apropriam de aquilo ai, foi na época apropriado mas não a

apropriação que o projeto previa⁶⁵”, e continua afirmando, que as barreiras que existem não podem ser diluídas com a intervenção física: “não é um projeto o que vai diluir essa barreira⁶⁶”. Em consequência, a intervenção vai ser absorvida pela dinâmica da favela, “o projeto vira parte da favela, mas a favela não vai virar parte do projeto⁶⁷” porque a dinâmica local é maior que o intento de unificação social proposto pela execução da elevação da linha férrea para projetar o Parque Linear.

A interrogamos pelas críticas que tiveram em Manguinhos ao apresentar o projeto, Motta responde que eram que chegavam com um projeto que já estava pronto, e nada do que os moradores pediam era ajustado ao projeto. Para Motta, é impossível pensar o Parque linear sem pensar a dinâmica territorial que acontece ai, segundo a socióloga, as barreiras sociais não são destruídas com a execução de projetos urbanos, e conclui na sua leitura, que as janelas de tempo com que se avaliam os projetos são curtas já que não se acompanha a transformação urbana do espaço de forma histórica.

Memórias dos moradores.

Nosso próximo Grupo de Memória incorpora aos moradores de Manguinhos, queremos conhecer como participaram ou como foram atingidos pelo projeto, como foi o processo da execução e as dinâmicas que aconteceram no lugar antes e depois da intervenção urbana. Neste contexto entrevisto a André Luiz da Silva Lima, que trabalhou no processo do PAC Manguinhos na área de trabalho social; umas das condições para ser contratado era morar no lugar; Lima nos comenta que sempre esteve dentro de projetos -sejam lidos como sociais ou políticos- e, de algum modo, sempre criou uma base para se tornar insubstituível diante das mudanças políticas, é assim como funciona a dinâmica nas favelas nos diz. Seu eixo de trabalho era Desenvolvimento Territorial, tinha que ver com educação ambiental, geração de trabalho e renda e mobilização comunitária; de acordo com a fala de nosso entrevistado, mais de 1200 moradores trabalharam no projeto de Manguinhos.

No trabalho de campo percebemos como alguns moradores tinham a função de articular o diálogo entre os habitantes e os representantes do Estado, de aproximar os *in-aproximáveis* pela sua capacidade de mediar. Também foi no ano 2012 no processo de produção do Plano de Desenvolvimento Sustentável-PDS, que o PAC cria o Conselho

⁶⁵ Entrevista realizada em 28/09/2016

⁶⁶ Entrevista realizada em 28/09/2016

⁶⁷ Entrevista realizada em 28/09/2016

Comunitário de Manguinhos para ser gestor coletivo dos equipamentos públicos, na atualidade transformado no que é chamado de Câmara Comunitária da qual Lima faz parte.

Indagamos pelos desvios no espaço projetado, nosso entrevistado acredita que a implantação do Parque Linear em Manguinhos foi a razão pela qual o tráfico de drogas entrou nas associações de moradores; já que com o anúncio da elevação da linha férrea as associações de moradores se mobilizaram em contra por dois motivos, a elevação da linha dividiria o subúrbio segundo Lima, e essa elevação usaria 70% de recursos da obra, já que para os moradores o grande déficit era o saneamento básico, alias do déficit de moradias. Nesse contexto, há um movimento por parte do tráfico de drogas de intimidação aos líderes das associações de moradores, e “ai fica o tráfico no lugar dos presidentes das associações, já que são convidados a sair” ou “que recuassem na reivindicação e na oposição à implementação da linha férrea⁶⁸”.

A elevação da linha férrea foi de fato algo que Manguinhos queria? O entrevistado entende que não, considerando todas as demandas e necessidades, o Parque acaba surgindo como algo imposto.

Em quanto aos usos, o interrogatório sobre os quiosques projetados para o Parque: me responde que “se projetaram para ser ocupados por comerciantes, mas na favela o comércio está na tua casa⁶⁹” -já que uma das características das favelas é que muitas moradias tem o comércio dentro da mesma moradia-. Segundo Lima, -fazendo uma outra narração do relato de Jauregui autor do projeto- a intenção do governador Cabral era que os quiosques fossem concedidos ao Mc Donalds, o Boticário, que ao ser grandes empresas funcionariam para atrair à comunidade para utilizar o espaço, mas isso não aconteceu. Segundo nosso entrevistado, a favela não queria aquele Parque, não tem fomento de atividade cultural nem lazer, somado ao problema de insegurança, a existência de usuários de crack, corre-corre, tiros, “a família não vai ai para passear um domingo⁷⁰” observa.

Em quanto à apropriação do espaço, a resposta é que foi ocupado pelas dinâmicas de depredação, os moradores de rua ocuparam o Parque, se transformou numa “ocupação não formal, numa extensão da favela. “O governo realizou o mais fácil que foi remover as pessoas, e agora não consegue proveer habitação⁷¹”.

⁶⁸ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁶⁹ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁷⁰ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁷¹ Entrevista realizada em 18/10/2016

Notamos que algumas pessoas voltaram construir inadequadamente, parece como que o PAC nunca tivesse chegado a Manguinhos, se transformando o Parque em um espaço ocupado por um outro processo de favelização.

Um ponto a destacar na entrevista é que Lima assegura que tenta usufruir ao máximo o que o poder público pode lhe dar, ele foi ensinado assim, ele pode fazer uso e tirar proveito dos equipamentos públicos: “As pessoas tem que se apropriar das coisas públicas⁷²”.

Existe também uma condição que percebemos em nossa pesquisa, e que foi descrita no encontro *P/a quem e P/a que serve as Pesquisas Acadêmicas nas Favelas*⁷³ a respeito da condição dos moradores quando também se institucionalizam sendo parte dos projetos governamentais ou de pesquisa, como no caso de nosso entrevistado, que viu-se envolvido dualistamente porque depois de trabalhar no PAC converte-se em auxiliar de pesquisa da Fiocruz⁷⁴, mas ele se posiciona epistemologicamente já que afirma que “a subjetividade está junto com a produção do conhecimento e o que vai mitigar a interferência de essa tua subjetividade é o método, já que tuas perguntas estão contaminadas sempre pelo teu lugar de fala⁷⁵”, colocando nosso entrevistado como exemplo ao Gilberto Velho e o exercício de estranhamento e alteridade que fez na sua tese, -já que pesquisou no mesmo lugar que ele morava-.

As políticas públicas da época (2003), agrupam 15 favelas e denominam a área de estudo como Complexo de Manguinhos, uma denominação feita pelo Estado nos diz Jose Luiz da Silva Soares, outro entrevistado de nosso Grupo de Memórias de moradores, sinalando que os nomes das comunidades que compõem Manguinhos contam do tempo que eram, colocando como exemplo Parque Joao Goulart que leva o nome de um ex-presidente ou o CHP2-Centro de Habitação Provisório, que foi construído na época para ser moradia provisória e até hoje ainda existe, sendo permanente. Se bem o Estado pode nomear um território, os limites internos para os moradores são outros, esta condição foi acentuada na oficina “Políticas públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da promoção da saúde e da justiça ambiental⁷⁶”: os moradores relatam suas trajetórias e percepções em relação às obras do PAC em Manguinhos; Otilia, narra que o Projeto de Manguinhos foi um bairro montado que deram o nome de Manguinhos, “temos que

⁷² Entrevista realizada em 18/10/2016

⁷³ Encontro realizado na UERJ o 12 dezembro de 2016. Foi o segundo encontro, o primeiro foi ocorreu no Colégio Estadual Clóvis Monteiro, na favela de Manguinhos o 22 de outubro de 2016.

⁷⁴ Fundação Oswaldo Cruz.

⁷⁵ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁷⁶ Oficina realizada no dia 10/08/2013 onde os moradores contam suas trajetórias e percepções das obras do PAC Favela – Manguinhos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hAzwGLm4Ajg>

nos questionar de qual Manguinhos estão falando, porque hoje moram em muitos Manguinhos⁷⁷”, segundo Patrícia, na mesma oficina, diz que “no princípio Manguinhos era até CHP2, depois com o PAC veio ex-Combatentes, Vila União, Embratel, CCPL, não consigo entender, misturo todo, tem vários Manguinhos⁷⁸”, fazendo alusão às outras comunidades que foram incorporadas pelo governo na área denominada de Complexo de Manguinhos.

Um dado interessante que aporta Suares é que em Manguinhos, segundo relatos orais, existiam pessoas que costumavam pescar nos seus rios, que se poluem pela construção da Avenida Brasil nos anos 50, que corta o canal da Maré com Manguinhos. Como já descrevemos anteriormente a área onde foi executado o projeto que estamos estudando era mangue antes de ser favela; embaixo da elevação da Linha Férrea, há um canal e segundo Suares “para o solo continua sendo mangue, para a gente que mora que é projeto construído⁷⁹”, -fazendo referência às inundações que acontecem até hoje no lugar-.

Quanto à participação comunitária, Suares descreve a falta de diálogo que houve com quem mora no território nestes processos urbanos, os técnicos não conversaram com os moradores que são os que conhecem a área, seus vícios, suas sinais, -de preferência os mais antigos nos diz-, colocando a ênfase na importância dos relatos dos moradores para poder pensar os projetos urbanos, trazendo como exemplo a última enchente na área onde o projeto foi construído, “os projetistas não ouviram, não deram importância à memória dos moradores⁸⁰”, se referindo à riqueza da via oral, das escutas, da Memória Social para poder construir os projetos.

Esta condição foi reforçada na avaliação do *II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas*, que indica que nos editais governamentais acabam separando, pelas múltiplas dinâmicas e interesses, o projeto, a obra e a gestão fazendo ênfase na etapa de diagnóstico – etapa previa para conceber os projetos de intervenção urbana- que acaba sendo muito generalizada, sendo que os técnicos pensam a favela como monolítica e não é, desconhecendo em muitos casos os códigos locais da população e as dinâmicas de cada território.

Em quanto aos usos, Suares narra que hoje no Parque mora a população de rua: “eles estão ai porque é um espaço ocioso⁸¹”.

⁷⁷ Oficina realizada no dia 10/08/2013.

⁷⁷ Oficina realizada em 10/08/2013

⁷⁸ Oficina realizada em 10/08/2013

⁷⁹ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁸⁰ Entrevista realizada em 18/10/2016

⁸¹ Entrevista realizada em 18/10/2016

Dez dias depois estou novamente em Manguinhos, na Biblioteca Parque esperando meus próximos entrevistados. Um tiroteio é o som que acompanha minha espera; um som naturalizado na comunidade, as crianças que concorrem ao lugar, continuam brincando sem nenhuma correria mas agora refugiados dentro da biblioteca, para que as balas perdidas não atinjam eles.

Um dos pontos em comum que destacamos nas entrevistas é que o Parque Linear era o último que necessitava Manguinhos, neste caso Fransérgio Goulart do Fórum Social nos diz que os urbanistas acreditam que as favelas necessitam espaços públicos pensados como estrutura da gestão pública, mas este tipo de espaços públicos tal vez não sejam necessários, e assevera que o PAC não trouxe a grande prioridade, que é saneamento e esgoto, tanto é que esse problema persiste. Em quanto aos usos Goulart nos diz que “Os arquitetos acharam que as pessoas iriam usar os espaços públicos projetados por eles do modo que eles acham, mas as pessoas têm 50 anos morando aí⁸²”, se referindo a que um projeto não vai mudar a dinâmica dos costumes locais, a crítica de Goulart recai em como os projetos urbanos são pensados a partir dos arquitetos, presumindo que as favelas necessitam espaços públicos concebidos desde a concepção formal da cidade, e reforça como este espaço em particular foi pensado a partir de uma estigmatização da violência gerada pela mídia.

Uma das características do projeto foi a ampliação de vias no entorno do Parque Linear com a criação de um binário de tráfego nas ruas Uranos e Leopoldo Bulhões. Esta questão da abertura de fluxos foi questionada pelos moradores de Manguinhos, já que intuem que estas vias foram abertas para facilitar a entrada do Estado e em consequência da polícia dentro da favela. Para Goulart se a ideia era *apagar* o simbólico do muro existente da Supervia que dividia à comunidade, com a construção do elevador, o mais simbólico hoje é que as operações para combater a violência, com caveirão⁸³ e blindados saem embaixo da elevação da linha férrea, é dizer do Parque inacabado; antes da intervenção o caveirão não conseguia permanecer no lugar nos diz. Os moradores manifestam que não tem um Estado presente dentro das favelas, o Estado que se mostra presente dentro das favelas é um Estado militarizado. Esta leitura pode levar a sugerir uma “hausmanização⁸⁴ de Manguinhos” numa adaptação tropical do conceito europeio do século XIX?

⁸² Entrevista realizada em 28/10/2016.

⁸³ Caveirão é o nome popular do carro blindado usado pelo batalhão de operações policiais especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Para contextualizar, Georges-Eugène Haussmann foi o responsável pela reforma urbana de Paris (entre 1852 e 1870), trazendo o conceito de urbanismo como higienização, que alegando as péssimas condições de salubridade de moradia da cidade, moderniza estrategicamente Paris, com uma forte intenção política de contenção das

Outro discurso reiterado que se repete nestes processos urbanos é a especulação sobre a falta de informações, os moradores sabem que sua casa talvez será demolida para a execução do projeto, mas muitas vezes ficam na espera eterna e sem saber se ela será contemplada na remoção. Esta tensão rege as memórias dos moradores nestes processos, são processos que envolvem apagamentos de memórias. Estas questões, as vemos reiteradamente nos relatos dos moradores: “enquanto os jornais publicam matérias sobre a elevação da via férrea, a construção de áreas de lazer e outras obras, os moradores ficam cada vez mais apavorados sem saber o que vai ser de suas vidas: continuam a construção de suas casas? Preocupam-se com o ‘fantasma’ da remoção?”⁸⁵.

Pensando nas relocações ocorridas na área onde o projeto foi executado, entrevistamos a Patrícia Oliveira que morava numa das casas que foram demolidas para a construção do elevado e o Parque, “ao lado da mangueira”⁸⁶, nos diz, ela como outros moradores, também opina que “a elevação da linha férrea era a última coisa a ser planejada para a comunidade, um local onde crianças continuam tomando banho em poças de água suja, continuam andando no dorso de porcos porque não têm uma área de lazer, acordam com violência e acostumam-se com esse mundo”⁸⁷. Nossa entrevistada reforça também os inconvenientes que continuam na área, especialmente na rua São José que continua se alagando e traz a consideração a questão dos usos do espaço por exemplo os quiosques planejados para o Parque “o que houve foi um troca troca, venda de cadastros, pessoas que não precisavam trabalhar e nem tinham interesse em fazer parte de um local agradável”⁸⁸ e conclui que a “Rambla Carioca” se transformou numa Cracolândia.

Todos os Grupos de Memória de moradores entrevistados convergem na ideia de que o Parque de Manguinhos, embora seja um projeto inacabado, foi um projeto imposto e apropriado por outras dinâmicas das planejadas. Podemos perceber que pessoas sem moradia e usuários de crack ocuparam esse espaço ocioso e sem atenção do Estado; parece que, de algum modo, as dinâmicas que aconteceram no espaço reforçaram um outra camada de abandono: colchões, sofás, lonas, cobertores e lixo estão espalhados ao longo do Parque. O espaço público passou a ser uma ocupação irregular, como se fosse uma extensão da favela, de alguma forma é como se o Programa de Aceleração e Crescimento - PAC nunca houvesse chegado a Manguinhos segundo os próprios moradores em entrevistas. Observa-se

revoltas das massas operárias, já que devido à geometria das ruas, antes sinuosas e estreitas e depois largas e retas, possibilitavam acabar com as revoltas populares, então objetivo do Império.

⁸⁵ Boletim do Fórum Social de Manguinhos, agosto 2007

⁸⁶ Entrevista realizada em 11/06/2016

⁸⁷ Entrevista realizada em 11/06/2016

⁸⁸ Entrevista realizada em 11/06/2016

adicionalmente, que a área do projeto se transformou em um estacionamento espontâneo; o espaço que deveria ser usado pelos moradores, como um passeio público, lugar de encontro, lazer e convivência, foi ocupado pelos carros e moto-taxis. Também os poucos quiosques que foram construídos na área se encontram fechados ou subutilizados, e são ainda, objetos de diversos interesses e disputas dos atores intervenientes.

Outra perspectiva de desvio, segundo os Grupos de Memória, via uma leitura simbólica tem base em considerar que se a concepção do projeto tenha tido foco em dissipar os limites não físicos, senão sociais de divisão do território, com a construção do Parque o mais simbólico na atualidade é que as operações para combater a violência com caveirão e blindados, saem por debaixo da elevação da linha férrea, é dizer do Parque. De algum modo parece que o projeto foi um facilitador das ações policiais. A questão que fica é se neste aspecto, o projeto se desviou para ser uma arquitetura do controle do Estado, para que o Estado demonstrasse a sua presença na área.

Os diversos interesses intervenientes na execução do projeto que investigamos provocaram um descompasso que abarcou tanto desvios físicos, como também ressignificações simbólicas no espaço público. Uma dessas ressignificações tem relação com a violência e, de forma ampliada, como se inscreve no espaço público projetado uma Memória Social que tem estreita relação com a memória da violência?

Memórias de um descompasso

No contexto desta investigação há um tema que não podemos deixar de tocar, que parece não ser contemplado abrangentemente nas políticas públicas que é a violência nas áreas de intervenção. Uma das ações que trouxe a implantação do projeto urbano em Manguinhos, resultado do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC, foi que junto ao Projeto também entrou a 29ª Unidade de Polícia Pacificadora como parte do Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a região.

Leite (2012) no artigo *Da metáfora da Guerra ao projeto de Pacificação* examina a construção social das favelas como o território da violência destacando, sobretudo, as políticas de segurança pública que são implantadas com o objetivo de retomar o controle armado dos territórios como condição para a integração desses territórios à cidade. O artigo discute os dispositivos que promovem e sustentam, a vinculação das favelas à violência e à marginalidade. Segundo a autora, a partir dos anos 90 as favelas começam ser associadas mais fortemente com a violência e insegurança, reforçando de forma mais aguda os estigmas em

relação aos seus moradores e neste contexto de violência se constroem duas imagens antagônicas, por um lado o cidadão dentro da lei e por outro os favelados, condição que não permite a distinção entre morador e criminoso, transformando-os no arquétipo das “classes perigosas”.

Em *Vida sob Cerco*, Machado (2008), acrescenta outro fator importante: dentro das favelas existe uma violência interna marcada pelo tráfico e as milícias e a externa onde intervém a polícia e os processos de pacificação; “viver em tais circunstâncias” cita Machado “deriva em uma experiência de confinamento territorial, em maiores intensidades da aquela que atinge à população da cidade”. Num dos pontos de sua investigação, os entrevistados criticam a “falta de seletividade” dos alvos, reforçando a diferença de tratamento nas favelas e nos bairros formais da cidade, em outras palavras, criticam a “desigualdade de desproteção”, sustentada pela “territorialização discursiva da violência”, cuja lógica consiste em vincular a retórica da “fábrica de marginais” às políticas repressivas de segurança praticadas nas áreas segregadas (FILHO, 2008, p.12). Como revelam seus entrevistados: uma fala mal colocada ou uma ação não calculada em situações de risco nas favelas podem acionar os dispositivos da violência arbitrária da polícia (FILHO, 2008).

Neste contexto, segundo o estudo “Mapa da violência 2015: mortes por armas de fogo⁸⁹” revela que 59.627 pessoas morreram em 2014 vítimas de arma de fogo, o recorte por sexo e faixa etária indica que 53% dos homens que morrem tem entre 15 e 19 anos. A pesquisa ainda revela que jovens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) presidida pelo Marcelo Freixo, criou a Subcomissão da Verdade para investigar crimes cometidos pelo Estado na democracia: já que a Comissão afirma que existe na atualidade um genocídio contemporâneo de remoção branca⁹⁰. Se nos enquadrarmos num contexto histórico latino-americano⁹¹, houve um período que se caracterizou por construir memórias que denegavam a alteridade, submetendo todo tipo de indivíduos que desafiassem à narrativa oficial (LIFSCHITZ, 2012); e nesse cenário se implantou a violência como modo de vida onde o tecido social foi desarmado, afetando à sociedade.

⁸⁹ Estudo realizado pela Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o governo brasileiro.

⁹⁰ Assim denominado o processo de gentrificação interna que ocorre nas favelas com o ingresso dos projetos governamentais.

⁹¹ Nos referimos aos regímenes militares que aconteceram na America Latina.

Na atualidade, em Manguinhos foram assassinados pelos policiais que atuam na Unidade de Polícia Pacificadora: Mateus Oliveira Casé (17/03/2013), Paulo Roberto Pinho de Menezes (17/10/2013), José Joaquim de Santana (12/12/2013), Johnatha de Oliveira Lima (14/05/2014), Afonso Maurício Linhares (18/06/2014), Christian Soares Andrade (8 /09/2015)⁹².

Neste ponto, dinamizamos um Grupo de Memória diferenciado composto pelas mães destes jovens assassinados pelos policiais da UPP; elas se posicionaram frente à violência causada pelas ações do Estado nas suas políticas de pacificação, criando uma rede denominada “Mães de Manguinhos”.

Se considerarmos a dimensão política da Memória Social, no livro *A Memória Política e seus espectros*, Lifschitz (2015) cita que o narrar da memória política procura intervir no mundo social, por isso é uma ação estratégica que tem como finalidade interferir no espaço público.

Estas mães intencionalmente inscreveram as memórias apagadas dos seus filhos no espaço público para preservar-lás e se transformaram, de algum modo, em agentes da Memória (LIFSCHITZ, 2012) que operam na disjunção de lidar entre a morte e a impossibilidade do luto, já que as memórias dos seus filhos encontram-se apagadas porque não tem o direito de luto. Esses jovens foram assassinados e tidos como bandidos, e a família carrega o pesado estigma, reforçado pela mídia que legitima um olhar criminalizante. “Os estigmas sobre os moradores das favelas minam a legitimidade de suas denúncias e reivindicações no espaço público” (LEITE, 2008, p.118).

O *Grupo de Memória de Mães de Manguinhos* na entrevista descreveram como encontraram no luto, o enquadramento para acender a memória apagada dos seus filhos assassinados e, no espaço público, o meio para reivindicar essas memórias.

A fotografia (FIGURA 70) exhibe o Campo do Society em Manguinhos próximo ao Parque Linear, uma quadra de futebol, que se transformou paralelamente num espaço de recordação; o altar urbano *Nossos mortos têm voz* foi erigido em 2016 pelas Mães de Manguinhos para acender as memórias apagadas dos jovens, entre 12 e 29 anos, mortos em Manguinhos desde 2013. A placa foi simbolicamente colocada na frente do muro do campo de futebol onde foram mortas duas das vítimas da comunidade – Afonso Maurício e Christian.

⁹² Relatório final CPI assassinato de jovens. Relator Senador Lindbergh Farias. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>



FIGURA 70: Altar urbano espontâneo no Campo do Society em Manguinhos.
Fonte: Arquivo pessoal. Foto da autora

Estes altares urbanos espontâneos têm como objetivo expressar a indignação dos moradores diante de fatos considerados traumáticos, encontrar responsáveis e pedir justiça. Eles funcionam como uma forma de ação social não institucional, um ritual público de expressão de luto no espaço, criados como neste caso como uma resposta diante das mortes violentas, pensados como *artefatos para lembrar* (ARENAS, 2014). As memórias ancoram-se no espaço, transformando-o: o espaço público transmutou num espaço de Memória, conceito que vimos no Capítulo 1 desta dissertação. O espaço foi ressignificado simbolicamente, a Memória Social associada a memória da violência se inscreveu no espaço público, se transformando em um espaço coletivo de Memória. Tal memória materializada em um objeto criado por ocasião da morte violenta, ao ser inscrita no espaço público, corporifica o sentimento de dor da comunidade. Ali se apresenta um uso memorial do espaço público, transformando o lugar da morte num cenário para a expressão e a ritualização do luto. (SÁNCHEZ-CARRETERO, C, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Podemos perguntar se de alguma forma esta pesquisa poderia ser pensada como uma Ucronía. Que teria acontecido se o projeto tivesse sido concluído? Será que acabado o projeto poderia ter sido aquele Parque arborizado com quadras poliesportivas, com crianças jogando futebol, com as famílias usufruindo o espaço público? A efetivação do projeto teria impedido o assassinato dos jovens, se, juntamente com a ocupação da UPP pelo Estado, houvessem inserido políticas sociais abrangentes?

O principal objetivo dessa dissertação foi analisar as consequências de uma intervenção urbana governamental em favelas, para isso utilizamos o campo da Memória Social como ferramenta, estruturada nas narrativas de Grupos de Memórias. O foco foi a construção da Memória Social do espaço público e seus desdobramentos, tentando rever conceitos básicos e metodológicos do urbanismo, sob perspectiva dos estudos interdisciplinares em Memória Social.

Desde sempre, o espaço tem sido um objeto de digressões teóricas desde diversos campos e a partir dessa análise observamos como o espaço público se redefine permanentemente em função das mudanças históricas, dos projetos políticos, das formas de apropriação e, do contexto urbano e social onde estão inseridos.

Também foi indispensável conhecer o que é entendido por espaço público na favela a partir das escutas dos Grupos de Memórias: por um lado dos moradores e por outro dos urbanistas e gestores públicos que participaram dos processos de intervenção urbana das políticas públicas. Constatamos que, para os moradores da favela, o termo espaço público não é entendido como é planejado pelas políticas públicas. Na favela não há a dimensão do público no sentido de ser um espaço produzido pelo Estado como ruas, praças e parques. Sob a ótica desses moradores é importante ressaltar o termo “espaço coletivo” para entender o conceito de espaço público, um espaço espontaneamente apropriado que surge pelas relações de sociabilidade e vizinhança que aí acontecem, diferentemente do Estado que entende o espaço público como um espaço produzido socialmente pelas políticas governamentais.

Posteriormente foi necessário compreender a Memória histórica e urbana da formação de Manguinhos para conhecer a dinâmica como território. Manguinhos outrora um mangue, foi aterrado e desde então carrega o caráter de ser um lugar de trânsito e espera para futuras relocações, e é nessa feição que se consolida como região de moradia permanente, como observamos na pesquisa.

Se for real que as favelas surgem como uma solução espontânea diante da insuficiência das políticas públicas, - essa parece ser a perspectiva da maioria dos autores que estudam o tema—, detectamos que são na maioria dos casos, territórios dos projetos políticos e dos múltiplos interesses envolvidos, o projeto urbanístico que é um produto dessa negociação política, em certa medida perde autonomia, como observamos na investigação, que o projeto acabou sendo uma síntese forçada do projeto original, como afirma Jauregui, autor do mesmo.

Como surgem da espontaneidade, as favelas também carregam uma condição de ilegabilidade, segundo um discurso bastante difundido por alguma parte da população, pelo fato de se consolidar em territórios irregulares e, nesse contexto, percebemos que muitos moradores aceitam os projetos urbanos produzidos ou impostos pelo Estado sem questionar. Esta situação é reforçada segundo as entrevistas, pela tensão dos moradores a serem desenraizados de forma recorrente pela execução dos projetos governamentais.

Se bem para a execução do projeto foram contratados mais de 1200 moradores, a grande crítica capturada nas entrevistas aos Grupos de Memória, foi que o projeto em questão chegou pronto, sem debate com os moradores, a Memória Social dos moradores não foi incorporada para a elaboração do mesmo, já que são eles os que conhecem as dinâmicas do território. A área de intervenção foi entendida como um território monolítico, sem reconhecer os códigos locais da população.

Muitos dos moradores atuaram também no papel de mediadores, articulando o diálogo entre o governo e a população local, mas observamos que estavam sujeitos a um projeto político de visibilidade urbana, já que o principal foco da intervenção foi a elevação da via férrea, com uma estrutura que sustentaria a execução do Parque de Manguinhos, parecendo ser uma arquitetura escultórica e gratuita, uma exposição material do investimento do Estado no local, mas o Parque não foi executado como tal.

Uma das características do projeto foi a ampliação de vias no entorno do Parque Linear com a criação de um binário de tráfego, esta questão da abertura de fluxos foi indicada também nas entrevistas aos Grupos de Memória de moradores, que presumem que foram abertas para facilitar a entrada do Estado e a polícia dentro da favela como mecanismo de controle, uma vez que foi observado em campo que as operações para combater a violência com caveirão e blindados, saem por debaixo da elevação da linha férrea, ou seja, do Parque inacabado.

Ambos grupos, moradores e gestores, expõem que no espaço público faltou o incentivo e fomento do Governo, nenhum tipo de atividade cultural existiu. Outra questão é que o Estado não legou a gestão da etapa pós-obra, que é quando os conflitos aparecem, e

também não oportunizou um canal de diálogo entre o governo e a população, já que era a área do trabalho Social a responsável de ser esse canal, mas fez precariamente, porque o tempo por obra é reduzido.

Ao longo da pesquisa detetamos que os projetos de espaços públicos urbanos devem buscar também entre seus objetivos, o resgate da memória e criação do sentimento de pertencimento aos espaços criados e o acolhimento destes pela comunidade, mas como vimos a falta de manutenção e atenção do Estado para estes espaços públicos projetados remetem a um sentimento de abandono e degradação dos mesmos moradores, como é o caso de nosso projeto de investigação, que é um espaço público esvaziado do sentimento de pertencimento dos moradores, mas ao mesmo tempo, ele foi apropriado pelas dinâmicas dos diversos usos, ocupações e desvios ocasionados pelas disputas que ocorrem no local, seja pela situação social, pelos atores intervenientes, pela violência e pelos descompassos nas políticas urbanas e sociais. Como projeto inacabado, o espaço se redefine constantemente, onde as representações do público também foram diversas, o espaço foi entendido como um direito ao lazer e convívio, como um campo de tensões e como um lugar de desvios.

Identificamos que certas barreiras sociais que existem não são diluídas com uma intervenção física, porque a dinâmica territorial não foi contemplada de uma forma vasta, em consequência, a intervenção urbana foi absorvida pela dinâmica da favela, o espaço foi ocupado pelos desvios e absorvido, poderíamos dizer, por outro processo de favelização. O elevado virou teto dos moradores de rua e usuários de crack: foi apropriado pelas dinâmicas de depredação. Os quiosques também não atingiram a meta de gerar trabalho e renda como planejado, e são agora, objetos das disputas dos diversos interesses dos atores intervenientes como vimos nas entrevistas aos Grupos de Memória. Observa-se adicionalmente, que a área do projeto se transformou também em um estacionamento espontâneo: foi ocupada pelos carros e moto-taxis e não pelas pessoas. Parece como que o Programa de Aceleração e Crecimento-PAC, nunca tivesse chegado a Manguinhos relatam os moradores.

Confirmamos também por observação que a Estação Intermodal de trem, localizada na Rua Leopoldo Bulhões, que articula o acesso à via férrea elevada, é um espaço que funciona como conector entre as diferentes áreas da cidade tanto para os moradores, como para as pessoas que trabalham na Fundação Oswaldo Cruz devido à proximidade.

Comprendemos pela pesquisa que a função do poder público é insubstituível dentro do sistema vigente, ou seja, sem ele, as obras de interesse coletivo não poderiam ser realizadas, como por exemplo, as obras de infraestrutura, é dizer água, esgoto, drenagem, iluminação pública. Mas é importante fazer um redirecionamento e avaliação crítica destas

políticas como vimos nas entrevistas aos Grupos de Memória, senão os planejamentos urbanos se transformarão definitivamente em instrumentos políticos, cuja execução se torna uma finalidade, sem questionar a sua eficácia.

Esta investigação também sofreu os entraves do contexto político e social onde o projeto está inserido e as consequentes tensões que surgiram na área. A pesquisa não atingiu completamente suas expectativas por desdobramentos da violência, o trabalho de campo foi impactado devido aos tiroteios na área, por vezes, sob a mira do tráfico que domina a esquina que articula o Parque com o Centro Cívico; do mesmo modo, as entrevistas aos Grupos de Memória dos moradores de rua e usuários de crack, não foram possíveis de ser realizadas pelas mesmas condições expostas.

Alguns moradores chegaram a acreditar que haveria uma transformação no lugar, tinham a expectativa da redução ou mesmo do fim da violência na região. Hoje paradoxalmente, muitos moradores atribuem à obra o aumento da violência.

O projeto foi construído em um espaço que gerava barreiras físicas por um lado, materializadas pelos muros da Supervia e por outro, barreiras sociais, não visíveis, provocadas pelos conflitos das disputas no local, por isso foi elevada a linha férrea, pensada como infraestrutura para criar um novo espaço livre embaixo da elevação dos trilhos, cujo eixo principal seria um Parque - Passeio público com mobiliário urbano, quiosques, diversos equipamentos de lazer, esporte e convivência, quadras poliesportivas além do projeto paisagístico Detectamos porém, que as diferentes prioridades e interesses das administrações intervenientes, colocaram o foco da execução em outros aspectos do que foi a ideia original, sendo o principal ponto a elevação da via férrea, que parece ser uma exposição material do investimento do Estado no local, manifestando sua presença e *apagando* o projeto do Parque Metropolitano de Manguinhos. Podemos concluir que, embora inacabado, o Parque de Manguinhos é para os moradores um espaço público imposto. O projeto não gerou efeitos relacionais, tornando-se um espaço não adotado pela população local.

Como observamos o projeto de investigação: o Parque é inexistente; foi um projeto inacabado ocupado pelos desvios, produto deste descompasso entre o andamento físico, social e político. Contudo, o espaço teve também inscrições simbólicas: a entrada do projeto urbanístico trouxe a UPP ao Complexo de Manguinhos fazendo parte da política urbana e de segurança através da intervenção governamental. Esta condição gerou dinâmicas diversas como pudemos observar ao longo da dissertação. Percebemos no trabalho de campo, um complexo relacionamento de desconfiança de ambas as partes, moradores e polícia, condição acentuada pelas mortes dos adolescentes em Manguinhos, efetuadas pelos mesmos policiais

que atuam na Unidade de Polícia Pacificadora. Os grupos de Memória dos moradores reforçam nas entrevistas esta condição, nos relatando que eles não têm como aceitar que vivem em um estado democrático de direito com a polícia militarizada dentro da favela. Essa condição gerou uma Memória Social que surge da ressignificação do simbólico da violência: as memórias apagadas dos filhos das Mães de Manguinhos de algum modo foram inscritas no espaço, deixando marcas. O espaço público foi ressignificado, passando a ser um espaço de recordação e de luta pela Memória.

Entendemos que a avaliação não deve se limitar a uma análise dos resultados obtidos com base nos objetivos apresentados. Isto supõe identificar e interrogar as concepções que sustentam a aplicação das ações e levantar novas problemáticas, que parecem mais pertinentes com relação aos problemas a serem resolvidos.

No *espaço da Ucronia* tudo pode ter acontecido, futuros diversos poderiam ter sido possíveis, mas o mapa das memórias dos moradores o desconstruiu, o que pode haver sido se instalou no espaço e simultaneamente restituiu as memórias transformando o espaço inacabado também em uma âncora de recordação. Será que no espaço público pode se construir uma memória do possível?

Para pensarmos outras possibilidades de futuro, que sintonizem as ações públicas aos reais interesses comunitários, talvez essa dissertação possa se transformar em um instrumento para alertar para a importância da Memória Social na concepção e implantação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. Favela-Bairro: mais infraestrutura e renda pior — O Globo, 22 de fevereiro de 2004.

ARANTES, Antônio (org). O espaço da diferença. Campinas, Papirus. 2000.

AUGÉ, Marc. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

BAER, Alejandro (2010): La memoria social: breve guia para perplejos [Social Memory: a Guide for the Perplexed], in: J.A. Zamora und A. Sucasas (Eds.), Memoria - Política – Justicia. En diálogo con Reyes Mate, Madrid: Editorial Trotta, 131-148.

BARBOZA, S. C. Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979-2002). Niterói: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2013.

BARRIO, Angel Espina. Lévi-Strauss: o último dos modernos e o primeiro dos pós-modernos IN Inovação Cultural, Patrimônio e Educação/A. E. Barrio, A. Motta e M. H. Gomes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010

BONETTI, Michel. La reconstruction de l'espace publique, l'enjeu de la gestion politique et de la gestion urbaine, Les Annales de la Recherche Urbaine, n° 68-69, p. 14-25, set-dez, Paris, 1995.

BORGES, Thais (2013). A abordagem do fenômeno urbano na Escola de Chicago. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd185/fenomeno-urbano-na-escola-de-chicago.htm>

BORJA, JORDI E MUXI, Zaida: Espacio Público: Ciudad y ciudadanía. Ed. Electa, Barcelona, 2003

CARLOS, SOUZA, BELTRÃO, org (2014). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 3 reimpressão- são paulo: Contexto, 2014.

CARRION MENA, Fernando. "Espacio público: punto de partida para la alteridad" Santiagode Chile Espacios públicos y construcción social. Hacía un ejercicio de ciudadanía. Ediciones Sur. (2007)

CAVALCANTI, Mariana (2013), DILEMAS - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228 acessível em: <http://oglobo.globo.com/rio/passarela-da-rocinha-sobre-lagoa-barra-primeira-de-niemeyer-sobre-pista-no-rio-fica-2999205>

CAVALLIERI, F. Favela-Bairro: Integração de Áreas Informais no Rio de Janeiro. In: ABRAMO, P (Org.). A cidade da informalidade: O desafio das cidades latino- americanas. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003. p.294

COSTA MATTOS, Romulo (2007). “Aldeias do mal”. Governantes sempre associaram favelas ao crime e à falta de higiene.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>

DUARTE, C. F. ; LUCARELLI, Francesco (Org.) ; SCIARRETTA, M. (Org.) . Favela & cidade. Napoles, Itália: Giannini Editore, 2008. v. 01. 234p .

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO-EMOP, Plano de Desenvolvimento Sustentável Manguinhos. Disponível em: <http://www.emop.rj.gov.br/trabalho-tecnico-social/plano-de-desenvolvimento-sustentavel-pds/>

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa, caps 2 e 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, R. A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro (1992). In: _____. Romance negro e outras histórias. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 9-50.

Further reflections on the public sphere. In: Habermas and de Public Sphere. Calhoun, Craig (ed.) Massachusetts: MIT Press, 1994

GAMA, Roberto da; COSTA, Rosa."Trocando o pneu com o carro andando": Uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. (2010).

GENSBURGER, G «Lugares materiales, memoria y espacio social. El recuerdo de los campos anexos de Drancy en Paris»: *Allthropos* 218 (2008), pp. 21-35.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. SP, UNESP. 1991

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GREGORY, D. and URRY, J. (1985) *Social Relations and Spatial Structures*. London, Macmillan.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. (1992). Beyond “Culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, 7, 6-23

INGOLD, Tim. “Anthropology is not Ethnography.” In: _____. *Being Alive* Routledge: London and New York, 2011

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4 edição. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Márcia Pereira. 2012. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2):374-389.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, 316p.

MELLO, Marco Antonio da Silva, Luiz Antonio Machado da Silva, Leticia de Luna Freire, e Soraya Silveira Simões, eds. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PAC COMUNIDADE COMPLEXO DE MANGUINHOS – URBANIZAÇÃO. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>

PALOMBINI, Analice de Lima (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: flânerie e amizade no acompanhamento terapêutico. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21 – n. 2, p. 295-318, Maio/Ago. 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n2/08.pdf>.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In Velho, Octávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Guanabara: Rio de Janeiro, 4ª ed., p. 26 a 67, 1987.

PERLMAN, Janice. Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro. New York: Oxford University Press, 2010. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993 .

PINHEIRO MACHADO, D., SILVA PEREIRA, M. e COUTINHO M. da SILVA, Rachel. Urbanismo em Questão. Rio de Janeiro: Editora PROURB, 2003

PITA, Marina (2011). Elevação de ferrovia integra comunidade. Infraestrutura Urbana. Revista Pini. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/12/elevacao-de-ferrovia-integra-comunidade-projeto-de-reurbanizacao-de-251076-1.aspx>

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Edital do Concurso Favela- Bairro. Rio de Janeiro, 1994.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. SP: Ed. UNICAMP, 2007.

ROBIN, R. La memoria saturada, Waldhuter Ed. Buenos Aires, 2012. (CapI e Cap 4)

RODRIGUES, P. H. A. Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988

SANTOS, C. N. F. dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar. 1981

SIMMEL, Georg. As metrópoles e a Vida Mental. In Fidelidade e Gratidão e Outros Textos. Relógio D'Água: Lisboa, p.75 a 94, 2004.

STEINER, George. Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra. Trad. Gilda Stuart e Felipe Rajabally. SP: Companhia das Letras ('O poeta e o silêncio', 'Orfeu e seus mitos: Claude Levi-Strauss')

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favelas. In: XXXII Reunião Anual da SBPC. Rio de Janeiro, 1980.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In Velho, Octávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Guanabara: Rio de Janeiro, 4ª ed., p. 90 a 113, 1987.

YÚDICE, George (2008) Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social? Alteridades, vol. 18, núm. 36, julio-diciembre, 2008, pp. 47-61. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa. Distrito Federal, México.

ZUKIN, Sharon (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In Arantes, Antônio Augusto (org). O espaço da diferença. Campinas, Papirus.